



Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, realizou-se, pelas dezoito horas, no Cinema Charlot – Auditório Municipal, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por André Valente Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

I – VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – André Valente Martins, João Afonso Almeida Silva Luz, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Jerónimo Manuel Fragoso Lopes, Anita da Conceição Birrento Vilar, Rogério da Conceição Palma Rodrigues, Sónia Margarida Grenho dos Santos Casmarrinha, Eusébio Manuel Candeias, Diamantino António Caldeira Estanislau, João Manuel Martins da Silva, Antonieta Maria Saragoça dos Santos, Nuno Miguel Batista Lopes e Manuel Fernando das Neves Rebelo.

Partido Socialista – Vítor Manuel Ramalho Ferreira, Carlos Manuel da Conceição Batista, Maria João Teigas Santos Palma, António Hugo Lindo dos Santos Caracol e Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes.

Partido Social Democrata – Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado, António Miguel da Costa Ferreira e Pedro Miguel Trindade Vieitas Antunes.

Bloco de Esquerda – Vítor Manuel Freitas Rosa e Silvana Cassaca Parreira Paulino.

Pessoas-Animais-Natureza – Maria Suzel Costa de Sousa.

Centro Democrático Social – João Paulo Barros Viegas.

Presidentes de Junta – Celestina Maria Agostinho Brito Neves (Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão), Rui Manuel Rosário Canas (Presidente da União das Freguesias de Setúbal), Nuno Miguel Rodrigues Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião), José Inácio Correia Belchior (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) e Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia do Sado).



Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, o Sr. Vice-Presidente, Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores: Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva, Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Paulo Alexandre da Cruz Lopes e Nuno Miguel Oliveira de Carvalho.

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, Pedro Acácio dos Santos Soares, Maria da Graça Santos Andrade e Rui Manuel Higinio José, conforme documentos registados sob os n.ºs 1 a 3, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, José Luís do Rosário Barão, António Manuel Baptista Dias, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, Filomena dos Anjos Batista Rodrigues Nunes Cunha, Domingos Moreira Semedo e Tiago Manuel Rodrigues Pereira, conforme documentos registados sob os n.ºs 4 a 9, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PPD/PSD apresentou pedido de substituição, Carla Isabel Matos Rodrigues Vilhena, conforme documento registado sob o n.º 10, arquivado em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Miguel Jorge de Sena Augusto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Filipe Miguel Fidalgo Narciso, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Manuel Jorge Silva Esteves, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Elisabete Maria Martins Cavaleiro, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Graciete Maria da Conceição Vasco, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Eduardo Jorge Ferreira Durand Moreira Pinto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

d) Faltas

Não houve.



e) Projeto de ata n.º 1/2021, de 26/02/2021

Não havendo intervenções foi o projeto de ata submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes na referida sessão.

II – PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Assuntos de interesse relevante e interpelações ao Executivo

Vitor Rosa (BE) – Em 2020, o executivo foi questionado mais que uma vez sobre o Parque da Comenda e a utilização do parque de estacionamento de Albarquel, adiantando que os representantes do proprietário estariam disponíveis para a utilização desses espaços e que o executivo enviou na altura uma proposta de protocolo aos representantes do proprietário. Respondeu o senhor Vice-Presidente, em fevereiro nesta assembleia, que estava à espera dos termos do protocolo e não poderia acrescentar mais informação, mas mais tarde, em julho, informou esta assembleia sobre embargos a intervenções dos proprietários, e que se tinha avançado com a expropriação de algumas partes do terreno. Saiu na comunicação social a informação sobre a instalação de vedações por parte da Herdade da Comenda, e que o Ministério do Ambiente considera que os proprietários têm vindo a violar as normas ambientais aplicáveis ao Parque Natural da Arrábida, nomeadamente no seu Plano de Ordenamento, tendo sido também emitido ofícios com parecer negativo e sendo solicitada a sua remoção, para além de existirem processos de contraordenação por parte do ICNF.

Aproxima-se a época de férias e de veraneantes, pelo que gostaria de saber quanto à possibilidade de ocupação do parque de merendas da Comenda, se existe algum compromisso do proprietário e o que é que ficou em termos do protocolo, então falado e enviado pelo executivo no início do ano 2020?

Quanto aos embargos e expropriação, pode ser avançado como informação a esta assembleia? Qual a posição do executivo sobre as vedações colocadas pelo proprietário?

João Viegas (CDS-PP) – Uma saudação pela presença de público e é com satisfação que esta assembleia está a ser transmitida, naquilo que tem sido uma reivindicação ao longo deste mandato pelos vários partidos da oposição.

Em fevereiro de 2019, o CDS apresentou uma recomendação à Assembleia Municipal, para que fosse elaborado um Plano Municipal de Segurança Rodoviária. Na altura, retirámos a proposta atendendo ao que nos foi dito, que estava a ser preparado e que brevemente iria ser apreciado quer pelo executivo, quer pela Assembleia Municipal, a apresentação do referido Plano e eventualmente a constituição de uma comissão para o acompanhamento. Passados dois anos ainda não temos qualquer informação sobre a implementação desse Plano, pelo que seria importante perceber qual era o ponto de situação.

Na Avenida Álvaro Cunhal foi recentemente implementado um indicador de velocidade, aconselhando os automobilistas a reduzir a velocidade, significa que houve uma má planificação daquela Avenida, daqueles placares que estão na placa central e que tapam as passadeiras, bem como a forma como foram colocadas as passagens de peões. Dois carros que circulem lado a lado na referida avenida, o painel de controlo de velocidade faz a leitura do carro que circula à direita e não faz controlo do carro que circular à esquerda.

Considero importante a implementação deste Plano, até para simplificar e poderem ser ouvidas diversas entidades quando se implementam determinadas soluções.

Em relação ao Mirante da Várzea ou o Mirante da Quinta da Azeda, gostaria de saber se já está previsto algum plano para a sua recuperação. Durante quatro anos tem estado tapado com lonas e com uma informação de uma instituição financeira, que supostamente iria pagar a sua recuperação.

Seria importante ao fim de tantos anos percebermos aquilo que adiantaram quando foi apresentado o plano para o Jardim da Várzea e eventualmente até uma réplica, na realidade ainda não está nada definido.

Maria João Palma (PS) – Na sessão da Assembleia Municipal de 29/7/2020, foram apresentadas as preocupações da bancada do PS relativamente à situação que se vivia na freguesia de Gâmbia Pontes e Alto da Guerra, relativamente às pragas de baratas e ratos, à deposição de monos, como pneus e outros resíduos, peças auto e restos de eletrodomésticos, etc., junto aos ecopontos e contentores nas urbanizações da Quinta da Amizade, Vale Ana Gomes e Quinta da Serralheira, que ali permanecem imenso tempo até serem recolhidos pelos serviços municipais. Vimos hoje em Assembleia Municipal fazer mais um reforço dessas preocupações e voltar a questionar o executivo acerca das mesmas, uma vez que o cenário se agravou, existindo situações bastante graves junto aos contentores perto da escola do Alto da Guerra e do infantário Viva Kids. Uma situação extensível a toda a freguesia, agravada com a época de limpeza dos terrenos. Do que temos conhecimento foram realizadas desinfestações em algumas ruas, no entanto, continuam a chegar-nos queixas e evidências de munícipes quanto à existência de pragas de baratas e ratazanas.

É possível saber em que ponto se encontra a realização de ações de desbaratização na freguesia, ou de outras pragas?

Para quando a limpeza dos arruamentos, sobretudo nos passeios já cobertos de ervas e que em alguns já se tornou vegetação?

Entendemos ser deficitária a periodicidade na recolha dos monos, que chegam a permanecer mais de um mês na via pública. Há algum plano a decorrer que preveja a alteração dessa periodicidade ou outro qualquer plano que resolva de uma vez esta situação?

Segundo o executivo, em 29/7/2020, e cito a ata, *“Temos que retomar algumas campanhas de educação ambiental, porque tem-se verificado que junto dos contentores e ecopontos tem aparecido alguma acumulação de resíduos e de monos.”*

Já se deu início a alguma campanha de educação ambiental, com fim de sensibilizar estas populações?

Paulo Calado (PPD/PSD) – Felicitar esta assembleia, porque ao fim destes quatro anos, finalmente, é possível termos uma Assembleia Municipal em que é possível ao público que não está presente, possa assistir, ainda mais num período difícil para as pessoas poderem assistir às assembleias e o facto de estarem obrigadas ao confinamento.

Vinha colocar duas questões que me parecem importantes e que não são novas, uma está relacionada com o terminal de autocarros na Várzea. A Câmara Municipal está a pensar fazer algum tipo de intervenção, para além daquilo que já lá está? Entendemos que não são as melhores condições para que os passageiros tomem os autocarros e possam esperar pelo autocarro respetivo.

Outra questão, tem que ver com a assembleia. Para quando em plenário, a discussão da recomendação que o PSD fez sobre a Comissão Municipal do Ambiente, que já terá sido discutida na respetiva comissão e que deveria em breve vir para discussão nesta assembleia?

Suzel Costa (PAN) – Congratulamo-nos pela disposição dos meios necessários para que fosse possível esta transmissão desta sessão da Assembleia Municipal em direto através da Internet. Desde o início deste mandato que o PAN apresenta propostas para que estas sessões sejam transmitidas online, de forma a poderem ser acompanhadas por um maior número de munícipes, mas hoje, numa das últimas sessões deste mandato, lá nos ouviram. Como diz o povo *“mais vale tarde, do que nunca”*.

Numa altura em que as alterações climáticas e a perda da biodiversidade estão na ordem do dia, porque é que o executivo ao invés de plantar espécies de flores e plantas autóctones atrativas para os insetos polinizadores, colaborando assim para o aumento das suas colónias e desta forma contribuir para o aumento da biodiversidade, e quando se assinalou no dia 22 de abril, o Dia Mundial da Terra, coloca numa rotunda flores supostamente de plástico?

Como é que uma escultura de gosto duvidoso, é melhor do que a própria vegetação da Arrábida para a homenagear?

Não seria uma opção mais barata, pedagógica e sustentável?

Só se for como um prenúncio da “Boa Morte”, nome pelo qual é conhecido aquele topo da Avenida dos Combatentes.

Recebemos denúncias dos munícipes de que o lago do Parque do Bonfim estava insalubre e alegadamente teriam morrido alguns patos, devido à eutrofização da água. Após denúncia também nas redes sociais, a autarquia esvaziou e limpou o mesmo, sendo que a matéria orgânica acumulada era em quantidade assinalável. Recordamos que na sessão da Assembleia Municipal de 29 de julho de 2020, o PAN alertou para a necessidade de o município assegurar a devida manutenção do lago e a devida alimentação destas aves que o habitam ou que por lá andam. O município mantinha naquela altura uma posição de imputar essas tarefas a um futuro concessionário vocacionado para a restauração, o qual dificilmente teria a formação, a empatia e a sensibilidade necessária para exercer tais funções.

Assim, gostaríamos de saber qual é a razão para que esta situação se tenha verificado e de quem é o ónus da imputação da alimentação das aves e da limpeza?

Manuel Esteves (PS) – Queria referir mais uma vez sobre o caso da Herdade da Comenda, porque foi notícia na comunicação social, que o Ministério do Ambiente, o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida, o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas foram unânimes em afirmar que as vedações da Herdade da Comenda violaram o ambiente e que já foi feito o mandato para remover as tais vedações. O município já teve algum conhecimento deste mandato do Ministério do Ambiente?

O acesso à capela de São Luís continua vedado, é totalmente proibido o acesso ao trilho que existe há bastantes anos.

Foi notícia na comunicação social, o facto de o pároco da Anunciada ter dito que a capela de São Luís da Serra era património da paróquia. Gostaria de saber se o senhor padre ainda tinha as mesmas chaves ou se já mudaram de fechadura e não esqueceram de lhe entregar as novas chaves do cadeado?

Foi aqui anunciado que havia uma expropriação em curso, no parque das merendas e no parque de estacionamento de Albarquel, por isso gostaria de saber em que ponto da situação se encontra.



Lembrar que na ata n.º 6/2020, da sessão ordinária de 24/9/2020, foi dito pela senhora Presidente da Câmara que os azeitonenses iriam ter um mercado, que já deveria estar feito, porque o projeto já estava concluído e orçamentado, assim como já tinham iniciado alguns contactos para iniciar a obra. Pretendia saber se a obra está esquecida, se a obra é para se fazer e se há alguma data destinada para o efeito?

José Belchior (Presidente da Junta de Freguesia da Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) – Fui informado quando cheguei, e peço desculpa pelo atraso, que tinha havido um depoimento pela deputada Maria João do PS, relacionado com os monos na Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra. A Junta de Freguesia todos os dias está no terreno a levantar monos e a trabalhar para combater a proliferação de baratas e ratos na freguesia. Essa informação não condiz com a verdade, porque nós temos na freguesia uma empresa que atua logo na hora, sempre que são alertados para essa situação. Em relação aos monos tivemos uma situação que ocorreu na semana passada, sendo que a maior parte dos monos que a nossa viatura recolhe diariamente não são originários dos nossos fregueses, mas de outras freguesias. De referir a título de exemplo, que no dia 25 abril, uma empresa criadora de ovelhas, pelas 05h30 foram depositar monos em plena via pública na freguesia. Essa situação foi logo resolvida no dia 26 de abril, os monos foram retirados da via pública e o local foi limpo. Significa que sempre que somos informados atuamos de imediato. Ainda ontem depositámos na Amarsul cerca de cinco toneladas de monos originários de outras freguesias. Dizer que a Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra permite que os monos fiquem amontoados durante vários dias não condiz com a verdade. Em relação às pragas de baratas e dos ratos, sempre que somos alertados para essa situação ela é resolvida na hora. Não percebo por que razão este tema surgiu nesta Assembleia e por isso gostaríamos que ficasse devidamente clarificada a situação. A questão dos monos era comum em relação a outras freguesias do concelho, porque muitas das vezes, pessoas da construção civil, pessoas que recolhiam eletrodomésticos e que retiravam o metal para vender, depois depositavam na freguesia em plena via pública. O nosso carro iniciava a recolha diariamente pelas 07h00 e terminava às 13h00. Vir dizer que na freguesia estavam monos acumulados durante vários dias não conduzia à verdade e principalmente quando se falava de ratos e baratas, uma vez que a empresa que colaborava com a junta de freguesia atuava na hora.

b) Intervenção do Executivo

Vice-Presidente da Câmara – No que referia à questão do Parque da Comenda, que foi colocada pelo senhor deputado Vítor Rosa e pelo senhor deputado Manuel Esteves, houve uma primeira perceção de que havia um entendimento manifestada pelos intermediários dos proprietários, de que havia um respeito pela utilização pública daquele espaço e que não se pretendia fazer nada contra aquilo que era o uso tradicional daquela área da Comenda. Entretanto, verificaram-se que as coisas não foram acontecendo daquela forma, houve a instalação de vedações, houve comportamentos que não correspondiam a esse entendimento inicial. Quanto ao protocolo já decorreu de uma fase de insistência de negociações com os proprietários para que houvesse um entendimento. A questão da hipótese da expropriação é na parte do estacionamento. Na altura em que estava a ser indicado que havia esse acautelar da utilização pública daquele espaço, na faixa que era utilizada em Albarquel, para o estacionamento de viaturas junto à praia, foi lavrada e foi perdida essa utilização e nessa altura

verificou-se que a câmara tinha que tomar outras medidas, colocando a hipótese da expropriação, caso não houvesse acordo quanto a isso. O protocolo surge como uma alternativa a essa intervenção mais forçada ou mais musculada.

Quanto ao processo da vedação, é sabido que as autoridades com competência na matéria pronunciaram-se e houve uma posição contra aquilo, como tal deve ser retirado. A câmara fez embargo às vedações e ao portão, na área de competência de fiscalização da câmara fez atuações possíveis e está a tentar com os proprietários manter o uso público, quer na zona da ribeira da Comenda, quer na área do estacionamento na Praia de Albarquel. As coisas estão em andamento, as medidas foram tomadas para evitar que haja um abuso da propriedade privada, porque era disso que se tratava, era a conjugação do interesse do uso da população com o direito à propriedade privada, que é sempre um conflito permanente. Aquela situação era muito importante para os setubalenses e a câmara nunca deixou aquele assunto para trás e tem estado continuamente a tentar resolver a situação, de preferência por consenso, porque sabemos quando vai para o contencioso, as coisas podem-se arrastar durante muitos mais anos e os prejudicados acabam sempre por ser as populações. A câmara estava a fazer tudo para chegar a um entendimento para que se mantenha o uso público, quer da ribeira da Comenda quer da zona de estacionamento na praia de Albarquel. As atuações administrativas da parte da câmara, da parte do Ministério do Ambiente e do ICNF já foram tomadas e se não houver entendimento certamente que haverá uma intervenção mais reforçada.

O senhor deputado João Viegas referiu a questão do Plano de Segurança Rodoviária Municipal, uma situação que foi aqui debatido em fevereiro de 2019, começou-se a trabalhar com a colaboração da Proteção Civil e dos Serviços da Mobilidade e Planeamento Urbanístico, mas em 2020 aconteceu a pandemia que era impensável e como em 2021 ainda estamos a passar por uma terceira fase de pandemia, os serviços e sobretudo os da Proteção Civil, que são uma componente importante na elaboração deste plano, mobilizaram-se inteiramente para as questões da pandemia, por essa razão há um atraso no tratamento deste plano, que não estava esquecido, mas foi esta circunstância que levou a que não estivesse muito mais adiantada ou até mesmo concluído.

Quanto à questão do Mirante da Várzea, de facto está a aguardar muito tempo, mas como sabem, concluiu-se uma boa e fundamental infraestrutura na zona do Parque da Várzea, relacionada com a questão da hidráulica, para a prevenção das cheias na cidade de Setúbal. A obra estruturante vai ter que ser completada com uma obra de superfície dos ajardinamentos do parque. É uma outra obra diferente, não se podia fazer tudo ao mesmo tempo, temos que dar um passo de cada vez e estamos agora a iniciar os arranjos de superfície, daquilo que vai ser o grande Parque da Várzea. Nesses arranjos de superfície está incluída a ideia de fazer uma réplica do mirante, porque o atual está praticamente irrecuperável, tecnicamente é reconhecido que aquele mirante não está em condições de ser recuperado, mas está nos nossos planos fazer uma réplica daquele mirante para que a memória da cidade não se perca, ao ser incluído na decoração dos arranjos exteriores daquela zona, que vai ser a zona verde, nobre e de grande importância desta cidade. Estamos a arrancar agora esta fase importantíssima de fazer o arranjo da superfície para dar um pleno uso aos setubalenses do Parque da Várzea.

Relativamente à questão dos ratos e baratas na Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, em qualquer altura numa assembleia de freguesia pode-se dizer que há ratos, baratas e monos por levantar. Além daquilo que já foi respondido pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia, relativamente à questão que coloca, não temos a pretensão de eliminar a 100%, as situações em que haja monos na via pública, porque parte do comportamento cívico das pessoas determina essa situação. Que haja casos pontuais que qualquer membro da

Assembleia Municipal queira vir relatar, pode sempre acontecer, mas no geral a salubridade neste concelho deu avanços muito grandes e nós atribuímos isso muito à forma de gestão destes serviços urbanos, com a descentralização a que todas as juntas de freguesia têm dado uma boa resposta. Não nego que possam existir alguns casos, mas temos que olhar para a floresta e não para uma ou duas árvores que podem estar mais raquíticas e não estão bem desenvolvidas, não podemos dizer que seja um problema comum, até porque a capacidade de resposta das juntas tem sido bastante boa e rápida.

O senhor deputado Paulo Calado perguntou sobre o terminal de autocarros na Várzea e sobre a recomendação da Comissão Municipal do Ambiente. O terminal da Várzea é provisório como todos sabemos e não está nas melhores condições e dentro de pouco tempo vamos ter a grande obra, que justificou aquela pela situação intermédia daquele terminal que é o terminal rodoviário que está a ser construído e está em fase de conclusão junto à estação ferroviária na Praça do Brasil. Temos uma obra e infraestruturante muito importantes de ligação entre o transporte ferroviário, rodoviário fazendo ali a centralização das carreiras interurbanas e das carreiras urbanas. Trata-se de uma situação provisória que pode ser aproveitada para circulação ou trajeto de alguns autocarros urbanos que depois possam aproveitar uma paragem, até porque a utilização do parque e da zona habitacional daquela área pode justificá-lo.

O terminal interface que está a ser construído na Praça do Brasil é uma obra de relevo e muito importante para a futura gestão rodoviária e ferroviária na cidade de Setúbal.

Quanto à questão das flores de plástico que a deputada Suzel coloca, gostos não se discutem e eu não vou discutir o gosto da senhora deputada Suzel.

Vereadora Carla Guerreiro (PAN) – As flores não são de plástico, mas de material reciclado.

Vice-Presidente da Câmara – A senhora deputada expressou a sua preferência pelas flores naturais da Arrábida, na realidade todos temos as nossas preferências, mas também não temos nenhuma objeção de fundo em relação à expressão artística, com algum sentido de proteção do ambiente, matéria de que é feita aquela escultura, de materiais reciclados. É esse o intuito de ter alguma peça escultórica com o aproveitamento de materiais reciclados e com aquela dimensão era difícil colocar naquele espaço, determinadas flores da Arrábida. Ficam as apreciações estéticas de cada pessoa.

De acordo com a indicação da senhora vereadora Carla Guerreiro, estando em construção o Parque da Várzea e outros espaços verdes na cidade, não é necessariamente obrigatório colocar em todos os canteiros da cidade flores naturais.

Uma vez que o tempo foi concluído, terei a oportunidade de mais à frente responder às restantes questões.

Maria João Palma (PS) – O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra e o senhor Vice-Presidente já apresentaram a sua realidade perante os factos, mas não responderam a duas questões que vou voltar a colocá-las se ainda me for permitido e que seja permitida a ambos ou apenas a um em responder.

Há algum plano a decorrer que preveja a alteração da periodicidade ou outro qualquer plano que resolva de uma vez esta situação?

A limpeza dos arruamentos, sobretudo nos passeios já cobertos de ervas e que alguns já se tornou vegetação?

Foi proposto por este executivo na assembleia de julho de 2020, uma campanha de educação ambiental, gostaríamos de saber se vai realizar essa campanha de sensibilização ambiental ou não?

Manuel Esteves (PS) – Queria reforçar a minha intervenção, porque falei no mercado de Brejos de Azeitão e não tive resposta do senhor Vice-Presidente, que julgo que terá sido por falta de tempo, mas gostava de ter resposta sobre este assunto e também sobre a questão do trilho da Capela de São Luís que continua fechado e que ninguém pode desfrutar do Parque Natural da Arrábida.

Celestina Neves (Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão) – A questão que senhora deputada do PS colocou é uma questão transversal a todas as freguesias. Conheço o trabalho de todas as freguesias, os carros que fazem a recolha todos os dias, fazendo vários quilómetros e não podem ter um percurso certo, não podem ter um horário fixo para determinada rua, no entanto não significava que não pudessem estabelecer mais ou menos um período para passar em determinado lugar. Os carros de recolha de monos andam todos os dias a fazer recolha, no caso da Freguesia de Azeitão e acredito que o mesmo se passe na Gâmbia, que até mesmo ao sábado fazem a recolha, é um trabalho complicado que só é possível com a ajuda de todos. Muitas vezes nas redes sociais criticam as juntas de freguesia ou a câmara, por se encontrar um mono ao lado de um contentor, mas não vejo ninguém com a mesma disponibilidade para sensibilizar a população, relativamente à postura que se deve ter em relação aos lixos.

Aproveito a minha intervenção para falar sobre o mercado de Brejos de Azeitão, respondendo ao amigo Manuel Esteves, que certamente já terá visto que está a ser feita uma grande rotunda no cruzamento da Rua de São Gonçalo com a Estrada Nacional 10, rotunda essa que só há muito pouco tempo, a Estradas de Portugal deu o parecer definitivo para que ela pudesse ser feita. Também já deve ter reparado que para fazer essa rotunda tiveram que fazer intervenções ligadas ao saneamento e também sabe que o mercado de Brejos de Azeitão vai ficar muito próximo, significa que enquanto aquelas obras não estiverem concluídas, a câmara não poderá iniciar a obra do mercado.

Manuel Véstias (Presidente da Junta de Freguesia do Sado) – A forma como as coisas são colocadas na assembleia parece que este município não trabalha em prol das suas populações. É necessário vir aqui reforçar a dedicação dos nossos profissionais, que estão na linha da frente para que a limpeza urbana seja eficaz, mas não evita que todos os dias possam ocorrer situações menos claras e de algum abuso. O Partido Socialista não está para aí voltado, para ajudar a resolver este problema, porque quando foi aqui discutido a necessidade de reforçar os meios na aquisição de um camião para a Freguesia do Sado, levantaram aqui um trinta e um e até se abstiveram no reforço desta qualidade de serviço. Está claro a quem é que está destinado a resolver os problemas e quem quer aproveitar a oportunidade para fazer demagogia.

c) Saudações, Votos e Moções

Presidente da Mesa – A Moção apresentada pela CDU tem como tema, “25 de Abril e 1.º de Maio”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 11.

**“Moção
25 de Abril e 1º de Maio**

Este ano voltámos a comemorar a Revolução de Abril num contexto de pandemia, afirmando que a Liberdade e os Direitos não se confinam.

As comemorações do 47.º aniversário do 25 de Abril reafirmaram o compromisso do povo português com a liberdade e a democracia nas suas vertentes política, social, económica e cultural, constituindo-se como elemento de resistência e combate aos nostálgicos do Portugal fascista, o país da polícia política, das prisões políticas, da censura, do partido único, da Legião e da Mocidade portuguesa, da guerra colonial, do analfabetismo, da fome e da miséria.

No Poder Local Democrático, conquista da Revolução, é igualmente importante travar esta batalha, para tal, dignificar e valorizar o trabalho dos órgãos democraticamente eleitos, promover a participação popular, elevar os níveis de conhecimento dos problemas reais e concretos das populações, rejeitar o populismo, a insinuação e a mentira enquanto armas políticas, são apenas alguns elementos decisivos para a afirmação dos valores de Abril.

Valores esses que não poderão deixar de estar presentes nas comemorações do 1.º de Maio, em particular aquelas que se realizam no concelho de Setúbal, onde os trabalhadores não deixarão de continuar a lutar por melhores condições de vida e em defesa dos seus direitos.

Neste 1.º de Maio, no País e em Setúbal, tendo presente os valores de Abril, os trabalhadores não deixarão de exigir que se avance em matéria de direitos laborais, por aumento de salários, pelo direito ao trabalho e o combate ao desemprego e pelo reforço dos serviços públicos.

Para os trabalhadores e o povo português, voltar atrás não é opção, avançar é preciso, para se cumprir Abril e fazer de Portugal um país de justiça, igualdade e desenvolvimento.

Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida a 29 de Abril de 2019, delibera:

- 1- Saudar todos os que participaram nas comemorações do 25 de Abril promovidas, em Setúbal, pelo Município, pelas Freguesias e pelo Movimento Associativo e Popular do Concelho;*
- 2- Apelar à participação dos trabalhadores de Setúbal na jornada de luta do 1º de Maio, designadamente, entre outras iniciativas, na Manifestação promovida em Setúbal pela União de Sindicatos de Setúbal (CGTP-IN);*
- 3- Reafirmar o seu empenho na defesa dos valores e conquistas de Abril, por um Portugal justo, solidário, desenvolvido, livre e soberano.”*

Não havendo intervenções, foi a Moção aprovada por unanimidade e em minuta.

Presidente da Mesa – A Moção apresentada pela CDU tem como tema, “*Solidariedade com os trabalhadores da Lauak Setúbal*”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 12.

**“Moção
Solidariedade com os trabalhadores da Lauak Setúbal**

Ao contrário do que foi sendo assegurado pela empresa aos trabalhadores, a Lauak vai mesmo encerrar a sua unidade em Setúbal até ao final de 2022.

Uma vez mais, a propósito de uma crise num sector, a fatura é apresentada aos trabalhadores, acompanhada de rescisões, irreais soluções de transporte para a unidade de Grândola ou de mudanças de residência dos trabalhadores.

Os trabalhadores da unidade de Setúbal encaram esta decisão com um grande sentimento de injustiça, pois foi o seu esforço e dedicação que permitiram ao grupo ambicionar e criar a fábrica em Grândola.

Outra questão que se coloca é a de saber o que acontece aos apoios do Estado português, através AICEP e programa Compete 2020 que nas suas contrapartidas e execução, nos termos do protocolo estabelecido, não contemplam de forma alguma o encerramento da fábrica em Setúbal e a deslocação de postos de trabalho.

A Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em 28 de Abril de 2021, delibera:

- Manifestar a sua preocupação com o encerramento desta unidade no concelho e a sua solidariedade com os trabalhadores da unidade da Lauak em Setúbal.”

Não havendo intervenções, foi a Moção aprovada por unanimidade e em minuta.

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“É sempre bom ver os cidadãos presentes na Assembleia Municipal e também lá para casa, para todos aqueles que estão a assistir pela primeira vez, ao fim de quatro anos.*

O PSD acompanhou esta moção, principalmente a sua parte deliberativa, pois vemos com preocupação todas as decisões que diminuem o número de trabalhadores e principalmente no nosso concelho, tão afetado que foi economicamente pela pandemia Covid 19. Não podemos deixar de lamentar que empresas que criam postos de trabalho especializados saiam de Setúbal empobrecendo assim a região, como tal, teríamos que votar a favor e acompanhámos a moção da CDU.”

Presidente da Mesa – A Moção apresentada pela CDU tem como tema, *“Centro Hospitalar de Setúbal ”*, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 13.

“Moção

Centro Hospitalar de Setúbal

Os diretores de serviços do Centro Hospitalar de Setúbal, em moção aprovada no plenário do Conselho Clínico do Centro Hospitalar de Setúbal da qual deram conhecimento à Assembleia Municipal de Setúbal, alertam para a realidade atual do Centro Hospitalar de Setúbal, referindo que se deparam com uma situação insustentável “para tratarem os inúmeros doentes que acorrem com gravidade crescente ao seu Serviço de Urgência”. A epidemia da Covid 19 evidenciou os problemas estruturais que afetam o centro Hospitalar de Setúbal ao nível das instalações, ao nível do financiamento e ao nível da falta de profissionais de saúde.

O Centro Hospitalar de Setúbal enfrenta um sério problema no plano financeiro, dado que a sua classificação atual não se coaduna com o seu nível de diferenciação, o que tem impedido o adequado investimento, seja nas infraestruturas, seja no reforço do número de profissionais de saúde, o que pode vir a colocar em causa a continuidade das suas valências. Há inclusivamente, o risco de o Centro Hospitalar de Setúbal perder valências, devido à falta de profissionais de saúde, nomeadamente de médicos especialistas e devido às limitações decorrentes das atuais instalações. Por um lado, constata-se que a maioria dos médicos tem mais de 55 anos, por outro lado devido à desvalorização profissional, social e remuneratória dos profissionais de saúde não há rejuvenescimento e não são contratados os profissionais de saúde necessários para o Centro Hospitalar, o que constitui mais uma preocupação.

No plano das instalações, o Centro Hospitalar de Setúbal aguarda há pelo menos cinco anos pela construção de um novo edifício do Hospital de São Bernardo. Apesar de a ampliação do Hospital de São Bernardo integrar o Plano de Investimento na Área da Saúde e ter sido assumido o compromisso pelo Governo, este continua a não adotar as medidas necessárias que permitam o desenvolvimento dos procedimentos, nomeadamente o lançamento do concurso público para a empreitada. No Orçamento do Estado para 2021, por proposta do PCP, foi aprovada a transferência de 17, 2 milhões de euros para o Centro Hospitalar de Setúbal com vista ao lançamento do concurso público para a ampliação do Hospital de São Bernardo e início da respetiva empreitada.

A ampliação do Hospital de São Bernardo com a construção de um novo edifício permitirá a reorganização dos espaços e novas instalações para vários serviços, em particular novas instalações para o serviço de urgências, tendo em conta que as atuais estão em situação de rutura, está por concretizar.

A valorização do Centro Hospitalar de Setúbal, através da adequação do financiamento considerando a sua real diferenciação, a contratação de profissionais de saúde e o investimento na ampliação das suas instalações, são necessidades urgentes.

Face ao exposto e tendo em conta anteriores discussões e tomadas de posição desta Assembleia Municipal sobre esta matéria, a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em 28 de Abril de 2021, delibera:

- 1- Subscrever as preocupações manifestadas relativamente ao Centro Hospitalar de Setúbal em matéria de instalações, de financiamento e de falta de profissionais de saúde;*
- 2- Exigir do Governo a tomada de decisões imediatas que respondam aos problemas enunciados;*
- 3- Exigir que o Governo concretize os procedimentos concursais para a ampliação do Hospital de São Bernardo.”*

Não havendo intervenções, foi a Moção aprovada por unanimidade e em minuta.

Presidente da Mesa – A moção apresentada pelo PPD/PSD tem como tema, “*Saudação ao 25 de Abril*”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 14.

“Moção

Saudação ao 25 de abril

Comemora-se este ano o 47.º aniversário da Revolução de 25 abril de 1974.

Nessa data concretizou-se o golpe militar que derrubaria o Estado Novo, regime autoritário que durante quase cinco décadas silenciou a livre expressão política do povo português, dando-se início, mesmo que turbulento, ao processo democrático em Portugal.

Foi iniciada uma etapa na construção da Democracia e da Liberdade em Portugal – para pensarmos e agirmos de acordo com aquilo que somos, individual e coletivamente.

Este momento permitiu que se viessem a realizar as primeiras eleições universais e livres em Portugal. Destaca-se ainda a construção do Poder Local livre e democrático, sendo este provavelmente um dos maiores marcos do 25 de Abril – no qual é importante destacar a freguesia no município, ambos pela proximidade aos problemas das populações e dos cidadãos – também nesta matéria se tem feito muito, em termos de descentralização, onde as autarquias podem fazer mais com menos ou iguais recursos do que o Estado central.

Mas a democracia plena é a democracia que não só aceita a intervenção direta dos cidadãos (que tomam parte na vida pública e dirigem-na, segundo a nossa Constituição) como apela a essa mesma participação. Pelo que nos devemos regozijar com iniciativas dos cidadãos que se mobilizam, através das mais diversas formas, seja constituindo-se sob forma associativa, seja como peticionantes.

Enfrentamos coletivamente neste tempo um mal comum. Uma pandemia à escala global condiciona-nos nas nossas liberdades e limita o instinto gregário. Este mal que não escolhe raça, idade, religião, género ou opinião, obriga-nos a sermos mais solidários, mais justos, para com aqueles que já enfrentavam dificuldades, que se agravam, e com os que inesperadamente foram traídos por esta adversidade.

Como portugueses e setubalenses estamos a demonstrar aquilo de que somos feitos. Com coragem enfrentamos cada dia, cada um a desempenhar a sua parte. São tantos os sacrifícios e as provas daquilo que é a essência de sermos portugueses e setubalenses.

No presente ano de 2021 realizam-se eleições autárquicas, iniciando-se um novo ciclo político.

A Democracia é pluralista, pelo que pressupõe e afirma-se através de alternativas ao poder eleitoralmente constituído. São essas alternativas que se assumem, com capacidade de diálogo e de melhor construir pontes para afirmar Setúbal.

Como se afirma e bem: “abril é de todos”, mas também é de todas as cores!

Esta Assembleia deve honrar o legado de abril de 1974, mas sobretudo na certeza de que os nossos mandatos são fruto da vontade popular. A nós resta-nos respeitar a vontade popular a todo o momento, não só no dia em que somos eleitos, mas nos mandatos em que temos oportunidade de servir o concelho que nos une.

Que as celebrações do 25 de Abril não se tornem um hábito, mas sejam sempre oportunidade de lembrar que “o povo é quem mais ordena”. Não basta entoar a canção. É preciso ser exemplo para a cumprir.

Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em 28 de abril de 2021, delibera saudar o 25 de abril e todas as amplas liberdades conquistadas e o pluralismo democrático, que permite a alternância democrática expressa em eleições livres e conscientes.”

João Luz (CDU) – Relativamente a esta moção apresentada pelo PSD, acompanhamos o conteúdo deliberativo da mesma, ainda com algumas questões. Do ponto de vista do voto não poderemos acompanhar esta moção, porque estranhámos que ela seja uma adaptação da intervenção de um eleito do Partido Social Democrata, na sessão solene do 25 de Abril. O conteúdo dessa intervenção feita em nome de uma bancada foi transformado numa moção da Assembleia Municipal, o que parece-nos estranho, e porque contém um conjunto de aspetos, no quadro daquilo que é a sua explicação, que não acompanhamos e estamos longe de acompanhar, designadamente no que diz respeito a matérias da descentralização, onde não estão colocadas as questões relacionadas com a transferência de verbas para a execução das mesmas competências, ou mesmo a questão de se permitir por via democrática alternância expressa em eleições livres e conscientes. Para nós mais do que a questão da alternância, coloca-se a questão das alternativas e no quadro de um processo democrático é de alternativas que tratamos, o que também não acompanhamos esta lógica, que não deixa de ser real do novo ciclo político, mas a verdade é que de quatro em quatro anos existem novos ciclos políticos e esta não é para nós uma novidade. Pelo conteúdo e por esta adaptação de uma intervenção não iremos acompanhar esta saudação.

Não havendo mais intervenções, foi a Moção reprovada por maioria e em minuta, com 20 votos contra da CDU, uma abstenção de AC e 17 votos a favor, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do CDS-PP.

Presidente da Mesa – A Moção apresentada pelo PPD/PSD tem como tema, “*Saudação ao 1º de Maio - Dia do trabalhador*”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 15.

“Moção

Saudação ao 1.º de maio – Dia do Trabalhador

No dia 1 de maio de 1886, em Chicago, nos Estados Unidos, centenas de milhares de operários iniciaram uma luta histórica, realizando uma greve geral, onde reivindicavam a redução do tempo de trabalho para oito horas por dia, sendo reprimidos de forma violenta pelas forças policiais.

O Congresso Operário Internacional, que decorreu em Paris, a 14 de julho de 1889, proclamou o 1º de Maio como Dia Internacional do Trabalhador, em homenagem aos que morreram nas ruas de Chicago em luta pelo trabalho digno. A partir desta data, este dia passou a ser comemorado nos países europeus e noutros países do mundo, como forma de recordar anualmente a luta pelos direitos laborais e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

O 1.º de maio de 2021 é comemorado num momento particularmente difícil, com aumento do desemprego, perda de rendimentos, redução/suspensão de atividades económicas, agravamento da pobreza e a deterioração das condições de vida de milhares de trabalhadores e suas famílias.

A situação pandémica provocou uma crise social, que acentuou as fragilidades e desigualdades pré-existentes, afetando desproporcionalmente as mulheres, os trabalhadores menos qualificados, bem como os jovens e os trabalhadores precários.

As situações dramáticas de muitos trabalhadores e famílias, neste contexto de Covid-19, indiciam um novo aumento da pobreza, a qual já é perceptível no Concelho de Setúbal, através do aumento do número de pessoas que necessitam de apoio alimentar.

Nesta fase é essencial que se mantenham e reforcem as medidas excecionais e transitórias de resposta à pandemia, garantindo uma melhor proteção do emprego e dos rendimentos no imediato, mas sobretudo evitando um aumento massivo do desemprego a curto prazo.

Uma crise desta dimensão precisa – mais do que nunca – também de respostas mais diversificadas e eficazes.

Pela proximidade às populações, pela capacidade de agir nos casos mais concretos e pela agilidade dos instrumentos que têm ao seu dispor, as autarquias locais surgem como um ator principal de qualquer estratégia de combate à mitigação das consequências económicas e minimização dos danos sociais.

Celebrar o 1.º de maio, é defender o trabalho digno, lutar contra o trabalho não declarado, defender o diálogo social e a negociação coletiva. Este é o caminho privilegiado para podermos alcançar um Portugal Socialmente mais forte, mais justo, mais inclusivo e mais resiliente. É reconhecido que os países da União Europeia mais desenvolvidos, social e economicamente, assentam o seu crescimento numa forte cultura e prática do diálogo social e da negociação coletiva.

Comemorar o Dia do Trabalhador, relembrando que a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho se consegue nas ruas, nos locais de trabalho, mas também à mesa das negociações, em diálogo e com espírito de compromisso.

Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em 28 de abril de 2021, delibera saudar:

- 1 Todos os trabalhadores, mulheres e homens, que diariamente constroem com as suas mãos e esforço, a nossa sociedade e o nosso futuro em todas as áreas do trabalho;*
- 2 Todos aqueles que lutam por dignidade e justiça laboral;*

Os homens e mulheres que ao longo destes últimos 47 anos, têm lutado pela pluralidade sindical, pela assunção de compromissos em concertação social, contribuindo com o seu esforço para a realização de um Portugal mais desenvolvido e próspero onde o poder de compra dos trabalhadores seja uma realidade efetiva.”

Afonso Luz (CDU) – Esta moção refere: “*Celebrar o 1.º de maio, é defender o trabalho digno, lutar contra o trabalho não declarado, defender o diálogo social e a negociação coletiva*”. A pergunta que se faz é: O que fez o PSD sobre estes assuntos, enquanto foi Governo junto com o CDS/PP? Nunca houve tantos ataques e nunca tanto se fez contra a negociação coletiva, contra os direitos dos trabalhadores.

Nas deliberações termina referindo: “*É necessário um esforço para a realização de um Portugal mais desenvolvido e próspero, onde o poder de compra dos trabalhadores seja uma realidade efetiva*”. Quem neste país mais fez para deteriorar o poder de compra dos trabalhadores?

O PSD tem andado ultimamente a falar de um fim de ciclo, parece-nos que o fim de ciclo é do próprio PSD e se assim for nós regozijamo-nos por vê-los do lado daqueles que querem defender o trabalho com direitos e a negociação coletiva. Não iremos certamente acompanhar este documento.

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – Se tivéssemos a visão sectária, que foi agora apresentada por um elemento da bancada da CDU, também tínhamos votado contra aquilo que foi apresentado na moção ao 1.º de Maio, mas não somos assim porque defendemos uma pluralidade sindical e não andamos a dizer que os trabalhadores devem acompanhar a CGTP-IN ou a UGT, porque isso é da liberdade dos trabalhadores. Somos bastante defensores da negociação coletiva, o senhor está enganado! Todos os instrumentos de regulamentação coletiva passam de contratos coletivos de trabalho, acordos coletivos de trabalho e também acordos de empresa. Nunca houve tantos acordos de empresa realizados como foram no tempo do PSD com o CDS. Os senhores apoiam o atual Governo e não fomos nós, por exemplo, que pusemos a caducidade na contratação coletiva e os senhores nunca alteraram. Vir agora aqui dizer aquilo que disseram é somente porque querem votar contra aquilo que é a apresentação daquela saudação do PSD.

Se o PSD não fosse um partido de trabalhadores nunca tinha tido duas maiorias absolutas tal como teve em Portugal, porque é um partido que é transversal à sociedade portuguesa, tem trabalhadores por conta de outrem, tem empregadores, tem trabalhadores independentes e é aquilo que vocês não são, porque são sectários.

Não havendo mais intervenções, foi a Moção reprovada por maioria e em minuta, com 21 votos contra, 20 da CDU e 1 de AC, 2 abstenções do BE e 15 votos a favor, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 1 do PAN e 1 do CDS-PP.

Presidente da Mesa – A Moção apresentada pelo PAN tem como tema, “*Publicação do diploma que estabelece o regime jurídico da prevenção da contaminação e remediação dos solos*”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 16.

“Moção

Pela publicação do diploma que estabelece o regime jurídico da prevenção da contaminação e remediação dos solos

Considerando que:

O solo é um recurso natural com inúmeras funções ambientais, biológicas, culturais e económicas (além de representar uma base para a produção alimentar, ele acolhe mais de um quarto da biodiversidade do planeta, desempenhando um papel fundamental no ciclo de carbono e na mitigação das alterações climáticas), recurso não renovável à escala humana, que tem vindo a ser sujeito a excessivas pressões de origem antropogénica (contaminação, impermeabilização ou erosão) sem que haja legislação nacional específica para a sua gestão, conservação e recuperação em caso de contaminação.

*A contaminação dos solos é caracterizada pela ocorrência de poluentes no solo que podem deteriorar uma ou mais das suas funções, alterando as suas características. É maioritariamente provocada pela ação humana, estando correlacionada com a industrialização e intensificação da utilização de **produtos químicos, que através da dispersão de poluentes não controlada afeta, além dos solos, os recursos hídricos e a atmosfera.***

Através do 7.º Programa Geral de Ação da União para 2020 em matéria de ambiente da União Europeia (7.º PAA), «Viver bem, dentro dos limites do nosso planeta», foram identificados mais de meio milhão de locais contaminados. Em Portugal, estima-se que existam mais de 2.000 sítios contaminados, embora não haja certificação oficial. E de acordo com a Conferência Internacional Riscos, Segurança e Cidadania, 2017, em Setúbal, são 45 os focos de contaminação potencial dos solos no município, alguns dos quais coincidem com o sistema aquífero. Citando o documento: a contaminação dos solos está relacionada com depósitos ilegais de materiais diversos à superfície, “sucatas”, deposição de detritos animais resultantes de atividades agropecuárias, construção incorreta de fossas sépticas, utilização de herbicidas e fungicidas e a sobre-exploração dos aquíferos em zonas sensíveis. Junte-se a isto que a atividade industrial e a gestão inadequada de resíduos são causa importante da contaminação dos solos.

No 7.º PAA, com carácter vinculativo, foi determinado que os Estados-Membros deverão assegurar que o solo seja adequadamente protegido e recuperado nos locais onde existe degradação, incluindo a recuperação de solos contaminados, garantindo que até 2020 o território seja alvo de gestão sustentável.

Foi ainda determinado pelo Roteiro para uma Europa Eficiente na utilização de recursos que até 2015 todos os Estados-Membros deveriam efetuar um inventário dos locais contaminados e um calendário para os correspondentes trabalhos de reabilitação. Para além de não ter sido cumprida esta meta, a nível nacional a gestão dos solos tem sido largamente negligenciada, sendo que apenas a Lei de Bases do Ambiente considera a adoção de algumas medidas que “limitem e reduzam o impacto das atividades antrópicas nos solos, que previnam a sua contaminação e degradação e que promovam a sua recuperação”.

A contaminação dos solos é assim um problema grave, mas os agentes poluidores não são responsabilizados pela contaminação dos solos e, recorrentemente, os locais contaminados não são recuperados face à inexistência de um enquadramento legal para a Prevenção da Contaminação e Remediação dos Solos.

Veja-se o exemplo do Vale da Rosa, onde se encontram 80 mil toneladas de resíduos perigosos (contendo escórias de arsénio, cádmio, chumbo, mercúrio, níquel e manganês, misturados com “tout-venant” (areia e brita compactada). O problema está identificado, mas continuamos a aguardar a remoção e tratamento destes resíduos. A contaminação dos solos e águas superficiais e subterrâneas há muito que ocorreu e as águas contaminadas escorreram para o Rio Sado e foram, e ainda são, usadas para rega, expondo a população e os ecossistemas a níveis inaceitáveis de contaminantes tóxicos, o que configura um grave problema de saúde pública e ambiental adiado ad eternum e sem que as responsabilidades tenham sido apuradas até ao momento.

A 9 de janeiro o derramamento de lamas, alegadamente contaminadas, na praia de Eurominas, soterrou uma vasta área de pradarias marinhas. A poluição terá chegado até Alcácer do Sal, a 25 km de distância, com consequências ambientais muito graves e cuja real dimensão e efeitos a longo prazo ainda não são quantificáveis.

Não obstante, a 3 de setembro de 2015 foi elaborado um projeto legislativo (PRoSolos) cuja consulta pública findou a 4 de novembro do mesmo ano. Este visava “estabelecer o quadro legal aplicável à prevenção da contaminação e remediação dos solos, suportado em três pilares, o da avaliação da qualidade do solo, o da remediação e o da responsabilização pela contaminação dos solos”. Contudo, após 6 anos, esta legislação ainda não foi publicada.

Recordamos que, através desta legislação, a Agência Portuguesa do Ambiente emitirá Declarações de risco de contaminação e Certificados de qualidade do solo em cada fase do processo, permitindo que, em caso de transmissão do direito de propriedade do solo, não sejam ocultadas informações relativamente ao risco de contaminação e responsabilidade de recuperação. Também prevê a “criação e disponibilização ao público do Atlas da Qualidade do Solo, que inclui o geoprocessamento da informação relativa aos locais contaminados e remediados, atividades potencialmente contaminantes e técnicas de remediação adotadas”, colmatando o incumprimento do Roteiro para uma Europa Eficiente na utilização de recursos.

Deste modo, pretende-se com a publicação deste diploma que seja colmatada a inexistência de legislação nacional e sejam cumpridos os compromissos assumidos nacionalmente e internacionalmente no que diz respeito à preservação e recuperação de solos contaminados.

Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal, na sua reunião ordinária de 28 abril de 2021, delibera:

- 1- Apelar ao Governo para que publique o diploma que estabelece o regime jurídico da prevenção da contaminação e remediação dos solos.*
- 2- Remeter a presente Moção a Suas Excelências o Presidente da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro, o Ministro do Ambiente e da Transição Energética, Grupos Parlamentares na Assembleia da República.”*

Marco Costa (PS) – O PAN normalmente apresenta este tipo de documentos na Assembleia Municipal de Setúbal e todos os outros deputados municipais não questionam muitas vezes o enquadramento científico, técnico e mesmo jurídico dos argumentos apresentados, mas em determinadas matérias como esta por excelência, quando explanamos um a um os considerandos apresentados, por um lado é lógico que não podemos deixar de concordar com



a importância e com a urgência deste tema, com a salvaguarda da gestão apropriada dos solos com um constituinte fundamental do nosso ecossistema. Todos nós concordamos que não é legítimo, nem tolerável a proliferação de deposição de resíduos quer sejam eles perigosos, quer sejam eles relativamente inócuos, mas, por outro lado, só quando chegamos ao antepenúltimo parágrafo desta extensa moção é que temos a noção de que este tema constitui, na realidade, já uma prioridade do Governo. Na realidade o processo legislativo relativo à prevenção, contaminação e remediação dos solos que se chama Prosolos, constitui uma prioridade deste Governo, no sentido de ficarem salvaguardados os procedimentos ao nível da avaliação, da contaminação e remediação dos solos, bem como explicitada a respetiva cadeia de responsabilidade. Este projeto esteve em consulta pública desde 2015, sabemos que já é algum tempo, e estamos conscientes que esta é uma lacuna importante no quadro legislativo nacional, que se trata também de uma matéria muito complexa que exige o envolvimento de diversos setores, de forma a assegurar a sua eficácia. Sendo que este projeto está até ao momento em processo de revisão, no entanto, também salvaguardamos que, pior do que inação legislativa é uma contradição que atualmente existe e que se regista com outras políticas sectoriais que se atropelam e que poderão contribuir diretamente para a não resolução deste problema, para impedir a contaminação dos solos. Por esse motivo, apesar de manifestarmos plena concordância com a importância e com a urgência deste tema, em que todos nós eleitos locais e principalmente o grupo municipal do Partido Socialista pugnamos e desejamos a melhor qualidade ambiental em Setúbal. Todos nós lamentamos os atentados ambientais, a deposição de resíduos que possam contaminar os solos e muitas vezes a ausência de fiscalização ou até de meios para essa fiscalização. O grupo municipal do Partido Socialista vai optar por abster-se nesta matéria, uma vez que ela já é prioridade do Governo e que dada a sua alta complexidade ela terá em breve e a seu tempo, uma consolidação legislativa. Recordo que o PAN também tem eleitos a nível da Assembleia da República que podem contribuir para que este tema possa ser apresentado e acelerado com deveria ser.

Afonso Luz (CDU) – Sobre esta questão, tal como foi dito na intervenção anterior, isto é um diploma que se encontrou em consulta pública em 2015, e seis anos depois continua a ser analisado pelo Governo, que já apresentou várias datas para a sua publicação, mas até hoje nada. Estamos conscientes de que esta lei não virá resolver todos os problemas, designadamente má classificação e incorreto encaminhamento de resíduos para locais não licenciados, mas também estamos conscientes de que iria suprir uma lacuna no quadro legislativo nacional que evitaria situações como as que se têm verificado em vários locais do país, em especial no Parque das Nações em Lisboa, que é um dos exemplos mais emblemáticos desta questão. Os Verdes colocaram a questão ao senhor primeiro-ministro, que informou que a lei seria publicada durante o ano 2020, sucede que o ano de 2020 já lá vai e a lei continua por publicar. No dia 31/12/2020, apresentámos na Assembleia da República uma pergunta ao Governo em que se solicitava resposta, para quando se previa a publicação da lei e qual a razão pela qual ela ainda não tinha sido publicada. No dia 4 de janeiro de 2021, fomos enviada uma resposta que não é resposta nenhuma, mas simplesmente a dizer que este projeto é uma prioridade da área governativa do ambiente e da ação climática, mas não conseguimos obter mais qualquer resposta. Mais uma vez no nosso município, a Câmara Municipal está a substituir-se ao Governo e no âmbito do PDM tem sido efetuado um levantamento de situações. A carta de risco será uma realidade e em fase de execução, os proprietários dos terrenos que forem identificados como contaminados serão certamente notificados. Em conclusão iremos votar favoravelmente a esta moção.

Suzel Costa (PAN) – A posição do PAN na Assembleia Municipal de Setúbal é igual à posição do PAN na Assembleia Municipal do Seixal, de Almada e na Assembleia da República. O nosso interesse é sempre o mesmo, a de salvaguarda do ambiente, das pessoas e dos animais. Se esta lei é uma preocupação, ela anda devagar e devagarinho, pelo menos adaptou as regras da mobilidade suave, e vai muito devagar, devagarinho, porque já passaram seis anos à espera que o diploma seja publicado o que é inadmissível. Estas questões que nos preocupam a todos e que são relevantes, tal como falámos no Parque das Nações, mas também aqui em Setúbal, recorrentemente. Como é que conseguimos imputar um problema a câmara, quando o enquadramento legal ainda não está definido. Passaram seis anos, o que era tempo mais do que suficiente. A contaminação dos solos é um problema muito grave, os agentes poluidores continuam a não ser, na maioria das vezes, responsabilizados e muitas vezes os locais contaminados ficam à espera “*ad aeternum*” de serem recuperados.

Não havendo mais intervenções, foi a Moção aprovada por maioria e em minuta, com 29 votos a favor, 20 da CDU, 4 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do PAN, 1 do CDS-PP e 1 de AC, e 9 abstenções do PS.

Presidente da Mesa – A Recomendação apresentada pelo PAN tem como tema, “*Pela criação/expansão de um sistema de abrigos para felinos*”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 17.

“Recomendação

Pela criação/expansão de um sistema de abrigos para felinos

A consciência moral e ética expande-se e os municípios consideram hoje que os animais são seres sencientes e dignos de proteção. O bem-estar animal tem sido, felizmente, cada vez mais uma preocupação da população de Setúbal.

As colónias de felinos com o seu grupo de cuidadores providenciam um precioso auxílio ao trabalho da autarquia, principalmente na aplicação do programa CED. Estas cuidadoras e cuidadores, cidadãos comuns, juntam-se e criam grupos de trabalho, a título voluntário, com o objetivo de promover o controlo e tratamento de colónias de gatos silvestres e assilvestrados.

Uma colónia controlada e esterilizada traz inúmeras vantagens, nomeadamente menos queixas aos serviços camarários, diminuição da sobrepopulação dos felinos, redução drástica dos incómodos causados durante o período de reprodução, lutas e cheiros resultantes de marcação de território, além de ter um papel importante no controlo da população de roedores, um marco positivo para a população das freguesias e município em geral. Zelam não só pelo bem-estar e saúde dos animais como também pela higiene e limpeza urbana, limpando o local de alimentação dos felinos assim que estes terminam de comer, garantindo as condições de salubridade da área.

A instalação de abrigos por parte da autarquia, bem como a não retirada coerciva de abrigos que os cidadãos cuidadores instalam junto às colónias, são passos simples de dar, mesmo na ausência de verbas orçamentadas para o efeito (recordamos o caso do abrigo do Bairro dos Pescadores, cedido gratuitamente ao município).

Em suma, instalar abrigos preparados para serem, também, pontos de alimentação em condições de salubridade, nas colónias de gatos de rua tem várias vantagens:

1. *Permite que as colónias de gatos sejam acompanhadas, possibilitando a esterilização dos animais e a monitorização da evolução da população;*
2. *Promove uma melhor saúde pública, pois uniformiza as regras de higiene e limpeza relativas à alimentação dos animais e contribui para o controlo natural da população de ratos, uma vez que os gatos de rua não perdem os seus instintos predatórios;*
3. *Dota os bairros de um ponto de encontro para os vários cuidadores, reforçando os laços de solidariedade dentro da comunidade;*
4. *Fomenta melhores práticas junto dos cuidadores, pois a estética conferida pelos abrigos e cercas envolventes qualifica o espaço público a baixo custo, sobretudo quando temos em linha de conta os diferentes benefícios que traz.*

Assim, considerando que Setúbal possui, pelo menos, dois abrigos instalados em colónias de felinos que contribuíram para o acompanhamento desses animais de rua, para uma melhor saúde pública, para o reforço dos laços na comunidade e para a valorização do espaço público, a Assembleia Municipal de Setúbal, na sua reunião ordinária de 28 de abril de 2021, delibera recomendar à Câmara Municipal que:

1. *Aprofunde e acelere o processo de criação/expansão de um sistema de abrigos para felinos, nas colónias municipais já identificadas que não disponham destes equipamentos.*
2. *Envolva os grupos de cuidadores dessas colónias e as associações de proteção animal nesse processo, de modo a que o sistema a criar seja o mais adequado possível às necessidades dos munícipes e dos animais.”*

João Luz (CDU) – Relativamente a esta recomendação do PAN, partilhando algumas das preocupações que nela estão colocadas, acabamos por não a acompanhar porque entendemos que há uma solicitação na recomendação que não é possível, olhando para a realidade do concelho, ser pela nossa parte apoiada, que é de acelerar este processo. Este é um processo que está em curso, que envolve o município, os técnicos municipais, cuidadores e as associações de proteção dos animais, no sentido de envolver as populações e as comunidades dos locais onde existem estas colónias de felinos. A instalação de abrigos para felinos deve ser um processo construído e participado pelas populações desses próprios locais, sob pena de se criarem resistências a este processo. Com esta única questão acabamos por não acompanhar a recomendação ainda que acompanhando aquilo que são as preocupações nela expressa.

Não havendo mais intervenções, foi a Recomendação reprovada por maioria e em minuta, com 21 votos contra, 20 da CDU e 1 de AC, e 17 votos a favor, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do CDS-PP.

Presidente da Mesa – A Recomendação apresentada pelo BE tem como tema, “*Academia de Dança Contemporânea de Setúbal*”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

“Recomendação

Academia de Dança Contemporânea de Setúbal

Fundada em 1982 a Academia de Dança Contemporânea de Setúbal (Academia de Ensino Articulado), acrescentou ao nosso concelho uma mais-valia numa área de ensino tão

particular e rica como é o da dança contemporânea e a sua relevância na atividade cultural da cidade.

A Academia de Dança Contemporânea é uma Academia de Ensino Articulado, numa clara aposta na profissionalização dos seus alunos e que de forma consistente, conseguiu cativar jovens de ambos os sexos a procurar realizar os seus sonhos aqui em Setúbal, elevando ao mesmo tempo a capacidade de oferta do concelho, nesta área artística tão distinta.

Ao longo dos vários anos da sua existência a Academia viu a qualidade do seu ensino ser reconhecida por todo o meio profissional da dança tanto em Portugal como no estrangeiro, a qualidade do seu ensino, com o ingresso com sucesso de vários bailarinos formados na Academia, que construíram carreiras em companhias de nível internacional como: Companhia Nacional de Bailado, Ballet Gulbenkian, Companhia de Dança de Lisboa, Companhia de Dança Contemporânea (CeDeCe), Companhia Portuguesa de Bailado Contemporâneo, Weimar Theater (Alemanha), Companhia do Teatro de Basileia (Suíça), Dansgezelschap Reflex e Netherlands Danz Theater, (Holanda), Escola Martha Graham (New York).

Em concursos internacionais, têm sido atribuídas medalhas de Ouro, Prata e Bronze aos alunos da ADCS, avaliação positiva que amplia a diversidade de domínios onde o sucesso tem sido uma constante.

Atualmente, contudo, a Academia de Dança Contemporânea, atravessa dificuldades que poderão determinar o seu encerramento.

As suas atuais instalações, situadas no espaço da Fundação da Escola Profissional de Setúbal, nas Manteigadas, mostram-se desadequadas e limitadoras da possibilidade de expansão do número de alunos, que por força e impacto da pandemia, têm vindo a decrescer e com resultados diretos na saúde financeira da Academia.

Como exposto no email recebido por todas as forças políticas com representação municipal “a maior urgência se encontra centrada na necessidade de apoio financeiro e encontrar urgentemente um novo espaço para garantir as condições adequadas à formação dos nossos bailarinos.”

Considerando a importância para o nosso concelho da existência desta instituição e as correspondentes estruturas adequadas à prática do ensino da dança, não podemos deixar de trazer a esta assembleia as preocupações manifestadas pela Associação de Pais da Academia. Vários jovens correm o risco de ver os seus sonhos desfeitos, com prejuízo para as suas vidas académicas e profissionais, uma vez que tendo seguido a vertente artística, no ensino articulado, não tiveram várias disciplinas do ensino regular, o que em muito dificultará a sua reintegração nessa modalidade de ensino.

Perante as responsabilidades que nos assistem como eleitos no poder local democrático, a manutenção desta Academia no nosso concelho coloca-se como imperativo a todos nós e ao qual devemos manifestar o nosso apoio.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em 28 de abril de 2021, delibera:

- 1) Recomendar à Câmara Municipal que em conjunto com a Direção e a Associação de Pais da Academia de Dança Contemporânea, encontrem a melhor solução nos apoios considerados necessários para a continuação da existência da Academia, nomeadamente quanto a cedência de um novo espaço para a sua atividade e apoios financeiros previstos a este tipo de instituições.*

A presente recomendação, a ser aprovada, deverá ser remetida às seguintes entidades:

- *Direção da Academia de Dança Contemporânea de Setúbal;*
- *Associação de Pais da Academia de Dança Contemporânea de Setúbal;*
- *Ministério da Educação;*
- *Direções de todos os agrupamentos de escolas do concelho;*
- *Associações de Pais e Encarregados de Educação de todas as escolas do concelho.”*

João Luz (CDU) – Relativamente a esta recomendação do Bloco de Esquerda sobre a Academia de Dança Contemporânea, a bancada da CDU acompanhando o conjunto de preocupações que nela está expressa, considera que é um assunto que merecia da parte da Assembleia algum aprofundamento e julgamos que seria matéria para ser analisada na Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais, com alguma proteção no quadro geral daquilo que tem sido os apoios prestados pela Câmara Municipal, as preocupações da direção da Academia de Dança e até da própria Associação de Pais que nos enviou uma missiva. A nossa proposta, se houvesse acordo, era que esta questão pudesse descer à Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais.

Vítor Rosa (BE) – O Bloco de Esquerda acompanha as preocupações e medidas aqui apresentadas por João Luz da bancada da CDU, deixamos descer à Comissão esta proposta.

Vítor Ferreira (PS) – Vamos também subscrever a proposta, uma vez que também recebemos essa comunicação da Associação de Pais e parece-nos que fica mais consistente aquilo que poderá ser o nosso apoio.

Presidente da Mesa – Solicitava aos outros senhores deputados se há algum inconveniente na proposta de baixar à Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais. Não havendo manifestações contra esta proposta, que já foi aceite pelos outros grupos políticos e mesmo sem votação é possível afirmar que os senhores deputados consideram que, tendo em conta a importância e a necessidade de aprofundamento do tema, incluindo de ouvir os interessados, que esta recomendação baixe à referida Comissão.

Presidente da Mesa – A Saudação apresentada pelo BE tem como tema, “*Voto de Saudação ao 1.º de Maio*”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 19.

“Voto de Saudação ao 1.º de Maio

No dia 1 de maio de 1886, em Chicago, milhares de trabalhadores saíram às ruas exigindo direitos laborais. Este dia é lembrado pelo slogan que ficou a ecoar na história “Oito horas de trabalho, oito horas de lazer, e oito horas de descanso”, mas também pela trágica morte de vários ativistas, mortos pela repressão policial que disparou cegamente sobre a multidão que exigia direitos e dignidade. Apesar da repressão os trabalhadores continuaram a luta, que viria a resultar, anos mais tarde, em ganhos de direitos e de liberdade para a maioria da classe trabalhadora.

Em Portugal, o 1.º de Maio de 1974, realizado oito dias após o 25 de Abril, depois de décadas de repressão do Estado Novo, foi uma explosão de democracia nas ruas do país e marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: o Estado Social, a Segurança

Social, o direito a cuidados de saúde públicos, à educação, à habitação, o direito ao trabalho e ao salário, a luta pelo pleno emprego, o reconhecimento às férias e aos subsídios de férias, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional no valor de 3.300\$00 (16,50€). Foi também após esta data que se consagraram ainda o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como um novo movimento do trabalho ao nível das empresas, as Comissões de Trabalhadores (CT).

Portugal atravessa hoje um período muito complicado, com trabalhadores em lay-off, trabalhadores precários a serem despedidos ou ameaçados, falta de condições de higiene sanitária para trabalhar (locais de contacto com o público onde não são fornecidas luvas, nem máscaras para trabalhar) e um aumento generalizado de insegurança e desemprego.

A defesa do emprego mostra-se determinante para a recuperação económica e social de todas e todos.

Antevendo uma grave crise económica e de direitos dos trabalhadores, faz ainda mais sentido lembrar todos os direitos conquistados e defender todas e todos no direito a um emprego estável e a um salário condigno.

No Município de Setúbal são preocupantes as situações das trabalhadoras e dos trabalhadores de vários setores da restauração à hotelaria, das micro, pequenas e médias empresas, ao pequeno comércio familiar, de empresas como a Yola que continuam a aumentar o número do trabalho precário, da violação dos seus direitos dos desempregados.

Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida a 28 de abril de 2021, delibera:

- 1. Saudar o 1º de Maio e fazer votos para que seja o momento agregador das várias gerações e saudar nele a coragem de todos os homens e mulheres que exigem dignidade, defesa da democracia e de desenvolvimento pelo progresso social, defesa do emprego, salário ou pensão e da prestação de um serviço público.*
- 2. Saudar as lutas dos trabalhadores e das populações da cidade que em defesa da nossa saúde asseguram serviços como a recolha do lixo, a venda de bens essenciais, os transportes, o correio, a limpeza e manutenção das estruturas e a escola pública na garantia de alimentação de emergência;*

Saudar o trabalho de todos os profissionais na área da saúde no combate à pandemia em curso, em particular a todo o SNS e seus profissionais.”

Não havendo intervenções, foi o Voto de Saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

Presidente da Mesa – A Recomendação apresentada pelo BE tem como tema, “*Insetos Polinizadores*”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20.

**“Recomendação
Insetos Polinizadores**

A polinização é o nome que se dá ao processo de transporte do pólen das estruturas masculinas das flores para a parte feminina de uma flor da mesma espécie. Isto permite a formação de sementes, forma de reprodução das plantas com flor, do qual resultam descendentes, e é essencial para a manutenção das comunidades de plantas silvestres e agrícolas;

Pelo menos 80% das espécies cultivadas no mundo inteiro precisam de polinização para fazer a reprodução, sendo que a polinização também é responsável pela produção de 90% das frutas, leguminosas e hortícolas que consumimos;

A polinização é feita por agentes polinizadores que são maioritariamente insetos. As abelhas e as borboletas são os polinizadores mais amplamente conhecidos, no entanto, outros tipos de insetos também estão envolvidos neste processo, como escaravelhos, moscas, vespas, traças, etc;

Se os insetos polinizadores desaparecerem, a maioria das plantas não conseguirá reproduzir-se e acabará também por desaparecer, causando assim a destruição total das cadeias alimentares num efeito de dominó.

Em Portugal existem mais de 1000 espécies de insetos polinizadores, entre abelhas, abelhões, vespas, moscas, borboletas, escaravelhos e formigas. Nas últimas décadas muitas destas espécies sofreram um decréscimo de cerca de 75%.

A perda de biodiversidade tem causas adversas, a urbanização e a fragmentação dos habitats, que reduzem a sua distribuição geográfica, a agricultura intensiva, que destrói os prados e recorre ao uso intensivo de pesticidas, e as alterações climáticas, com a subida das temperaturas e a dessincronização entre as épocas de floração e o ciclo de vida dos insetos.

Também a destruição da flora natural das várias regiões, substituída por monoculturas ou plantas exóticas com períodos de floração desfasados dos ciclos de vida anuais dos insetos nativos, o que leva a que estes obtenham alimento na época adequada, acabando por morrer.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em 28 de abril de 2021, delibera recomendar à Câmara Municipal que adote as seguintes medidas, de forma a ajudar a reverter a diminuição do número de insetos:

- 1) Corte de relvados por seções, nos vários parques da cidade, dando oportunidade a que haja sempre uma parte da vegetação com plantas mais altas, o que dará tempo a que ocorra a floração;*
- 2) Instalação de estruturas de abrigo para insetos nos vários parques da cidade, principalmente aqueles que tendo árvores jovens, ainda não têm as cavidades naturais que se formam nas árvores mais antigas.*
- 3) Construção de canteiros com plantas nativas, em floração durante todo o ano e adequadas aos insetos autóctones da nossa região.”*

João Luz (CDU) – Acompanhando as preocupações relativas aos problemas que se colocam com a biodiversidade, entendem que a câmara tem feito um conjunto de intervenções nesta área e tem tido esta preocupação sistematicamente na forma e no conteúdo da sua intervenção. Colocamos isto na preocupação com mais espaços verdes, com a melhor qualidade desses espaços verdes, com a procura de maior biodiversidade, com opções por plantas de vários portes, com a introdução na via pública de um conjunto de canteiros, designadamente e a título de exemplo, na Av. 22 de Dezembro ou na Av. Antero de Quental. Preocupações que estão presentes nas práticas dos técnicos e trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal e esta é a questão, parece-nos que esta recomendação vai a um ponto de interferência no plano técnico, que ultrapassa em muito aquilo que é uma recomendação da Assembleia Municipal. Certamente não foi com esta intenção, mas roça o insulto ao conjunto dos técnicos e trabalhadores que nesta área desenvolvem a sua atividade. É como se estivéssemos a falar para pessoas que não sabem do que estão a tratar. Com este sentido não acompanharemos esta recomendação.

Ausentou-se da sala a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão, Celestina Neves.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação reprovada por maioria e em minuta, com 20 votos contra da CDU e 17 votos a favor, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do CDS/PP.

Regressou à sala a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão, Celestina Neves.

Presidente da Mesa – Temos o Voto de Pesar apresentado pelo PS, pelo falecimento do senhor Eng. Jorge Coelho, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 21.

“Voto de Pesar

Jorge Coelho faleceu no passado dia 07 de abril aos 66 anos.

A sua atividade política e profissional foi extensa, diversificada e sobretudo empenhada, deixa-nos um legado político de diversidade e de dedicação inigualáveis, tendo atingido inclusivamente a alta dignidade de Conselheiro de Estado.

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas, no Instituto superior de Ciências Económicas e Financeiras na Universidade Técnica de Lisboa, nasceu a 17 de julho de 1954 em Contenças, no concelho de Mangualde, distrito de Viseu.

Jorge Coelho filiou-se, no Partido Socialista em 1982, onde desempenhou diversas funções. Histórico socialista, soube de forma singular traduzir na sua atuação a proximidade ao cidadão comum, cujos anseios e emoções soube interpretar como poucos governantes o conseguiram.

Em 1983 foi chefe de gabinete do Secretário de Estado dos Transportes do IX Governo Constitucional. Foi secretário adjunto para a Educação e Administração Pública do governo de Macau. Em 1985, no governo liderado por António Guterres, assumiu o cargo de Ministro-Adjunto e em 1997 Ministro da Administração Interna.

Em 1999 tomou posse com o Ministro da Presidência e do Equipamento Social e, em 2000, passou a Ministro de Estado e do Equipamento Social.

Na sequência da queda da ponte de Entre-os-Rios, em Castelo de Paiva, a 4 de março de 2001, pediu a demissão do Governo assumindo a responsabilidade política no imediato com a frase “A culpa não pode morrer solteira”.

Foi deputado nas V, VI, VII, VIII, IX e X Legislaturas. Foi Presidente da Comissão do Poder Local, Ordenamento do Território e Ambiente e Conselheiro de Estado.

Jorge Coelho foi também autarca em Setúbal, tendo encabeçado a lista à Assembleia Municipal pelo Partido Socialista em 2001.

Em novembro de 2006, Jorge Coelho renunciou ao mandato de deputado e abandonou todos os cargos partidários, para se dedicar à docência, à consultoria, à atividade empresarial e ao comentário político. Foi presença constante no programa “Quadratura do Círculo”, da SIC, e, mais tarde, no programa “Circulatura do Quadrado”, da TVI. Também enquanto comentador político fazia valer as suas ideias com convicção e determinação, mas sempre com respeito pelos outros e pelas suas ideias. Jorge Coelho cultivava a amizade e privilegiava o debate ideológico salutar.

Em 2008 renunciou ao cargo de Conselheiro de Estado para aceitar ser CEO do grupo Mota-Engil.

Em 2016 fundou a Queijaria Vale da Estrela situada em Mangualde, onde se produz o queijo Serra da Estrela.

Jorge Coelho ficará para sempre na nossa memória como alguém que materializou os valores do socialismo democrático e da dedicação à causa política e pública.

À família enlutada e ao Partido Socialista a Assembleia Municipal de Setúbal endereça sentidas condolências.”

Afonso Luz (CDU) – A CDU associa-se a este voto de pesar. Lembrar aqui a sua passagem, embora breve, como deputado nesta Assembleia Municipal, recordando o facto de ter tido a coragem de aqui ter votado favoravelmente uma moção de condenação da coíncineração na Serra da Arrábida, por nós apresentada, manifestando-se dessa forma contra aquela que era e continua a ser a posição oficial do Partido Socialista.

Vítor Ferreira (PS) – Agradecer esta referência, não só porque demonstra o que era e como era o nosso camarada Jorge Coelho, porque também isso caracteriza o Partido Socialista, um partido livre de homens e mulheres livres.

Não havendo mais intervenções, foi o Voto de Pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

Presidente da Mesa – Propunha que se fizesse um minuto de silêncio em homenagem.

Fez-se um minuto de silêncio.

Presidente da Mesa – A Saudação apresentada pelo PS tem como tema, “1.º de Maio - Pela recuperação de Portugal e valorização do trabalho pós pandemia”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 22.

“Saudação – 1.º de Maio

Pela recuperação de Portugal e valorização do trabalho pós pandemia

Desde 1891, no congresso operário internacional em França, que, anualmente por todo o mundo, se presta homenagem aos trabalhadores de Chicago que, três anos antes, morriam nas ruas de Chicago em luta pelo trabalho digno. Importa referi-lo porque o simbolismo dos eventos que desde então se organizam pelo mundo fora, têm sempre o mesmo propósito, lutar pelo trabalho digno.

Foram os factos históricos que transformaram o 1.º de Maio no Dia do Trabalhador, como também histórico e atípico, foi o último ano vivido em pandemia o qual deu origem a uma crise económica e social sem precedentes.

Em Portugal, a crise sanitária veio interromper um período de crescimento económico e social que recuperava Portugal e os portugueses da anterior crise financeira. No final de 2019 houve já 25 trimestres consecutivos de crescimento do PIB. O emprego aumentou sempre desde 2013 lado a lado com o crescimento da economia. A taxa de desemprego atingia o valor mais baixo desde 2002 (6,5%) e os salários reais tinham crescido 2,7% em 2018 e 2% em 2019.

Os efeitos diretos e indiretos do Covid-19 na economia e no mercado de trabalho possibilitam a identificação dos trabalhadores e das trabalhadoras em maior risco. A exposição ao desemprego é maior nas mulheres; nos trabalhadores com baixas qualificações; nos jovens e

nos precários. Tendo consequências dramáticas para muitos portugueses e muitas portuguesas que perderam o emprego, o impacto da crise sanitária só não foi maior porque o diálogo social e o compromisso entre os parceiros sociais permitiram respostas como o layoff simplificado.

A pandemia fez-nos recuar no tempo. Aumentou a desigualdade; muitos trabalhadores regressaram ao desemprego e as dificuldades financeiras das famílias cresceu com a diminuição de rendimentos.

Assim, o 1.º de Maio de 2021, não só deve alertar para a reposição do caminho que era traçado antes da Pandemia, mas também marcar uma agenda progressista para o mercado de trabalho tendo em conta as profissões e os profissionais do futuro. Ao mesmo tempo, o Dia do Trabalhador, deve honrar as memórias daqueles que tombaram para que a nossa geração pudesse viver de forma condigna.

No futuro próximo a prioridade deverá ser a criação líquida de emprego na tentativa de repor os empregos levados pela crise sanitária. Em simultâneo, a preocupação deverá ser não deixar ninguém para trás, principalmente a franja mais vulnerável da sociedade e que mais sofreram e sofrem com a crise atual.

A nova economia, o trabalho à distância, o papel da contratação colectiva, a digitalização dos serviços e as plataformas digitais são realidades às quais o mercado laboral e o poder político não podem fugir.

A conciliação da vida profissional e familiar; o direito a desligar, a qualificação profissional; a sustentabilidade ambiental, a expectativa de carreira e o salário digno são questões às quais se deve dar respostas.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Setúbal, saúda o 1º de Maio, não apenas como um dia de comemoração e homenagem, mas também como um momento de importante reflexão sobre os novos desafios para o mundo do trabalho e de motivação para, em compromisso e diálogo social, se construírem os necessários consensos para a resolução efectiva dos problemas.”

João Luz (CDU) – Iremos acompanhar esta saudação ao 1.º de Maio apresentada pelo Partido Socialista, apesar de entendermos que há nesta saudação uma visão romântica das relações laborais, uma visão em que trabalhadores e patrões estão ao mesmo nível e negociam de igual para igual, uma visão de que é pela negociação e pelo consenso que se alcançam direitos e parece que a história não ensinou nada. A própria história que vem num conjunto de saudações ao 1.º de Maio que temos aqui e que começam com as questões da luta. Estamos todos de acordo com as lutas em 1891. Nestas alturas foi a luta que conquistou direitos, mas hoje já não é a luta que conquista direitos, porque eles são conseguidos à mesa da negociação entre iguais. Aquilo que nós conhecemos, é que as negociações, a concertação social tem servido substancialmente para traficar direitos de quem trabalha. Estaremos sempre de acordo e disponíveis para toda a concertação social, apoiaremos todos os processos de concertação social desde que eles sejam com um objetivo claro, que é o de garantir e conquistar direitos e não é isso que tem acontecido.

Dito isto, votaremos favoravelmente esta saudação, apesar de todas as interrogações, porque é numa demonstração no quadro desta assembleia de que não somos uma bancada sectária.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

Presidente da Mesa – A Recomendação apresentada pelo PS é referente à questão do Centro Hospitalar de Setúbal, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 23.

“Recomendação

O centro Hospitalar de Setúbal – CHS/EPE – foi constituído em 31/12/2005, por fusão do Hospital de São Bernardo e do Hospital Ortopédico Sant’Iago do Outão. A sua área de influência abrange os Concelhos de Setúbal, Palmela e Sesimbra.

Setúbal, capital de Distrito, foi a cidade que teve o primeiro Hospital Regional do Continente, quando viu atribuído esse título ao então Hospital da Misericórdia em 1946, mais tarde é criado o Hospital de São Bernardo – tendo o projeto arrancado em 1955, sendo inaugurado em 9 de maio de 1959.

Hoje, consideramos ser essencial uma correta e ponderada redefinição da orgânica hospitalar a nível da nossa região, com a necessária orçamentação, adequação de recursos humanos e de meios tecnológicos.

O Conselho Clínico do Centro Hospitalar de Setúbal (Hospital de São Bernardo e Hospital Ortopédico do Outão), alargado a responsáveis de Unidades Médicas, coordenadores de Comissões, chefes de Equipa de Urgência e outros responsáveis de Setores Clínicos do CHS, reunido em Assembleia Geral no dia 8 de abril de 2021, no Anfiteatro do Instituto Politécnico de Setúbal, deliberou transmitir a diversas entidades competentes o que aprovaram por unanimidade, a saber:

- 1. Exigir, com base na vasta área de influência e na diferenciação adquirida, a requalificação do CHS ao nível seguinte de diferenciação (Grupo C para Grupo D), lembrando que a classificação prévia emanada da portaria 82/ 2014 de 10 de abril foi revogada pela portaria n.º 147/2016 de 19 de maio 2016, tendo então sido reiterado, pela Tutela, o compromisso de uma nova atualização, o que não aconteceu até hoje;*
- 2. Obter garantia que as verbas atribuídas para a ampliação do CHS, inscritas no Orçamento aprovado em Assembleia da República para o corrente ano de 2021, vão finalmente ser aplicadas e que não estão dependentes da alienação das instalações onde se situa o Hospital Ortopédico do Outão;*
- 3. Pretender serem informados de qual a última versão do Plano do novo edifício projetado. Entendem, pois, que devem ser chamados de novo a colaborar na apreciação do mesmo, exigindo que ele seja também acompanhado por um plano funcional paralelo que permita a reabilitação coerente dos edifícios mais antigos, designadamente dos espaços que se prevê ficarem vagos;*
- 4. Finalmente, chamar a atenção para a necessidade premente de serem criadas as condições de atratividade suficientes que permitam fixar as novas gerações de médicos aqui formados ou que se queiram juntar a este projeto hospitalar. A progressiva precarização dos seus quadros que abrange a grande maioria dos Serviços, irá, a muito curto prazo, conduzir à total inviabilização do CHS como Hospital da Cidade Capital de Distrito, tal como os signatários têm vindo reiteradamente a expor superiormente.*

Face ao exposto o GMPS recomenda à Assembleia Municipal de Setúbal:

- A - A criação de uma Comissão Eventual da Assembleia Municipal de Setúbal que possa desenvolver trabalho com todos os intervenientes, nomeadamente representantes de utentes e dos profissionais do CHS, de modo a permitir uma tomada de posição de reforço fundamentado na posição assumida e partilhada, com esta Assembleia Municipal, através da Moção aprovada em Assembleia Geral alargada do Conselho Clínico do Centro Hospitalar de Setúbal, reunida em 8 de abril de 2021.*

- B - Que o trabalho da Comissão Eventual possa incidir na questão da reclassificação do CHS e da atualidade do projeto de ampliação, sobretudo tendo em conta a crise pandémica do último ano e meio, e a alteração de paradigma que esta situação pode ter determinado face a decisões tomadas anteriormente pela administração e tutelas.*
- C - Que a posição que vier a ser assumida em sessão plenária da Assembleia Municipal de Setúbal, na sequência da apresentação de relatório pela Comissão Eventual, seja remetida às entidades competentes e possa contribuir, articulada com tomadas de posição das Assembleias Municipais de Palmela e Sesimbra, concelhos igualmente abrangidos pelos serviços do CHS, para a apresentação de uma tomada de posição ainda mais substantiva.”*

João Luz (CDU) – Relativamente a esta recomendação do Partido Socialista colocam-se logo algumas questões. A primeira prende-se com o facto de este documento não corresponder a uma recomendação e mais uma vez, estamos a chegar ao final do mandato e a bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal continua a apresentar documentos que do ponto de vista formal, não parecem ter condições de serem apreciados. A recomendação refere: “*face ao exposto, o grupo municipal do Partido Socialista recomenda à Assembleia Municipal*”. Têm todo o direito a recomendar, mas nós não temos nada a ver com isso, é o Partido Socialista que recomenda, o que não nos parece fazer sentido. Apenas teria sentido se o grupo municipal do Partido Socialista apresentasse uma proposta para constituição de uma comissão eventual, que é o que aqui está, a qual teria que integrar ordem de trabalhos e não seria no período de antes da ordem do dia que seria discutida, como os senhores bem sabem, do ponto de vista regimental.

Parece-nos estranho que o Partido Socialista, tendo até a coordenação da Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais, a desvalorize a este ponto, não integrando nos trabalhos dessa comissão, tal como já foi colocado noutras missivas do Centro Hospitalar para a Assembleia Municipal, por via da Comissão Permanente, que foi atribuída à Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais para se tratar desta matéria.

A questão que se coloca é o porquê da desvalorização da comissão existente?

Vítor Ferreira (PS) – Já não tenho tempo suficiente para a minha intervenção, mas a questão do nosso hospital é muito mais importante do que esta questão formal. Trouxemos uma recomendação para que na Assembleia Municipal as diferentes bancadas pudessem estar de acordo com a criação de uma comissão eventual, independentemente de outras comissões e de outras coisas que se possam ter feito ou não. É importante do nosso ponto de vista, por isso recomendamos à Assembleia Municipal para que nos consigamos entender naquilo que é o tentar perceber, tentar compreender, tentar acompanhar o documento que nos chegou e que motivou esta recomendação e que também motivou a tomada de posição política, que ainda agora aprovámos por unanimidade, que a CDU apresentou. É o nosso hospital! Já fizemos e fizemos bem, a aprovação de uma moção para marcar claramente a posição dos órgãos autárquicos políticos em Setúbal, nomeadamente desta Assembleia, no entanto, parece-nos que é importante ouvir as pessoas, os utentes, os profissionais, para dar mais substância àquela que tem que ser a nossa posição.

Há uns anos atrás, também durante um Governo Socialista, conseguimos acabar com as escolas do 2.º e 3.º Ciclo que existiam em pavilhões no nosso concelho, porque todos (PSD, BE, CDU e PS) trabalhámos no Parlamento, trabalhámos em várias instâncias, para que isso fosse possível. O Governo era socialista e isso também ajudou. Temos agora um Governo



socialista que tarda nalguns aspetos em dar uma resposta efetiva a esta questão. Temos que aproveitar esta oportunidade, senão prendemo-nos com a espuma dos dias dando atenção àquilo que é importante, que é “*todos juntos pelo nosso hospital*”.

Paulo Calado (PPD/PSD) – Este tema é importante não só para Setúbal enquanto concelho, mas para a região. Com o tempo que nos resta, pretendia realçar as contínuas promessas dos últimos cinco anos de concretização deste investimento. Compreendo, por um lado, que a CDU o mencione em discursos e que mencione essa preocupação, compreendo também da parte dos elementos do Partido Socialista que estão aqui e sei que é genuíno o seu voluntarismo nesta proposta, porque na verdade é uma proposta e não uma recomendação, que nós votaremos a favor pela criação desta comissão, mas ela por si não resolve nada, resolveria era o Governo concretizar aquilo que pôs em Orçamento de Estado, que há cinco anos é prometido e não é feito e da parte da CDU, em especial do executivo camarário, fazer todos os esforços para que isso se concretize. Podemos passar das palavras aos atos, a verdade é que nestes cinco anos ou nestes seis orçamentos foram viabilizados pelo PCP e pelos Verdes, pela CDU e estranha-se que ao fim destes anos todos, ainda não tenha sido concretizado.

Temos também que relembrar o problema que há de recursos humanos, em que há um risco sério de deixarmos de ter as especialidades que temos, porque muitos dos profissionais de saúde estão a reformar-se. Há um risco sério de sermos subalternizados em relação ao Garcia de Orta em Almada e ao Hospital Litoral Alentejano. Isto pode fazer parte ou não de uma estratégia, mas que é estranho é que ao fim de cinco anos, isso não tenha acontecido.

Concordamos com esta recomendação, mas é pouco e deve ser feito um maior esforço por parte do executivo no sentido que isto se concretize.

Relembro a Presidente Maria das Dores Meira, que ainda é nossa presidente da Câmara, apesar de não estar aqui na Assembleia como tem sido habitual, de ter ameaçado ir para a porta do ministério fazer greve de fome. Era uma boa oportunidade para o fazer agora, porque, se calhar, este assunto é muito mais importante.

João Luz (CDU) – Este documento vem formalmente mal feito e é impossível ser analisado neste período de antes da ordem do dia esta é a questão de fundo. O documento pode ser muito importante, a bondade pode ser total e estamos inteiramente de acordo, a preocupação com o hospital é a nossa preocupação, tal como hoje já apresentámos uma moção nesse sentido, mas uma coisa são moções, outra coisa são recomendações e outra coisa são propostas. Ainda nesta assembleia, alguns dos senhores membros da Comissão Permanente, que estão a “régua e esquadro” a tomar opções sobre a introdução de propostas nesta assembleia, estranha-se agora que relativamente a esta recomendação entendem que há uma possibilidade aberta de se ultrapassar todos os formalismos.

Não se percebe o porquê desta iniciativa do Partido Socialista de desvalorizar uma comissão à qual presidem, comissão essa que já ouviu o vereador da área da saúde, já ouviu os médicos, já ouviu o conselho de administração e tem um trabalho feito sobre esta matéria.

Porque é que os senhores querem desvalorizar uma comissão de trabalho constituída com trabalhos sobre esta matéria na Assembleia? Qual é o objetivo?

Para nós é incompreensível, há uma comissão constituída, uma comissão de trabalho, que aprecia regularmente as matérias de saúde, que tem trabalho feito sobre esta matéria e senhores entendem paralelamente criar uma outra comissão para acompanhar as questões do Hospital, que na nossa opinião não faz qualquer sentido.

Relativamente à intervenção do PSD, esclarecer que o orçamento de 2021 foi viabilizado pelo voto do PCP, mas também importa dizer que nesse orçamento foi incluído por proposta do PCP, 17,2 milhões de euros a serem transferidos para a ampliação do hospital.

Vítor Rosa (BE) – O atraso que continua a existir relativamente à resolução do problema do Centro Hospitalar de Setúbal tem um nome “Partido Socialista”, a incapacidade de tornar no terreno aquilo que já está aprovado há muito mais tempo.

Existindo cabimentação orçamental, porque é que não é colocado no terreno?

Relativamente à questão formal ou informal de que estamos a discutir, o Bloco nunca se opôs à criação de comissões eventuais durante todo este mandato. Dando razão à questão levantada pelo João Afonso Luz relativamente há existência de uma comissão da própria assembleia, em que esta matéria poderia descer, para ser avaliada, ser discutida e serem chamados todos os intervenientes para avaliar esta situação. Pode haver alguns erros à forma como foi apresentada esta recomendação, mas uma vez que é essa a preocupação da moção que chegou a esta assembleia, por parte dos senhores diretores do Centro Hospitalar de Setúbal, na procura de resolução de um problema que vai ter reflexo sobre toda a população deste concelho e não só.

Deixava em aberto, se houvesse entendimento entre todas as partes, perante as preocupações manifestadas nesta recomendação, que elas fossem passadas à Comissão de Educação dando um caminho a estas preocupações. Do ponto de vista formal, se não existe essa possibilidade de se transformar isto numa proposta de criação de uma comissão eventual de acompanhamento, então que se passe esta para outra situação, mas isso ficará nas mãos do Partido Socialista que apresentou este documento.

Vítor Ferreira (PS) – Continuo a não compreender, no entanto aceitamos a alteração de recomendar que a nossa comissão já constituída preste uma especial atenção àquilo que é colocado na moção que nos fez chegar a assembleia geral alargada do Conselho Clínico. Podemos abdicar da criação de uma comissão eventual. Pretendíamos dar uma atenção cuidada e mais cirúrgica a este problema que, como foi dito, tarda em ser resolvido, mas como queremos que ele seja resolvido com a urgência necessária, e para ser resolvido todos não somos demais, aceitamos a ideia de substituir a criação de uma comissão eventual pela nossa Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais. A recomendação é nesse sentido.

Presidente da Mesa – Agradecia que se manifestassem e se tem algo a contrariar relativamente à proposta agora apresentada pelo grupo político do Partido Socialista. Onde se lê: “*Propõe-se a criação de uma comissão eventual da Assembleia Municipal para desenvolver e aprofundar este tema*”, deverá ler-se: “*Propõe-se que a Comissão da especialidade que existe na Assembleia Municipal possa desenvolver o trabalho e aprofundar este tema*”.

Algum dos senhores deputados ou grupo político tem alguma questão a colocar sobre esta matéria?

Anita Vilar (CDU) – Andamos aqui a adiar um problema! Esta comissão já foi recebida pelos órgãos de administração hospitalar, fomos ouvidos, colocaram-nos as questões e trouxemo-las para cá, por isso não entendo que é que andamos a fazer! Só me emociono porque esperemos que não venha outro vírus tão rápido, caso contrário há de morrer muito mais gente do que aquela que teria sido desnecessário morrer. Disto não se fala, mas eu falo, porque ainda se há

de fazer a história e a contagem de toda aquela gente que morreu por Covid e sem ser por Covid. Se tivesse o Partido Socialista tomado as medidas que devia ter tomado em relação ao Serviço Nacional de Saúde, bem como o PSD e o CDS, não teriam deixado afundar o SNS tal como afundou, certamente não teria havido todas estas mortes e para nós os técnicos isto custa-nos. Não precisamos de criar mais comissões porque temos a Comissão da Assembleia Municipal. Proponho que a Assembleia Municipal dê a possibilidade que esta comissão peça uma entrevista à senhora Ministra da Saúde para levar as preocupações desta Assembleia Municipal em nome da população deste concelho, caso contrário é adiar e vão morrendo pessoas. *“O que é que importa? Não foi o meu pai, não foi o meu filho.”*

Paulo Calado (PPD/PSD) – Intervenção inaudível.

Presidente da Mesa – Percebo que há um consenso para que este assunto possa ser apreciado em primeiro grau na comissão independentemente de a comissão poder vir a decidir, de acordo com o que a senhora deputada aqui colocou.

Voltava a colocar a questão: Não há nenhum inconveniente por parte dos grupos políticos, de que haja esta alteração ao documento apresentado pelo senhor deputado Vítor Ferreira do Partido Socialista?

João Luz (CDU) – Estamos de acordo com o caminho que está a sugerir sem qualquer inconveniente, entendemos que esta é uma questão que merece continuar a ser avaliada na comissão, no entanto, relativamente às alterações ao texto, o próprio início do conteúdo deliberativo desta recomendação, onde se lê: “Face ao exposto, o Grupo Municipal do PS recomenda à assembleia”. Significa que os outros partidos não votam o que o Grupo Municipal do PS recomenda à Assembleia ou não, isto tem que ser transformado.

Paulo Calado (PPD/PSD) – Aceitamos aquilo que é proposto pelo PS, na medida em que pode ajudar aos trabalhos da comissão já existente. Seria importante, ao fim deste tempo todo, termos um relatório intercalar daquilo que têm sido os trabalhos, as reuniões, etc., dessa comissão. Isso poderia até ajudar a compreender um bocadinho a situação, para além daquelas que são as notícias e aquilo que vamos sabendo das questões do Orçamento de Estado. Faço esse repto à Mesa e à Comissão Permanente, à qual também pertenço, no sentido de instarmos a comissão a fazer, nem que seja um relatório intercalar com o ponto de situação porque este assunto é demasiado sério para irmos arrastando no tempo.

Presidente da Mesa – Há uma nova proposta do senhor deputado Paulo Calado, tendo em conta a importância do assunto. Que a Comissão Permanente possa reunir e tomar decisões sobre o mesmo.

Vítor Ferreira (PS) – Na sequência da nossa recomendação surgiram várias propostas, nós apoiamos todas, concordamos com todas, vamos ao trabalho!

Presidente da Mesa – Senhor deputado, isso significa que retira esta recomendação e fica comprometido de que marcarei uma reunião da Comissão Permanente para aprofundar e avaliar esta situação.

É retirada esta recomendação e eu marcarei oportunamente a reunião da Comissão Permanente.

III – PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Mesa – Tínhamos três pedidos de intervenção, mas tenho a informação de que houve uma munícipe que já abandonou a sala. Iria dar a palavra ao senhor Luís Alberto Macedo Martins, esclarecendo que a intervenção não pode ultrapassar os cinco minutos (conforme documentos arquivados em pasta anexa à presente ata sob os registos n.ºs 24 e 25).

Luís Alberto Macedo Martins – O assunto que me traz, embora seja de índole pessoal, penso que tem interesse público. Tive um acidente de viação em Vila Nogueira de Azeitão, na Rua Carlos Alberto Ferreira Júnior, no qual, por ausência de sinalização fui dado como culpado. Iniciei o processo de contestação dessa culpa à Câmara Municipal e a Câmara Municipal acionou o seguro de responsabilidade civil da seguradora Tranquilidade. Nos documentos que apresentei, além das fotografias e todos os documentos que enviei aos representantes dos partidos presentes, pelas 17 horas, também enviei as fotografias da ausência desse sinal, mas que já existiu e não foi repostado. Sem qualquer explicação ou contestação possível ele não estava lá. Enviei também uma referência da ata da Junta de Freguesia de Azeitão, em que o membro da Assembleia Henrique Gonçalves perguntou: *“Quando seriam repintadas as passadeiras e recolocada a sinalização vertical na urbanização da Quinta dos Foios?”*, onde se localiza a rua onde tive o acidente. A Senhora Presidente da Junta, tal como consta na ata, relativamente à questão, disse que iria pedir à Câmara Municipal, mas que por questões financeiras ainda não poderiam fazê-lo. Isto ocorreu em 08/09/2016 e eu tive o acidente a 05/09/2020.

Esta foi a exposição que foi feita, a câmara acionou o seguro e a resposta do seguro foi perentória, eu era culpado porque deveria saber da inexistência do sinal que já tinha existido e deixou de existir, além disso, tinha conhecimento da ata da Junta de Freguesia, que é insólito e ridículo, que passo a ler a resposta do seguro que veio em outubro de 2020: *“O senhor conhece o local onde ocorreu o sinistro, tendo conhecimento da inexistência do sinal de stop”*. Acho que diz tudo! *“Naquele Entroncamento, pelo menos, desde a data da reunião da Junta de Freguesia de Azeitão, atendendo às circunstâncias concretas dado, que ocorreu o sinistro substanciadas na factualidade acima descrita, dá-se comprovado que o sinistro não teve como causa a ausência de sinalização, mas a minha imprecação”*. Recorri ao gestor de reclamações da companhia de seguros Tranquilidade, ao Provedor do Cliente, tudo muito lento, e finalmente confrontei a Câmara Municipal, no Gabinete de Participação Cidadã, Divisão de Compras e Contratação Pública e a o Gabinete de Mobilidade e Transportes. Passados seis meses o sinal continua por existir. Alguém que venha a ter o mesmo problema tem a mesma carta de resposta da seguradora Tranquilidade. Alguém que tenha problemas graves terá que sustentar esses problemas, que não foi o meu caso, felizmente, porque foi apenas uma situação automóvel. Quero ressaltar que voltei à câmara, através da corretora de seguros SABSEG que também não dá resposta, para além de que a câmara tem vindo sempre a dilatar os prazos e estamos há seis meses por solucionar esta situação. A câmara não é uma entidade abstrata, são eleitos pelos munícipes, em que nós depositamos democraticamente os princípios da democracia que são “defender os mais fracos” e neste caso eu sou o mais fraco em relação à seguradora Tranquilidade. Se a câmara não conseguir através do Gabinete Jurídico, que pensava que existia para avaliar estes casos de verdadeira injustiça, serei injustamente penalizado.



Neste momento, estou publicamente a revelar o meu sinistro, mas acho que conseguirei solidariedade de mais munícipes. É a primeira vez, é o primeiro passo, eu não vou parar, porque acho que tenho direito a que a verdade seja reescrita. Sempre que telefono para a seguradora dizem que o meu processo está em prioridade, mas não conseguem dar resposta. Isto é ridículo de mais, o texto que está aqui, eles não conseguem ultrapassar isto. Por essa razão ou a câmara os pressiona, porque estes pedidos são todos de reavaliação, mas a reavaliação ainda não foi feita.

Contestei junto da Tranquilidade, entretanto, a Câmara reforçou a minha contestação, mas não sai nada dali e neste momento estamos neste impasse, eu não tenho a resposta final, eles não reavaliaram e o sinal continua por existir. Enviei também uma abaixo-assinado dos moradores há seis meses, ao Gabinete de Mobilidade e Transportes e estamos exatamente como antes, o risco de ocorrer ali um sinistro continua. Agradeço mais uma vez a oportunidade e lutarei pela resolução. O que está em causa é também um sentimento de que a democracia tem que funcionar e esperamos que assim aconteça, é por isso que nós depositamos tanta confiança nos cidadãos que elegemos e que nos gerem.

Ricardo Jorge Chamorrinha Correia Nilha – Venho em nome dos fregueses de São Sebastião, falar sobre a degradação. Quando se ouve falar pela Câmara Municipal de Setúbal em tantas obras, tanto investimento, tantas rotundas. Porque é que na Rua Padre José Maria Nunes da Silva, no cruzamento com a Avenida Dom Manuel I, a estrada está esburacada, as passadeiras foram abandonadas pela sinalização vertical? Numa zona onde passam idosos, crianças e onde eu quase fui atropelado com a minha mãe que até já foi funcionária desta casa. Como posso verificar pelo munícipe anterior, que fala em democracia, na realidade existe um desmazelo pelos cidadãos. Não basta fazer rotundas estéticas e eu tenho artes, não basta pintar pavimentos, tem de se ouvir os cidadãos.

Quando ouvi o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, falar que a empresa Amarsul faz o seu serviço, meus senhores, estamos a falar numa pandemia e eu trabalho num armazém de medicamentos, limpam-se os monos, mas não se lavam as calçadas e não se higienizam os contentores, é um puro desmazelo numa cidade que não pode só pagar propaganda, não pode só tentar vender a imagem, temos de tratar a cidade para os fregueses e para os munícipes.

Presidente da Mesa – Agradeço mais uma vez aos senhores munícipes em trazerem as questões que entenderam, naturalmente que os senhores deputados e o executivo municipal tomaram a devida nota das questões que foram colocadas.

Terminamos assim o período da intervenção do público e passamos ao período da ordem do dia.

João Viegas (CDS-PP) – Os munícipes vieram apresentar questões e não foi questionada a assembleia, se alguém pretendia intervir. Não foi feita a pergunta.

Presidente da Mesa – Os senhores deputados são livres de intervir ou não, ninguém pediu a palavra e por isso não houve mais intervenções.

João Viegas (CDS-PP) – Não foi colocada a questão.

Presidente da Mesa – Eu não tenho que colocar a questão, eu não tenho que condicionar a intervenção dos senhores deputados.

João Viegas (CDS-PP) – Já estava há bastante tempo com o braço no ar.

Presidente da Mesa – A questão está ultrapassada, agradeço que continuemos a ordem de trabalhos.

João Viegas (CDS-PP) – Então voltarmos um bocadinho atrás, porque gostaria de responder.

Presidente da Mesa – Desculpe senhor deputado, mas passou o tempo. Neste momento estamos num processo em que fui bem claro, terminou o Período de Intervenção do Público. O senhor deputado conhece o Regimento da Assembleia Municipal, por isso terminou.

João Viegas (CDS-PP) – Eu conheço perfeitamente o Regimento da Assembleia Municipal, mas não posso ser responsável que o senhor Presidente não estivesse a olhar para a frente, quando alguém levanta o braço.

Presidente da Mesa – Olhei e até esperei algum tempo, não vi nenhum pedido de intervenção. Terminou o tempo, peço desculpa!

João Viegas (CDS-PP) – Acho lamentável ao fim de alguns meses, que não conseguimos ouvir o público, que se dirige aqui e não tem uma resposta. Não é que eu pudesse dar alguma resposta.

Presidente da Mesa – Também lamento muito que o senhor deputado não tenha levantado o braço ou feito algum sinal no sentido de pedir a intervenção no tempo, nos termos do Regimento. Todos somos testemunha que fiquei algum tempo, até olhei para a plateia e disse aos senhores munícipes “não havendo intervenções, terminamos aqui o período de antes da ordem do dia”

João Viegas (CDS-PP) – É talvez um mal-entendido!

IV – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara acerca do Relatório de Atividades Janeiro-Fevereiro-Março - 2021

Este documento está registado sob o n.º 26, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Suzel Costa (PAN) – Quero dar os parabéns pelas melhorias observadas na elaboração deste relatório de atividades, em particular, o detalhe verificado no que diz respeito à atividade do CROAC. Foi uma das questões que foram aqui levantadas, ainda há uma que não está satisfeita, mas estamos no bom caminho.

Como eleita municipal pelo PAN é natural que esteja atenta a respeito da política do executivo no que se refere aos animais sinantrópicos, o que aqui trago são todas questões referentes aos pombos desta cidade. No relatório pode ver-se que tinha existido capturas de pombos. Pretendia saber, porque é que foram efetuadas essas capturas, uma vez que bem sabemos que essa resposta para o excesso populacional é ineficaz e ineficiente, dado o efeito vácuo criado no local e subverte a figura do Pombal Contracetivo, tantas vezes falado nesta assembleia. Gostaríamos de saber qual é o destino das aves, se estão a ser alojadas no CROAC, se é um Pombal, se é um Pombal Contracetivo e qual é o método que está a ser empregue para o controlo populacional no sítio onde eles estarão. Gostaria ainda de saber como é que os pombos foram capturados, se por redes ou por armadilhas. Mais uma vez referir que estas capturas de pombos vão em contraciclo, porque tanto falamos em tradição nesta assembleia e queremos manter tradições anacrónicas, mas a marca de uma cidade também se faz do seu passado e um passado que era ético e empático em relação aos pombos. Tínhamos nas praças, nos largos e nos jardins crianças, adultos e pombos em alegres convívios.

Vice-Presidente da Câmara – Em relação ao tratamento da natureza dos animais sabemos que para a espécie humana a perfeição é quase impossível, mas pela excelência andamos muito próximo pelo trabalho que fazemos no Município de Setúbal. Pedia autorização para a senhora vereadora Carla Guerreiro, que tutela o ambiente, dar uma pequena informação sobre os prémios que temos ganho na área do ambiente, o trabalho que temos feito na área do acolhimento dos pombos.

Vereadora Carla Guerreiro – Tínhamos assumido nesta Assembleia Municipal a intenção de ampliar o nosso CROAC e para além das atribuições que temos na questão dos animais de companhia, temos outras condições para poder acolher animais, que não sendo competência da Câmara acabam por vir parar à nossa responsabilidade. Neste momento, essa ampliação está a decorrer a um bom ritmo, usámos a antiga vacaria para ter uma série de valências e já estamos em funcionamento com o Pombal. Neste momento, já conseguimos fazer captura destes animais que já aparece referido no relatório de atividades, assim como já temos um espaço digno para alojar os animais.

Como é óbvio, quando fazemos as capturas, fazemos também a diferenciação dos animais que estão saudáveis e daqueles que não estão saudáveis, e contribuímos desse modo para que os animais tenham naquele espaço uma vivência diferente. Continuamos a apelar às pessoas para que não alimentem os pombos na via pública, tendo em conta as questões de saúde que lhes são inerentes.

Relativamente à questão da contraceção temos algumas dúvidas, bem como os nossos veterinários. Aquilo que foi anunciado foi cumprido, atualmente temos uma instalação própria e digna para os animais junto do nosso centro de recolha.

À semelhança desta iniciativa e nas questões da sensibilização ambiental, como disse o Vice-Presidente, recebemos um prémio com o nosso site do ambiente “*Setúbal em Bom Ambiente*” e nas últimas intervenções que fizemos de sensibilização ambiental, e é pena que só alguns deputados consigam ter acesso à informação que está na internet e que está na via pública, fizemos um projeto muito interessante com os restaurantes de Setúbal da zona ribeirinha, na separação de resíduos, quer de cinzas provenientes dos fogareiros desses restaurantes, quer da colocação das caixas de esferovite, que são separadas e são levadas para destino final, evitando aquilo que acontecia antigamente, os incêndios nos contentores e a deposição em locais indevidos.

Se isto não é fazer sensibilização ambiental, gostaria de perceber o que é que será essa sensibilização ambiental!

2. Deliberação n.º 59/21 – Proposta n.º 09/2021 – DAF/DICOR – Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Setúbal - 2021

Antonieta Santos (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por maioria, com 5 votos a favor, 4 da CDU e 1 de AC, duas abstenções, 1 do PS e 1 do BE, e 1 voto contra do PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 27.

Jerónimo Lopes (CDU) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável, por maioria, com 4 votos a favor da CDU, 1 voto contra do PPD/PSD e 4 abstenções, 3 do PS e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 28.

Anita Vilar (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deliberou dar parecer favorável, por maioria, com 5 abstenções, 2 do PS, 1 do CDS-PP, 1 da CDU e 1 do BE, e 3 votos a favor da CDU, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 29.

Vitor Rosa (BE) – Relativamente a este ponto e conforme a ata/parecer da Comissão de Finanças tinha colocado uma questão ao senhor Vice-Presidente, sobre qual a razão para o valor a pagar pelas entidades sem fins lucrativos, ser superior ao das entidades com fins lucrativos na utilização da embarcação Maravilha do Sado. O senhor Vice-Presidente Manuel Pisco ficou de contactar os serviços da Câmara Municipal para posteriormente dar uma resposta à Comissão, como até ao presente momento não houve qualquer tipo de contacto, nem resposta relativamente a esta matéria, gostaria de ser elucidado.

João Viegas (CDS-PP) – Fiz questão de colocar o braço bem alto para ser visível! Há alterações relacionadas com este documento, nomeadamente os valores da Pousada da Juventude, por isso questiono, se estão previstos descontos de quantidade? Consultando as plataformas digitais, hotéis e hostels, etc., em todas elas têm previstas descontos de quantidade.

Estranhei que na página da internet das Pousadas da Juventude, não se consegue fazer reservas para a Pousada da Juventude em Setúbal.

Em relação à Casa das Quatro Cabeças, estranho que venha neste Regulamento de Tabela de Taxas, porque isto é uma deliberação de 2015 e a intervenção neste imóvel foi feito com um empréstimo ao IRHU e o destino que seria dado a este imóvel seria apoiar as pessoas que necessitavam de habitação, sabendo que o Município de Setúbal tem diversas pessoas numa lista de espera para obter habitação, porque é que este imóvel não tem como destino a renda apoiada? Parece que só é utilizado como alojamento local. Não percebo e gostaria de ter uma explicação.

Em relação a este documento, para qualquer munícipe de Setúbal ter uma tabela com esta dimensão, fica uma sugestão, nomeadamente nas questões que se relacionam com as instituições sem fins lucrativos, as instituições com fins lucrativos, etc., que fosse estabelecido

um determinado valor de desconto em vez de estar sistematicamente, página após página, a discriminar uma e outra. Era preferível 40% ou 50% de desconto, porque para qualquer cidadão que tenha que consultar este documento torna-se num grande exercício. Será esse o objetivo?

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – Tendo por base o estudo económico e financeiro das taxas e outras receitas apresentado em anexo a este regulamento, a metodologia seguida para a obtenção dos custos de contrapartidas associadas a cada taxa cobrada pelo município, podemos constatar que os valores têm por base os fluxos de procedimentos inerentes a cada uma delas e o tempo/minutos que nessa tarefa despendem cada funcionário. Com a desmaterialização dos processos e de procedimentos administrativos, estes custos reduziram-se. Assim, o município de Setúbal deveria apostar na desmaterialização dos processos e procedimentos e o regulamento de taxas deveria já incorporar estas alterações, permitindo que os valores apresentados fossem mais reduzidos. Quer-nos parecer que o município olha unicamente para a característica das taxas enquanto capacidade de gerar receitas e não para a prestação de serviço efetuada e o real valor do custo da mesma. Da leitura do regulamento de tabelas e taxas constatamos ainda que os serviços do município continuam arreigados a práticas administrativas do passado, tais como, por exemplo, a utilização de correio registado quando o próprio código de Procedimento e Processo Tributário ou ainda o Código de Procedimento Administrativo, provêm que o contacto com os cidadãos e com os contribuintes, até em casos de notificações, podem ser efetuados por transmissão eletrónica de dados. Analisando ainda as alterações realizadas ao regulamento mormente nos capítulos do Urbanismo e Edificação constatamos uma política de preferência pela construção nova do que pela reabilitação urbana, por via de estímulos à construção refletidos na redução do valor das taxas cobradas e, ao contrário, com o término dos benefícios da redução de 50% em todas as taxas administrativas relacionadas com obras de reabilitação. O PSD não entende esta opção, porque a estratégia local de habitação do concelho de Setúbal, que foi apresentada e votada e aprovada pela Assembleia Municipal, encontra-se, até por imperativo legal, associada ao programa Primeiro Direito, programa de acesso à habitação, programa que assenta numa dinâmica promocional predominantemente dirigida à reabilitação do edificado e ao arrendamento.

Perante o exposto, o PSD só poderá votar contra.

Suzel Costa (PAN) – A questão do regulamento de taxas, mais uma vez, merece-nos uma análise cuidadosa que não é tanto cuidadosa como gostaríamos dada a extensão do documento e o pouco tempo que tenho, mas mais uma vez continuamos a não ver plasmados nesta Tabela de Taxas e Receitas, medidas de discriminação positiva, compromissos com a diminuição da pegada ecológica. Por exemplo, não há valor mais reduzido para impressões em papel reciclado, as taxas de impressão vs documento digitalizado. Em sede de comissão demos conta que continuava sem entender, aquela taxa/licença para um espaço de naturismo que ainda não conhecemos e que talvez nunca cheguemos a conhecer, dado o valor elevado para um espaço de Ecoturismo agradável, no entanto, constroem-se um parque para sucatas ou para colocação de resíduos. Temos alertado em todas as sessões, no caso daqueles animais, cães que andam às voltinhas na rua, porque os tutores são irresponsáveis, vemos agora já plasmado, e bem, que em caso de o animal ser capturado novamente, é esterilizado coercivamente, mas não vemos nenhum agravamento da taxa para uma reincidência pelo facto do animal ser novamente capturado.

No que refere à taxa de legislação especial de ruído, e sendo esta a segunda maior causa de poluição a seguir à ambiental, e uma vez que o município diz e muito bem, que para fazer face às despesas precisa ter receitas, não compreendo como é que o pedido para uma licença especial de ruído em Setúbal é de 10,50€, sendo que em Lisboa é de 169,00€. Esta legislação já se destinava mesmo ao controlo da poluição sonora, com o intuito de salvaguardar o bem-estar das populações.

Não é explícito quando ocupam tempos diferentes, se o valor que lá está é por hora, por minuto, se ocuparem durante cinco horas, é o mesmo que ocuparem durante uma hora.

Uma questão que também já foi colocada em sede de comissão, cujas explicações não me convenceram, a ocupação da via pública para efeitos de estacionamento com reserva de uso privativo, tratando-se do espaço público, um bem a preservar. Não consegui perceber se o pedido para esse estacionamento privativo requer um requerimento, se esse requerimento e os moldes como ele é feito está plasmado nalgum regulamento. Não entendo se alguém quer um lugar privativo para ele e para os primos todos, se pode pedir vinte lugares privativos.

Vice-Presidente – Em relação à pergunta do senhor deputado Vitor Rosa, refere-se à página 80 e aos pontos 7.10.2.1 e 7.10.2.2 que parece estarem trocados. Não tenho resposta concreta por parte dos serviços, mas esse é o meu entendimento. Confirmando-se essa troca de valores temos que fazer uma retificação a este ponto.

Quanto à intervenção do senhor deputado Pedro Vieitas é daquelas quase etéreas. Os benefícios das comunicações são de tal forma penetrantes na vida dos cidadãos e da administração, que até já se estranha como é que a Câmara de Setúbal, não consegue quantificar na redução das taxas induzida pelas telecomunicações e as comunicações eletrónicas. Como é que a Câmara de Setúbal não consegue fazer isso? Todas as câmaras o fazem e todos os governos conseguem introduzir, mas esta câmara não o sabe fazer. Não é senhor deputado?

O senhor deputado havia de nos dar algumas instruções sobre como imputar a redução de custos às comunicações eletrónicas, nas taxas que são preparadas pela Administração Pública para a Administração Local. Garanto-lhe que elas são feitas com muito critério e capacidade técnica. A fundamentação técnica na legislação que existe, não é uma situação que a Câmara de Setúbal possa inventar a gosto do senhor deputado Vieitas.

É a legislação de construção e de taxas que todas as câmaras têm que seguir, mas quando as normas forem alteradas e mudarem as medidas de aplicação de reduções em função da digitalização das comunicações, certamente que seremos dos primeiros a fazê-lo.

Quanto ao naturismo, senhora deputada Suzel Costa, o facto de não haver uma coisa que há noutros lados, não quer dizer que não venha a surgir essa iniciativa, porque há interessados em criar um espaço de naturismo. Que se saiba antecipadamente qual é o custo de ocupação desses terrenos ou dessas áreas, julgo que não é uma coisa incongruente do município, porque o facto de não haver não impede a previsão. Não nos imputem a falta de iniciativa privada já que a iniciativa pública para esse espaço ainda não se justificou até ao momento, no entanto existe a taxa por essa razão, porque pode vir a acontecer.

Quanto à redução das taxas, genericamente a tudo o que é da natureza, chamo a atenção de que não há taxas de serviço público que resistam, porque todos trabalhamos com a natureza, as pessoas e os animais. Essa reivindicação genérica vai outra vez contra as normas de formação das taxas que estão legisladas e que não podemos, segundo aquilo que é mais caro aos nossos interesses, estar a moldar essas normas para fazer descontos sistemáticos em determinadas áreas.



Relativamente ao uso privativo, já temos no regulamento municipal de estacionamento, as justificações e o enquadramento dos estacionamentos privados, seja para os estabelecimentos comerciais seja para os cidadãos individuais e é no quadro desse regulamento que a taxa é aplicada. O uso privado de um espaço público tem certas justificações, estando no regulamento de estacionamento, naturalmente têm que ser valorizadas, porque se retiramos o espaço público para dar um uso privado, ela tem que ser taxada. A senhora deputada entendeu que o valor era abaixo, mas se achar que deve ser mais elevado, nós podemos enquadrar e considera-lo no Regulamento do Estacionamento Público, verificando quais os passos a delimitar, mas se achar que a taxa é insuficiente, podemos rever essa taxa em alta para o próximo o ano. As contas feitas justificam o uso privado do espaço público, que justifica este estacionamento como justificam os outros estacionamentos temporários e é por isso que há ordenação do estacionamento.

Relativamente à questão da Pousada da Juventude. Como sabem as pousadas têm sido umas reservas, são equipamentos de retaguarda em relação ao exército de combate ao Covid, que no nosso caso teve ocupação durante muito tempo com os bombeiros, significa que temos naquele espaço algumas limitações. A questão de não se conseguir marcar, não sei porquê, fora do prazo das limitações devido à pandemia, a marcação só é possível aos utentes que requerem a sua utilização. Não percebo bem qual é a dificuldade, a não ser que ela esteja no quadro de restrições a que fomos obrigados por causa da pandemia, mas não há nada de especial em relação às dificuldades e ela vai reabrir, vai voltar a funcionar, o período do estado de emergência está a terminar e as coisas serão normalizadas. Não há conhecimento de qualquer dificuldade especial na utilização da pousada, a não ser neste período excecional em que tivemos que utilizá-la para fazer retaguarda aos nossos exércitos combatentes do Covid-19.

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – O senhor Vice-Presidente e o executivo municipal nunca deve ter ouvido falar em modernização administrativa, por aquilo que agora acabou de proferir e a possibilidade dos cidadãos tratarem os processos de forma eletrónica. Por isso vou-lhe dar o seguinte exemplo de uma certidão predial, que quando era pedido nas Finanças, demorava dias ou semanas e era paga, atualmente é na hora e é gratuita. É disto que estamos a falar e que deve ser aplicado nas taxas. O tempo em que o funcionário demorava a ir buscar e a encontrar o documento, atualmente qualquer cidadão em casa pode fazê-lo e é isso que pretendemos. Pretendemos trazer a câmara para o Século XXI e que haja modernização administrativa.

Aproveitem aquilo que tem sido feito e muito bem feito pelo Governo do PS, relativamente à modernização administrativa e é isso que têm que fazer, não tenham medo, vamos avançar, vamos para o futuro!

João Viegas (CDS-PP) – Acho que estamos aqui com alguma dificuldade de comunicação. Como está a ser gravado e filmado vou pedir a intervenção do vídeo-árbitro, pode ser que se consiga aqui esclarecer a situação! O senhor Vice-Presidente respondeu uma parte, que era uma pergunta lateral, que não tinha diretamente a ver com este documento que estamos a analisar e não me respondeu às outras questões. Se na Pousada da Juventude existiam descontos de quantidade? Neste regulamento não está previsto, mas depois consultando as plataformas digitais elas praticam-se.

A segunda questão foi relacionada com a Casa das Quatro Cabeças: Qual é a utilização que está a ser dada? Aquilo que está neste regulamento é uma questão de consultar a deliberação 389/15. Qual é o objetivo principal daquele imóvel? É isso que eu gostaria de ver esclarecido.

Vice-Presidente da Câmara – O senhor deputado tem razão, não respondi a tudo. A Casa das Quatro Cabeças foi inaugurada esta tarde, antes do início desta sessão da assembleia. A ocupação daquele espaço é destinada a residência estudantil, tem preocupações académicas. Só hoje começou a funcionar sendo destinada a estudantes de Erasmus e de deslocações internacionais, é um ponto de apoio à movimentação dos estudantes, é esse o objetivo principal daquela casa, pretendemos que seja para a mobilidade estudantil.

A questão dos descontos de quantidade, o regulamento existe e está integrado na rede Nacional da Movijovem. Se está regulamentado, qual é a dúvida?

Está regulamentado e a regras de funcionamento da Pousada da Juventude em Setúbal tem as regras idênticas às das Pousadas da Juventude da rede da Movijovem em todo o país, não é necessário fazer alguma coisa especial para Setúbal.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 21 votos a favor, 20 da CDU e 1 de AC, 6 votos contra, 4 do PPD/PSD, 1 do PAN e 1 do CDS-PP, e 11 abstenções, 9 do PS e 2 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 30.

Suzel Costa (PAN) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Por falar em discussões etéreas e posições, mais uma vez nesta assembleia o PAN votou contra este regulamento no essencial pela relação que passo a explicar. A ocupação do espaço público para divertimentos públicos à custa do sofrimento dos animais, como são os circos, a liberdade, a paz e as melhorias de condições de vida, tanto falado ainda há três dias atrás, são também uma aspiração de outros seres vivos e mais ainda daqueles que estão confinados uma vida inteira e sujeitos a maus tratos, como é o caso dos circos. Setúbal continua a não se declarar como cidade livre de sofrimento no Século XXI.”*

3. Deliberação n.º 70/21 – Proposta n.º 04/2021 – GAP – Permuta de Imóveis – Parque Sant’Iago - RETIRADA

Antonieta Santos (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por maioria, com 5 votos a favor, 4 da CDU e 1 de AC, duas abstenções, 1 do PS e 1 do BE, e 1 voto contra do PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 27.

Paulo Calado (PPD/PSD) – Foram pedidas um conjunto de informações na Comissão de Finanças que não chegaram à bancada do PSD e era para reiterar, se essas informações iriam ser ou não entregues. Estivemos a analisar a proposta e verifica-se que as avaliações entre os dois lotes de terreno, as infraestruturas e o terreno onde se localiza a Feira de Santiago, em termos de avaliação parecem bastante desproporcionados para se fazer uma permuta nos termos em que aqui é proposto. Mesmo não tendo sido ainda respondido aquilo que foi questionado na Comissão de Finanças, basta que verifiquemos o valor patrimonial tributário de um e de outro, à luz daquilo que é a avaliação que se faz para efeitos de IMI, e verifica-se

que chegaríamos a um valor nestes dois lotes de terreno da câmara, que se vão permutar no terreno onde se verifica a feira, cerca de um milhão e duzentos mil euros, enquanto que teve que se fazer um exercício na avaliação que foi efetuada, para tentar chegar aos oitocentos mil euros, que é o valor da permuta. Verifica-se um valor de cerca de um milhão e duzentos mil euros e do outro, um valor à volta de trezentos e cinquenta e tal mil euros, que é depois avaliado por benfeitorias, pela existência de um imóvel que ali está, para chegar aos tais oitocentos mil euros. Reduzindo por sua vez nos dois lotes de terreno infraestruturados, esse valor que seria à luz de um critério objetivo, que é o valor patrimonial tributário, no valor de oitocentos mil euros. Consideramos que não podemos deixar de votar contra e devemos alertar que a proposta não está suficientemente fundamentada. Como tal, deixamos aqui as questões que já tinham sido feitas em sede de Comissão de Finanças e deixamos um alerta, porque nos parece um valor desproporcionado entre os imóveis que se pretendem permutar.

Vítor Rosa (BE) – Também nós, na Comissão de Finanças tínhamos colocado algumas dúvidas relativamente a este documento, porque não está fundamentado, o porquê da opção pelo preço de referência no mercado que é de quatrocentos e vinte e um mil, novecentos e cinquenta euros relativamente a cada um dos lotes de terreno, designado para permuta. No entanto, a opção que se toma na venda é de quatrocentos e um mil, oitocentos e cinquenta euros, porque é feita a opção através da venda rápida. Fica o município a perder só nestes dois itens, o valor de quarenta mil euros. Perceber, uma vez que não está fundamentado nem chegou a informação relativamente a esta matéria.

Outra questão que também colocámos, que nos traz dúvidas e daí não estarmos de acordo com esta permuta, é sobre a avaliação que é feita em 2019. Em 2019 não tínhamos pandemia e a utilização daquele tipo de terreno leva-nos sempre a que se tenha um uso regular, com grandes eventos, com grande ocupação, para poder ser rentabilizado. Fazemos uma venda em 2021 com base numa avaliação de 2019, por isso há qualquer coisa que não bate certo relativamente a esta matéria, quer também relativamente àquilo que pedimos informação e que até hoje ainda não chegou.

Manuel Fernandes (PS) – Apenas para evidenciar que também na comissão foram colocadas outras questões, às quais o senhor Vice-Presidente ficou de contactar os serviços para poder consubstanciar uma resposta mais contundente. Tendo a Associação Parque Santiago adquirido o terreno no ano de 2008, nas Manteigadas, Freguesia de São Sebastião, concelho de Setúbal qual o seu valor de aquisição?

Em que ano foi vendido e quem foi o comprador?

Para não estar a repetir as questões que foram aqui colocadas pelo deputado Vítor Rosa, que são exatamente as mesmas em que o senhor Vice-Presidente também ficou de contactar os serviços para poder dar uma resposta mais contundente.

Suzel Costa (PAN) – O PAN não vai acompanhar esta proposta pelas seguintes razões: em bom rigor a proposta aqui apresentada enferma de alguns vícios recorrentes que não nos permitem, de facto, uma análise factual.

Em sede de Comissão de Finanças foram colocadas questões relevantes para clarificação deste processo de permuta, cujas respostas não nos chegaram. Desde logo, também, o Município de Setúbal nesta transação está a receber em troca os terrenos da Nova Azeda. Este imóvel da Feira de Sant'Iago tinha sido adquirido em 2008 ao IHRU, não tendo sido acautelado o interesse público municipal, o qual foi posteriormente alienado, desconhecendo o PAN e a



maioria dos deputados, aqui presentes, o valor da transação, o ano em que ocorreu e quem o adquiriu. Um claro exemplo de alheamento das opções políticas tomadas, da equidade intergeracional versus benefícios decorrentes dos custos e interesses da altura.

Importa, também, referir que este sentido de voto não identifica a importância destes imóveis, do imóvel para o município, sendo certo que este poderia ou pode ser vendido a terceiros para fins distintos do que tem sido a sua utilização, não acautelando e lesando os interesses dos municípios.

Esta permuta é, de facto, uma opção política do Município que ao basear-se em pareceres técnicos, nomeadamente no que se refere aos valores das benfeitorias, ao método de avaliação selecionado para avaliação dos terrenos da Nova Azeda, a opção da venda rápida que terá certamente sido baseado no princípio da onerosidade, sendo seguramente a respetiva compensação financeira não lesiva para o município. O que aqui está em causa, de facto, é a necessidade de uma maior transparência destas condutas, maior rigor e fundamentação das propostas de modo a garantir uma análise equitativa das mesmas, uma decisão política informada e responsável.

Vice-Presidente da Câmara – A frase dita pela senhora deputada Suzel ilustra todas as dúvidas que têm aqui sido levantadas, é uma opção política com base em avaliações técnicas. O senhor deputado Vítor Rosa, sistematicamente, quando se traz qualquer avaliação, põe em causa as avaliações. Temos dito sistematicamente que temos comissões de avaliação municipal e as avaliações são feitas de acordo com as regras e normas técnicas, não são feitas por vontade dos políticos e que em função das avaliações técnicas que são efetuadas que os negócios se fazem.

Temos que defender o erário público, temos que defender os bens públicos, temos que defender o equilíbrio nas transações que fazemos com os particulares e isso faz-se, não por opções políticas, mas com base nos pareceres técnicos que são elaborados de acordo com as normas legais. Não é feito ao acaso.

Não veio toda a explicitação quando é que comprou a este, quando é que comprou àquele, não veio esses pormenores de antecedentes, mas toda a documentação e a fundação que assenta em avaliações técnicas não políticas está distribuída aos senhores deputados e é nessa base que a proposta de deliberação, que é uma gestão de terrenos, que é útil ao Parque de Sant'Iago e é por isso que ela está a ser feita. Acautelando como? Acautelando numa fundamentação que é solidamente sustentada pelos avaliadores.

Não temos condições, eu não o faço e nunca houve motivos de suspeita para duvidar das comissões de avaliação municipal. São técnicos competentes e capazes que têm feito o seu trabalho sem nunca se ter levantado qualquer dúvida quanto aos resultados do seu trabalho e neste caso também não há e a proposta está tecnicamente fundamentada, daí ter sido trazida à assembleia com a informação que está aí e que justifica esta permuta que vai beneficiar a ocupação toda do espaço do Parque de Sant'Iago.

Se as benfeitorias foram melhores ou piores, em que ano é que se comprou ou que se vendeu, são informações complementares que estão nos antecedentes do processo, mas esta deliberação tem uma fundamentação técnica que não pomos em causa e apresentamo-la à assembleia nessa base.

António Costa Ferreira (PPD/PSD) – O que me traz aqui é dirigido ao Sr. Vice-Presidente e às suas afirmações, porque é verdade que as decisões políticas se encerram sobre pareceres e trabalhos dos técnicos, mas os políticos são responsáveis por aquilo que vêm discutir aqui a esta casa, que é a casa da democracia.

Como é que o senhor responde que há documentos em que a área que está em avaliação não é a mesma? Nuns fala em 81.000m², noutros fala em 88.000m², diga-me lá qual é a verdade.

Outra situação, um dos relatórios refere a cidade de Lisboa, será que isto é verdade ou foi um lapso? A avaliação de 2009 refere que é na cidade de Lisboa.

Mais, é adotado um critério de método de rendimento, se é um rendimento de todo o imóvel não pode haver benfeitorias adicionais nesse imóvel. Isto é um contrassenso, é uma regra de bom senso.

Nem todos os subscritores dos documentos são avaliadores. O senhor tem aqui um documento, permita-me o termo e não gosto de utilizar isto, que é martelar os valores para coincidir com uma certa lógica. Não pode ser assim que se defende o erário público, porque o imóvel que é aqui como benfeitoria não tem valor de mercado e não se percebe que está inscrito em que matriz, é no local dos 81.000 ou é no local dos 88.000, onde é que está localizada essa benfeitoria de 350 metros? E custa 350 mil euros? Quem é que lhe dá esse valor, se não pode vendê-lo?

Há aqui coisas que é preciso esclarecer. É só consultar os documentos e percebe-se que há graves incoerências que é preciso analisar friamente, porque inclusivamente foi pedida a certidão da Conservatória do Registo Predial e não foi fornecida e esse era um documento vital para perceber onde é que está localizada a benfeitoria e se ela existe, se está licenciada.

Tinha que mencionar este ponto, em termos da transparência e em termos da verdade do processo.

Manuel Fernandes (PS) – Com efeito, o Sr. Vice-Presidente do executivo acabou por não responder a nenhuma daquelas questões que tinham sido colocadas em sede de comissão, bem pode dizer que a decisão é política e que qualquer decisão política é respaldada por questões técnicas, por decisões técnicas. Obviamente, que acreditamos que assim seja, mas quando são colocadas questões que não vêm nos documentos que temos que aprovar, que não constam nos documentos que são apresentados na Comissão de Economia, Administração e Finanças, e que depois o Sr. Vice-Presidente acaba por dizer que vai contactar os serviços, porque algumas delas até poderiam ser facilmente respondidas tendo em conta que não decorrem de opções políticas para esse efeito, eram factuais, não constam é nos documentos.

Eles não chegam às mãos dos deputados que fazem parte da comissão e é normal colocar-se essas questões e que também é normal o Sr. Vice-Presidente não ter à mão as respostas. Depois já não me parece tão normal quando se chega a este ponto em que temos que decidir em sede de Assembleia Municipal e o Sr. Vice-Presidente traz a mesma resposta que tinha há oito dias atrás quando se realizou a Comissão de Economia, Administração e Finanças. Isso é que já não é bem normal e hoje esperava-se mais do que aquilo que o Sr. Vice-Presidente aqui trouxe. Acredito que seja uma opção política, mas porque razão é que se optou pela venda imediata, sendo que a venda ao preço de mercado exige um valor superior, e ele está obviamente respaldado e consta no documento, mas essa opção política deve ser explicada. Porque razão é que se aceita perder cerca de 40.000€, optando pela venda imediata e não pelo valor de mercado.



Existem uma série de questões que ficam sem resposta o que obriga a que o Partido Socialista não vote favoravelmente, mas ao manter-se estas questões e estas dúvidas, o Partido Socialista ir-se-á abster.

João Viegas (CDS-PP) – Foram colocadas aqui questões pelos vários grupos e para não estar a repetir fiquei a aguardar pelas explicações do executivo e percebemos que isto, acima de tudo, é uma opção política e que no nosso entender é uma opção política que vai lesar a Câmara Municipal.

Como já foi aqui dito, a valorização das benfeitorias, as quais existem ou existiram precisamente para servir este propósito da realização da Feira de Sant'Iago. As benfeitorias não têm interesse para mais ninguém a não ser para a realização deste evento e não percebo como é que elas são aqui contabilizadas.

Estas questões foram colocadas, para além de outras, e que não obtivemos resposta. Considero que da forma como está é lesivo para o município.

Paulo Calado (PPD/PSD) – Julgo que, atendendo às dúvidas aqui suscitadas, deveria de se ponderar pelo executivo ou até mesmo pela CDU ou pela Mesa da Assembleia a retirada desta proposta e a sua não votação.

Presidente da Mesa – A Mesa não tem intervenção neste processo, cabe, naturalmente, à Câmara Municipal ou aos senhores deputados tomarem essa iniciativa, se for o caso. Se não houver nada em contrário ponho à votação a proposta e os senhores deputados votam como bem entenderem.

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – Perante o que foi aqui levantado, estas questões são de extrema importância.

Entendemos que estamos aqui perante uma avaliação, que como foi aqui trazida, utilizando aquilo que são os fatores de avaliação das finanças, temos dois terrenos que vão ser permutados que valem 1.200.000,00€. Levantaram-se questões, pelas diversas bancadas, que não foram respondidas, isto é uma situação que pode lesar os setubalenses, que já foi aqui dito também por todos.

Não temos toda a informação e apelamos para que a Câmara Municipal, sendo aqui a maioria CDU, que se faça com que esta proposta não seja votada, não seja aqui deliberada.

Traga-se novamente os documentos, corrija-se aquilo que tem que ser corrigido, porque foi aqui apontado falhas técnicas nos documentos de avaliação e estamos aqui a falar de algo muito sério. Estamos a falar de quase 800 mil euros que podem ser sonegados aos contribuintes, aos setubalenses. Existem vários problemas aqui e diz o bom senso que este documento não deveria ser aqui votado.

Presidente da Mesa – Naturalmente que os senhores deputados e os grupos políticos podem e devem expressar a sua opinião e à Mesa cabe dar seguimento aos trabalhos naquilo que é a normalidade do funcionamento da assembleia.

João Luz (CDU) – Pela parte da CDU não vemos qualquer inconveniente no adiamento deste ponto e em que se produzam mais esclarecimentos sobre esta matéria.

Já foi aqui referido que se trata de uma opção política, uma opção com a qual estamos inteiramente de acordo, mas se há dúvidas que o conjunto da assembleia continua a ter sobre esta matéria, voltaremos a apreciar com mais dados e certamente que, estamos convictos, com o voto favorável das outras bancadas, uma vez esclarecidas.

Vice-Presidente da Câmara – Estão a ser suscitadas dúvidas que, naturalmente, têm que ser rebatidas e esclarecidas.

Não vale a pena sujeitar a assembleia a uma votação quando estão a ser invocadas estas dúvidas das várias bancadas. Vamos fundamentá-las ainda melhor, traremos a proposta mais fundamentada e aí estaremos mais à vontade para tomar a votação, porque o executivo não se quer sujeitar a ver aqui uma proposta votada quando está sobre este fogo de suspeição que estão a levantar.

Volto a dizer, há uma opção técnica, há uma opção política com base técnica e não duvidamos do trabalho dos técnicos das comissões de avaliação. Sistemáticamente têm feito isso em algumas bancadas, não o fazemos, mas se ainda assim acham que a fundamentação não é suficiente vamos melhorar a fundamentação e voltar a trazer na próxima assembleia. Não tenho objeção, aliás isto é uma matéria de funcionamento da assembleia e se a bancada da CDU se disponibilizou para fazer isso, na próxima assembleia fundamentaremos de forma mais completa.

Presidente da Mesa – Senhoras e senhores deputados, face às questões colocadas e às posições é retirada a proposta (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 31).

4. Deliberação n.º 72/21 – Proposta n.º 12/2021 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público para concessão do direito de exploração de cafetaria/bar do Edifício dos Ciprestes

Antonieta Santos (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por maioria, com 7 votos a favor, 4 da CDU, 1 do PS, 1 do PPD/PSD e 1 de AC, e uma abstenção do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 27.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 36 votos a favor, 20 da CDU, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 1 do PAN, 1 do CDS-PP e 1 de AC, e 2 abstenções do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 32.

5. Deliberação n.º 82/21 – Proposta n.º 02/2021 – GAF – Aditamento à Proposta 2A/GAF/2017 – Contrato Interadministrativo entre o Município de Setúbal e a União das Freguesias de Setúbal

Antonieta Santos (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 27.

João Viegas (CDS-PP) – Até para ser justo com a proposta que foi discutida na última assembleia, e mais uma vez volto a dizê-lo, estas propostas vêm mal fundamentadas, porque falta aqui informação sobre o valor total da obra e gostava que informassem para percebermos aqui qual é a percentagem de comparticipação.

Vice-Presidente da Câmara – Não tenho em memória qual é o valor da obra, mas isto é para resolver aqui uma formalidade.

A transferência dos 40 mil, é este o valor que está aqui em causa. O Presidente da Junta está aí e poderá dar essa informação, se tiver de memória, porque eu não tenho.

Rui Canas (Presidente da União das Freguesias de Setúbal) – Esta obra reveste-se de uma comparticipação que o município vai dar para a realização e o completar de um projeto que já foi iniciado no outro mandato em relação à Rua do Mormugão, em frente à junta, que é o prolongamento do estacionamento, a criação de uma saída de uma rua que não tem saída e fazer uma circular, melhorar o estacionamento e ordenar, inclusivamente, um apoio para cargas e descargas, nomeadamente de crianças que estão ali no ACM.

Esta comparticipação que a câmara vai dar para a obra é de 40.000,00€ da obra, a qual não custa 40.000,00€, por isso é que não é exatamente o valor. O orçamento municipal é que comparticipa no valor de 40.000,00€, porque a obra custa mais dinheiro.

João Viegas (CDS-PP) – Não queria ser chato, mas era importante perceber, a União das Freguesias diz que vai fazer uma obra e chega ao pé da Câmara Municipal e diz que vai custar mais ou menos, não há uma previsão de quanto é que se vai gastar, quanto é que será o valor total da obra.

Até o Sr. Presidente da Junta não nos conseguiu aqui dizer e isto é mais ou menos a olho, aquilo é mais ou menos aquela bitola.

Como disse na anterior assembleia referente a um processo destes para Azeitão, até posso achar pouco, posso achar que se está a pedir um esforço muito grande à Junta de Freguesia que tem um orçamento muito reduzido. A questão é esta.

Depois diz-se aqui que a Junta de Freguesia já fez um Parque Infantil, a Câmara Municipal começou o estacionamento, agora a Junta de Freguesia vai continuar a fazer o estacionamento. Estamos a falar de que normalmente, noutras propostas, vem aqui detalhado, vem um desenho, vem um esquema a identificar em que sítio é que se vai fazer a intervenção e nesta não, dá a sensação que é mais ou menos a olho.

Rui Canas (Presidente da União das Freguesias de Setúbal) – O que estamos aqui a discutir é uma comparticipação da Câmara Municipal em relação a uma obra da Junta de Freguesia, não estamos a discutir a obra toda aqui.

A obra tem um projeto efetivamente e, inclusivamente, os deputados na Assembleia de Freguesia, com toda a propriedade, poderão colocar as questões que quiserem sobre isto, mas a obra tem duas componentes, uma componente que tem uma empreitada e tem uma outra que é feita por administração direta.

Já agora esclarecer que esta obra está no nosso programa “Ouvir a população, construir o futuro” e é nesse programa, aliás como em muitas outras, em que a Câmara Municipal depois comparticipa, ou com materiais, ou com uma verba em função da necessidade da concretização da obra. Isto não é novo, é uma prática quase que diária em relação a um conjunto de outros eventos.

Há uma coisa que o senhor deputado tem obrigação de saber, uma situação é estar aqui a indagar se a obra custa exatamente 40.000,00€. Não! O que a junta e a câmara vimos é que para fazer esta obra a câmara daria uma comparticipação financeira na ordem dos 40.000,00€ e a Junta da Freguesia fará o resto da obra.

No local próprio, que é a Assembleia de Freguesia, estarei totalmente disponível para esclarecer qual é a comparticipação que a Junta de Freguesia vai dar.

Já explicámos para o que é que é, e se a Junta de Freguesia achasse que era insuficiente ou que seria um esforço muito grande para o seu próprio orçamento, com certeza que não seriam só os 40.000,00€. Julgo que é obvio.

João Viegas (CDS-PP) – Senhor Presidente da União das Freguesias de Setúbal tenho que lhe dizer que estamos na Assembleia Municipal de Setúbal e isto é para se fazer uma transferência de uma verba da Câmara Municipal para a União de Freguesias e estamos aqui a aprovar, ou não, essa mesma transferência.

É importante percebermos qual é o valor da obra e qual é a percentagem de comparticipação do município.

Infelizmente em duas ou três intervenções, por parte do executivo e do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, não conseguimos perceber isso.

Está no “Ouvir a população...”, ok está lá um número escrito e como é que chegaram a esse número? Que orçamentos é que temos quando são apresentados nas Assembleias de Freguesia? É mais ou menos uma previsão, vamos gastar 40.000 ou 100.000? É essa a ideia que dá.

Desculpe, mas conforme vai explicando ainda fica pior.

Rui Canas (Presidente da União das Freguesias de Setúbal) – Sinceramente não percebo esta questão do deputado João Viegas. Não percebo, porque isto não é novo, é habitual e é perfeitamente natural. Ainda há pouco tempo a Câmara Municipal fez uma transferência para uma outra obra, em que a Junta de Freguesia executou e o valor da transferência que a câmara fez foi exatamente para uma empreitada. Quando são obras, nomeadamente neste espírito do “Ouvir a população...” em que uma parte é comparticipada pela Câmara Municipal e a outra parte é realizada pela Junta de Freguesia, esta última pode fazê-lo de duas maneiras, ou fazer uma empreitada da parte que é da sua responsabilidade ou fazê-lo por administração direta.

É isso que estava a querer dizer, se não querem entender...

Não é uma questão de dizermos aqui exatamente quanto é que é o valor da obra, temos uma ideia efetivamente daquilo que é necessário, de adquirir serviços em relação à execução da obra, mas a obra na totalidade não é 40.000,00€. Acho que não tem mais questão e é uma prática usual, o senhor deputado agora descobriu esta questão. Inclusivamente na Assembleia de Freguesia a sua bancada poderá colocar esta questão e eu dir-lhe-ei mais informações concretas sobre isto.

Neste momento, o que a Assembleia Municipal está aqui a deliberar é uma verba que a Câmara Municipal disponibiliza do seu orçamento para a Junta de Freguesia concretizar uma obra que está prevista.

O senhor quer saber se a obra custa 45.000€, se custa 55.000€ ou se custa 70.000€, neste momento o que a Assembleia Municipal está a deliberar é a transferência de 40.000€ para a execução dessa obra. Julgo que isto está claro.

Manuel Fernandes (PS) – Efetivamente começa a ser padrão trazer-se propostas à Assembleia Municipal sem que elas estejam respaldadas pela devida fundamentação.

Esperamos pela fundamentação dita pelo Sr. Vice-Presidente que nada disse e pelas várias explicações do Sr. Presidente da União de Freguesias que não disse nada.

O Partido Socialista nunca se irá opor à requalificação do território e àquilo que são as vantagens da requalificação desse mesmo território em prol das pessoas e que a obra deverá avançar. O Partido Socialista associa-se, obviamente, a esta obra, porque é necessária, nunca votará contra, mas há aqui um padrão que urge resolver que é fundamentar as propostas, orçamentá-las e quando elas são debatidas na Assembleia Municipal levá-las a sério e trazer essa devida fundamentação para que todos os deputados desta sala votem em consciência sabendo aquilo que estão a votar.

O Partido Socialista associa-se, obviamente, à melhoria do território, mas não o pode fazer de qualquer forma e temos dificuldade em acompanhar a proposta tal e qual como ela está.

Celestina Neves (Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão) – Concordo que, de facto, as propostas devam vir fundamentadas, mas não posso ouvir aqui dizer que isto é o padrão, porque as participações que a câmara tem dado para obras na Junta de Freguesia de Azeitão tem vindo sempre o custo da obra e o valor da participação que a câmara dá. Portanto não é o padrão e julgo que aqui todos conhecem o território de que se está a falar.

Isto é outra questão que se tem vindo a arrastar nestas assembleias, é que fazem das assembleias municipais assembleias de freguesias e trazem muitas vezes para aqui questões que devem ser colocadas nas assembleias de freguesias, porque as assembleias municipais não são para questionar os executivos das juntas de freguesias. Isto tem vindo a ser um hábito nestas assembleias.

Muitas vezes já têm questionado as juntas de freguesias e têm aproveitado para porem em questão o trabalho das juntas, é nisto, é nos lixos e é em tudo. É nas assembleias de freguesia que, efetivamente, devem ser colocadas e não é virem para a Assembleia Municipal pôr questões que dizem respeito às assembleias de freguesia. De facto, temos vindo a aprofundar este sistema.

Relativamente a esta questão, julgo que todos conhecem ou conhecerão o terreno que é para ser intervencionado e a câmara para essa obra dará os 40.000,00€. Estou certa que qualquer um, daqueles que levantaram aqui a questão, conhecendo o território, saberão que essa intervenção é de valor superior.

Poderão chegar à Assembleia de Freguesia e pedir as contas da obra, porque certamente que a câmara não está a dar dinheiro a mais para a obra, não é essa a postura da câmara relativamente às juntas de freguesia. A câmara dá sempre muito menos dinheiro para as obras das juntas de freguesia do que os custos delas.

Também, quero aqui clarificar que a câmara quando faz isso não está a pedir esforços ou pedir endividamentos às juntas de freguesia. As juntas de freguesias, efetivamente, fazem aquilo que podem e devem fazer, porque as populações estão-se borrifando se quem paga é a Junta de Freguesia ou se é a Câmara Municipal, precisam é dos problemas resolvidos.

António Costa Ferreira (PPD/PSD) – Estamos aqui nem a perder e nem a ganhar tempo, estamos a discutir o assunto que não teria razão de existir se houvesse clareza em todo este procedimento, porque para estarmos em juízo a votar isto tínhamos que saber qual é o projeto que foi aprovado, seja que por entidade, autarquia, junta de freguesia ou a câmara, e estar devidamente orçamentado.

Isso era clarinho e a câmara aqui apenas está a financiar um projeto. Se é compartimentada a obra ou não é, é um problema de gestão da Junta de Freguesia, agora não nos peçam é para vir votar aqui de cruz, sem sabermos o que estamos a fazer, porque não é por olharmos e conhecermos o território que sabemos quanto é que irá custar a obra. Não temos nenhuma varinha mágica.

Fazer um apelo para que as coisas, em termos de procedimentos, sejam mais rigorosas.

Vice-Presidente da Câmara – Aparentemente até estamos aqui a pedir uma comparticipação, logo terá que haver um orçamento global, parece que tem esta lógica. É preciso contextualizar a deliberação que está aqui a ser pedida e o contexto da deliberação é um aditamento ao contrato interadministrativo entre o município e a União de Freguesias de Setúbal.

O que é que é um contrato interadministrativo? É um compromisso entre as duas autarquias para realizar um conjunto de intervenções e obras ao longo do ano e do mandato de comum acordo, ou de delegar a competência na freguesia ou numa prática que tem sido muito proveitosa, e fazer em cooperação entre a autarquia, a câmara e a freguesia, um conjunto de intervenções.

O que estamos a fazer não é comprar uma obra à freguesia, digam lá o preço e a câmara dá um valor. Não! Então dá-se uma comparticipação e a freguesia dá o resto. Não se trata disso, estamos a fazer um aditamento ao contrato interadministrativo, que é feito para o mandato, e estamos a reforçar algumas intervenções em concreto e está aqui dito o que é, a freguesia já construiu um Parque Infantil e irá proceder à requalificação de uma zona de passeio junto à Rua Amílcar Cabral. O município construiu uma zona de estacionamento na Rua do Mormugão e a freguesia executará a segunda fase desse estacionamento.

É evidente que não se vai fazer um contrato interadministrativo para o mandato com as orçamentações todas das intervenções que lá vão, mas tem estimativas de custos efetivos dos serviços.

Estamos a fazer transferências de valores entre autarquias, não é dinheiro para entregar a nenhum privado, não é para esbanjar de outra maneira qualquer, é a obra que se acordou fazer, uma parte pelo município e a outra parte pela freguesia e o dinheiro está nas autarquias, é a passagem entre o município e a freguesia. Está aí a dizer porquê. As contas vão aparecer? Vão! Vão aparecer.

Temos um gabinete de apoio às freguesias que faz o acompanhamento de todas as intervenções da execução dos contratos interadministrativos, sabemos mensalmente o que é que cada freguesia cumpriu, executou e aquilo que foi a parte que a câmara contribuiu para as obras na freguesia. Todo o território do município está coberto por freguesias, há sempre uma freguesia em cada território e fazemos uma gestão com todas as freguesias simultaneamente. Não somos um só município, somos seis autarquias, o município e as freguesias. Esta prática resulta que no contrato interadministrativo previa um conjunto de intervenções, porque foram calculadas, foram estimadas para determinado valor, agora acordou-se fazer mais estas intervenções de comum acordo em cooperação e o valor estimado com a parte que a junta pode orçar e a parte que o município pode disponibilizar. Temos que ver da nossa parte o que é que se disponibiliza, e a junta da sua parte aquilo que do seu orçamento vai disponibilizar para a execução desta obra. Não estamos a enganar ninguém.

O executivo compromete-se a trazer aqui, aliás, os deputados às vezes não reparam, porque os relatórios de execução dos contratos interadministrativos vêm à Assembleia Municipal, passam por cá e têm é que ser vistos retrospectivamente.

Anualmente verificamos sempre isto, muito proveitoso trabalho de cooperação em que o que está nos contratos atribuído pelo município, normalmente, tem uma resposta das freguesias que vai muito além daquilo que estava inicialmente comprometido, porque é a intervenção no seu território.

Não há razões para desconfiança, porque vai haver controle onde é que as verbas são aplicadas e há relatórios de acompanhamento da execução dos contratos mensais e trimestralmente damos essa informação. O município quer saber se o que se comprometeu com as freguesias foi transferido e se teve execução ou não e isso será feito certamente.

Agora, trazer orçamento à peça, haverá aqui nestas intervenções provavelmente vários orçamentos, mas os orçamentos não são o elemento essencial da composição de um contrato interadministrativo, são estimativas de intervenção. Quando fazemos o orçamento municipal ou aprovamos o orçamento da junta, não temos todos os orçamentos de obra já prontos para justificar os números que prevemos nos instrumentos previsionais.

Não fazemos o orçamento municipal, mas para o fazer não assentamos já na recolha de todos os orçamentos de intervenção que nos propomos fazer. Esta é a natureza orçamental e o contrato interadministrativo também tem esta natureza orçamental, é o trabalho cooperativo entre a junta e o município, não é comprar uma obra.

O contexto é este, aditamento à proposta de 2017, início de mandato, reparem bem, estamos a complementar aquilo que foi o contrato interadministrativo firmado com esta Junta de Freguesia no início do mandato.

Parece que tem razão ao pedir um orçamento, mas não há razão para isso. Há é que fazer o aditamento ao contrato interadministrativo para o qual o município vai participar com esta verba e o restante será posto pela junta e o controlo dessa execução será feito e será trazido à assembleia.

João Viegas (CDS-PP) – Em primeiro lugar quero aqui esclarecer, coloquei a pergunta ao executivo e não ao Sr. Presidente da União das Freguesias, mas como havia aqui alguma dificuldade em responder, passaram para o Presidente da União das Freguesias. Quero só repor aqui a verdade.

De qualquer forma, reconheço o enorme esforço e mérito dos senhores presidentes das Juntas de Freguesia, mas a questão, já a coloco desde o início do mandato, é que a informação que vem nestes documentos é escassa e não temos aqui uma forma mais detalhada. Diz aqui que o objetivo deste contrato interadministrativo é uma economia de custos, temos essa perceção, mas era importante dizer que a obra está estimada em “X”.

Os técnicos ou quem avaliou isto, transfere 40.000€ porque disseram, se calhar, que a estimativa era 90.000€, como é óbvio. Porque se não seria muito fácil negociar desta forma, com a Câmara Municipal. Temos que pôr as coisas um bocadinho mais sérias. Não sei se no dia-a-dia gerem assim as vossas finanças, mas aqui estamos a tratar de dinheiros públicos.

Não vou inviabilizar, também não teria esse poder, não vou votar contra esta proposta, mas convinha que elas viessem mais detalhadas.

Manuel Rebelo (CDU) – Parece-me que há qualquer coisa que não está bem esclarecida. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia recebe dinheiro da câmara para fazer uma determinada obra e a outra parte, possivelmente, faz com a prata da casa e ele nesta altura não pode dizer quanto é que custa a obra na totalidade. Poderá haver uma estimativa de custos, mas para dizer na realidade quanto é que custa é difícil, porque se está a fazer com a prata da casa, no final é que vão saber quais os custos.



João Luz (CDU) – A questão da dificuldade de responder a algumas questões é que as próprias questões em si estão mal feitas logo de início. Esta é uma matéria que tem vindo a ser discutida e julgo que, praticamente, desde o início do mandato, em que alguns eleitos têm colocado preocupações relativamente aos contratos interadministrativos e a estas propostas de aditamento. Certamente por dificuldade da Câmara Municipal, dificuldade da maioria CDU, ainda não se conseguiu transmitir a ideia de que o que se está a discutir nesta Assembleia Municipal é se estamos de acordo ou não com a transferência da verba que está aqui acordada. Esta é a questão.

Os senhores entendem que precisam de discutir mais e ter mais dados para saber sobre esta matéria. O problema disto é que a gestão da obra, os procedimentos, a orçamentação é tudo da Junta de Freguesia, não compete aos serviços da Câmara Municipal trazerem uma proposta com estes dados, que são os dados que os senhores entendem que deve estar presente nesta assembleia e isso é uma impossibilidade. É uma impossibilidade, porque os procedimentos correm por parte da Junta de Freguesia e enquanto não se perceber que o município é uma coisa e a freguesia é outra, continuaremos nesta discussão, perdoem-me a expressão, uma discussão estéril.

Presidente da Mesa – Creio que o Sr. Vice-Presidente da Câmara já explicou.

Como todos nós sabemos, há um contrato que é estabelecido entre a câmara e cada uma das juntas de freguesia. Se estivéssemos a falar de uma entrega, de uma decisão, de uma avaliação e de uma decisão da Câmara Municipal de entregar a uma Junta de Freguesia um determinado valor para a junta continuar a desenvolver o seu trabalho na higiene e limpeza ou nos espaços verdes a situação não se colocava.

O que acho é que há aqui esta dificuldade de perceber o sentido da justificação da câmara em ter decidido atribuir esta verba à Junta de Freguesia para que ela possa desenvolver aquela obra. Como o Presidente da Junta já disse, grande parte a obra vai ser feita por administração direta.

A questão é que há um determinado valor que foi avaliado entre as partes e o que apelava aos senhores deputados é que, conforme o que o Sr. Vice-Presidente já disse, há relatórios que são feitos com regularidade e que, tanto a Câmara como a Assembleia Municipal, apreciam e avaliam.

Propunha que os senhores deputados considerassem a possibilidade de aprovarmos esta proposta, porque o que está em causa é uma obra que é vossa conhecida e quando vier o relatório que possamos avaliar a justificação e a importância do valor que a câmara transferiu para a Junta de Freguesia, sabendo à partida que o investimento que a Junta de Freguesia vai fazer é muito superior àquele que é a transferência que agora aqui está proposta.

Apelava aos senhores deputados para ultrapassarmos esta questão e que depois pudéssemos confirmar esta situação quando o relatório vier.

Não tenho grandes dúvidas, aliás, os senhores deputados sabem o que se tem verificado, na esmagadora maioria dos casos as obras que as Juntas de Freguesia fazem e são de um valor muito superior àquele que é a transferência que a Câmara Municipal faz para as juntas de freguesia e é por isso que se justifica que haja uma descentralização de competências e que os resultados para as populações sejam evidentes como têm sido.

Creio que é uma avaliação geral que se pode fazer e acredito que os senhores deputados terão essa avaliação justa sobre este processo.

Mais uma vez, apelo aos senhores deputados para votarmos esta proposta no quadro em que aqui o descrevi e que o Sr. Vice-Presidente também chamou atenção que o que se trata é o cumprimento do contrato interadministrativo que em seu tempo foi aprovado.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 24 votos a favor, 20 da CDU, 2 do BE, 1 do PAN e 1 de AC, e 14 abstenções, 9 do PS, 4 do PPD/PSD e 1 do CDS-PP, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 33.

6. Deliberação n.º 93/21 – Proposta n.º 16/2021 – DAF/DICOR – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do Ano de 2021

Antonieta Santos (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com 5 votos a favor, 4 da CDU e 1 de AC, duas abstenções, 1 do PS e 1 do BE, e 1 voto contra do PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 27.

Vítor Rosa (BE) – O Bloco de Esquerda tem recomendado, ao longo dos anos, que o município reduza o valor da taxa de IMI.

O argumento justificativo para a aplicação da taxa máxima de IMI até ao ano de 2020, foi de que tal não era possível por força do Contrato de Reequilíbrio Financeiro. O argumento hoje utilizado para uma redução de 0,1 nos últimos dois anos, passo a citar a Sra. Presidente “*Onde se enquadra, numa estratégia de redução sustentada, que garanta a sustentabilidade financeira da autarquia e assim permita prestar à população, com qualidade, os serviços com as responsabilidades e em simultâneo continuar a assegurar um conjunto de apoios aos que mais deles precisam nestes tempos difíceis em que vivemos.*”

Não me irei pronunciar sobre as considerações de autoelogio, mas sobre a redução sustentada que garanta a sustentabilidade financeira. A descida de 0,1 no valor de receita de IMI estima-se que ande na ordem dos 400 mil euros. Curioso este argumento de sustentabilidade financeira da autarquia, quando não temos problemas de fazer um Contrato Leasing, no valor 477 mil euros, com os respetivos encargos, para aquisição de um imóvel para mais um posto de turismo.

Outros exemplos poderiam ser dados da suposta estratégia de sustentabilidade financeira.

As opções que temos tomado é que quando temos possibilidade de ajudar os municípios, timidamente reduzimos o Imposto Municipal em 0,1, quando continuamos a apostar num modelo de desenvolvimento para a cidade e concelho que esta pandemia pôs a nu o seu fracasso, não temos problemas em contrair empréstimos em valores superiores.

Diz, também a Sra. Presidente que não se tem em consideração, sequer, se tal baixa fiscal é possível. Então, a bem da transparência, era importante que se esclarecesse o que se alterou para poder baixar em 0,1 e não outros valores, já que durante vários anos tal nem sequer era possível.

Os municípios de Setúbal têm pago, nos últimos anos, a taxa máxima de IMI. Considera o Bloco de Esquerda que o executivo camarário tinha condições objetivas, face aos valores envolvidos em termos orçamentais, de ir mais longe e dar um sinal político claro e inequívoco aos setubalenses e azeitonenses na intenção de minorar a sua carga fiscal, baixando com valores mais significativos a taxa de IMI em todo o concelho.

Este é o caminho que sempre propusemos e recomendámos ao longo dos anos. A redução agora proposta em continuação com a do ano passado permite a todos os munícipes um pequeniníssimo alívio fiscal que nos impede votar a favor, mas em relação ao qual nos iremos abster.

Ficamos na expectativa de que a CDU seja, em que condições esteja em futuros executivos, capaz de continuar este compromisso de redução de impostos para com todos os munícipes do nosso concelho e que afinal esta não seja apenas uma mera medida dos últimos dois anos a pensar neste ano eleitoral.

Paulo Calado (PPD/PSD) – Senhor Presidente fiquei a aguardar que mencionasse a proposta que apresentámos à Mesa como alternativa de fixação da taxa e da criação do IMI familiar. De qualquer forma a proposta está entregue e foi distribuída e vou abster-me de fazer as considerações que já aqui foram feitas, também, pelo deputado do Bloco de Esquerda, que subscrevemos, porque é isso que temos vindo a defender ao longo dos anos, uma baixa significativa daquilo que é a fiscalidade sobre os setubalenses e em grande parte sustentada numa teoria que, nomeadamente o IMI, estaria sujeito ao Contrato de Reequilíbrio Financeiro, que ainda está em vigor, e como se vê, pela própria iniciativa da CDU, pode muito bem não estar na taxa máxima.

É por isso que, tal como fizemos no ano passado, tal como fizemos em anos anteriores, voltamos novamente aqui propor que a taxa para os prédios urbanos, conforme a nossa proposta, seja de 0,40%, com uma diminuição da atual taxa de 0,04%. Que seja também criada para, no fundo, haver um tratamento fiscal minimamente equitativo e também para atrairmos mais população para o nosso concelho que teve uma diminuição significativa entre 2010 e 2019, segundo se pode consultar no PORDATA, de cerca de 5.500 pessoas. No fundo, atrair, também, casais que tenham mais dependentes a seu cargo, fazendo uma dedução fixa que está nesta proposta para cada um desses vários escalões. É isso que vimos aqui propor e que pedimos que seja sujeito a votação, tal como o temos feito em anos anteriores.

Presidente da Mesa – Dizer ao senhor deputado que a proposta não foi aceite, não foi incluída, porque as propostas para serem incluídas na Ordem de Trabalhos têm de ser feitas ou por iniciativa dos grupos políticos ou não poderão ser aceites pela Mesa. De qualquer forma há sempre a possibilidade, como o senhor deputado agora o fez, de chegar aqui e de apresentar a sua proposta.

Naturalmente que as intervenções dos senhores deputados hão de ser feitas em conformidade e com o entendimento que a assembleia entender.

Manuel Fernandes (PS) – Efetivamente a matéria do IMI é para o Partido Socialista, e julgo que para todos, consensual, é uma matéria estruturante de todos os municípios e o é, basicamente, por três razões. O Imposto Municipal sobre Imóveis permite a ordenação e incentiva a requalificação do edificado, define a opção política em matéria fiscal da gestão municipal e constitui-se uma das principais, se não a mais importante, no caso de Setúbal, em termos de instrumentos de gestão financeira do município. Estamos a falar, obviamente, da principal receita do município.

É consensual que a matéria de Imposto Municipal sobre Imóveis seja, obviamente, uma matéria estruturante para qualquer município e muito em particular para o Município de Setúbal. Acontece que a proposta de redução de 0,1 pontos percentuais trazida aqui a esta casa, depois daquilo que foi ao longo de vários anos, para cima de uma década, que induziu



em erro os cidadãos setubalenses e azeitonenses, partindo do pressuposto que estavam obrigados ao pagamento da taxa máxima de IMI, porque era isso que era dito pelo executivo. Ao longo de todo esse tempo o Partido Socialista, de forma reiterada, vinha dizendo que essa obrigatoriedade não existia, obrigatoriedade essa que, segundo o executivo CDU, sempre disse que decorria do Contrato de Reequilíbrio Financeiro e que tinham sido os próprios elementos da CDU, o próprio executivo da CDU a negociar esse mesmo Contrato de Reequilíbrio Financeiro.

Sabia perfeitamente que não era obrigada à taxa máxima de IMI no concelho de Setúbal, sempre o soube, mas durante mais de uma década o disse e essa mensagem passou e ao longo de todo esse tempo, principalmente no ano de 2015, essa dúvida foi claramente dissipada, se é que restasse na cabeça de alguém alguma dúvida relativamente à não obrigatoriedade da taxa máxima de IMI no concelho de Setúbal.

Segundo quatro entidades, a Inspeção Geral de Finanças, a Direção Geral das Autarquias Locais, o Secretário de Estado de um Governo e o Secretário de Estado das Finanças de um outro Governo, os quatro pareceres foram sempre no mesmo sentido e diziam o seguinte: “*O Município de Setúbal está obrigado a cumprir o conjunto das medidas específicas, mas não à fixação obrigatória da taxa máxima de IMI.*”. Isso foi dito, isso foi sempre dito... Isso foi dito por quatro entidades distintas e foi sempre desmentido pelo executivo da CDU.

Sempre desmentido ao ponto de em pleno ano de 2015, depois de todas estas respostas, o próprio executivo da CDU ter pedido um parecer a um advogado, por muito ilustre que seja esse advogado José António Barreiros, uma pessoa que merece todo o respeito da sociedade portuguesa, com um nome reconhecido e de grande reputação, mas ainda assim nem esse advogado conseguiu corroborar da ideia da obrigatoriedade da taxa máxima de IMI em Setúbal.

Mais de uma década, os setubalenses e os azeitonenses foram iludidos, segundo uma obrigatoriedade que não existia, e aqui está a prova, que em ano de eleições a Câmara Municipal, gerida pela CDU, aceita reduzir 0,3% do orçamento municipal, no valor de 400 mil euros.

Estamos a falar de uma verba que não é, obviamente, para o município qualquer verba significativa e muito menos é significativo para as contas de um cidadão comum que paga o IMI todos os anos e que vê em média um valor que nem sequer chega aos 10€ de redução do pagamento desse imposto.

O Partido Socialista nesta casa sempre, ao longo de todo este tempo, apresenta um projeto que ainda se mantém, passar da taxa máxima de IMI para a taxa mínima 0,45, agora já está em 0,44 e supostamente irá para 0,43, para 0,30 num espaço de um mandato e ao longo desse tempo acomodar as contas municipais para que esse efeito seja real, efetivo. Isso tem que ser uma realidade. Esse é um compromisso do Partido Socialista que sempre trouxe a esta casa e sempre foi rejeitado pela CDU.

O Partido Socialista não aceita uma redução de 0,1 pontos percentuais neste imposto, mas ainda assim é uma redução e o Partido Socialista não se opõe a qualquer tipo de redução, uma vez que é essa a intenção do Partido Socialista enquanto gestor desta casa.

António Costa Ferreira (PPD/PSD) – Só quero obter um esclarecimento, porque é que os proprietários dos imóveis degradados poderão não ser penalizados devido à pandemia e os proprietários de ruínas esses continuarão a ser penalizados, não haverá aqui uma discricionariedade sem sentido?



Suzel Costa (PAN) – No que se refere à proposta apresentada pelo executivo relativamente a esta taxa de IMI com as majorações e minorações, o voto favorável do PAN, mais uma vez vai estar condicionado à garantia dada pelo executivo municipal de que esta redução da taxa de IMI não põe em causa a saúde financeira do município e consequentemente as políticas públicas por ele desenvolvidas.

Na nossa opinião e reiteradamente, também, temos chamado à atenção para uma moeda local, por exemplo, que seria fundamental para dinamizar ainda mais nesta altura de pós confinamento a economia local tão fragilizada. Reduzindo, também, a pegada ecológica e fortalecendo o espírito da comunidade e ainda assim permitiria baixar o IMI para valores mais baixos, salvaguardando a saúde financeira do município, devolver parte do pagamento do IMI à população na moeda local seria um incentivo ao comércio e aos consumos locais. Mas é, também, com desagrado, e mais uma vez já falei nisto em sede de comissão, que a sustentabilidade também tem sido deixada de fora reiteradamente ao longo deste mandato no que se refere à redução do IMI.

De acordo com os estatutos dos benefícios fiscais aprovados pelo Decreto-lei 215/89, designadamente os pontos 1 e 2 do artigo 44.º-B, *“Os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, podem fixar uma redução até 25% da taxa do imposto municipal sobre imóveis a vigorar no ano a que o mesmo respeita o imposto, a aplicar aos prédios urbanos com eficiência energética.”*

João Viegas (CDS-PP) – Esta questão do IMI é recorrente e é sempre bom fazer aqui, também, algum enquadramento, porque o executivo da CDU encontrou uma situação difícil quando chegou à Câmara Municipal e resolveu chamar a “Troika” e isso significou medidas de austeridade para os setubalenses.

Em relação a herdar situações complicadas por parte dos executivos do Partido Socialista já estamos todos habituados.

Perante estes factos e passados estes anos todos, volto a repetir aquilo que disse há um ano atrás e há dois, esperava-se que de certa forma se compensasse os setubalenses pelo esforço que têm feito e nessa perspetiva parece-me que é a altura de terem uma redução mais significativa. Podemos aqui falar das majorações e das minorações, mas aquilo que interessa para a maioria é a questão dos prédios urbanos, esta é a principal taxa e aquela que interessa à maioria das pessoas.

A posição do CDS é aquela que tem assumido e que relativamente a este esforço que foi pedido aos setubalenses é altura de aliviar. Se isto tem muito impacto ou não nas contas do município, com base naquela proposta que analisámos, parece que se dissermos que temos mais ou menos uma ideia de que isto não terá assim um impacto muito grande, que é argumento suficiente para convencer o executivo.

Paulo Calado (PPPD/PSD) – Para um ponto de ordem à Mesa. Não entendi bem o que o Sr. Presidente há pouco mencionou sobre a proposta que o PSD aqui apresenta. Esta proposta é exatamente igual à que apresentou em anos anteriores, como no ano passado e não percebi qual é o entendimento da Mesa, porque parece que é diferente da dos anos anteriores.

A nossa proposta que foi enviada ontem a tempo é para ser sujeita a votação, é esse o nosso entendimento e há pouco o Sr. Presidente mencionou que não tinha aceite a proposta, não entendi.

Presidente da Mesa – Não foi aceite como seria uma proposta no sentido de ser incluída na Ordem de Trabalhos, mas é uma proposta de alteração à proposta que vamos votar. Quando chegar à altura de votar, naturalmente será também votada.

Afonso Luz (CDU) – Isto é uma questão que ao longo dos anos vimos aqui debatendo, julgo que acima de tudo se trata aqui de uma questão de responsabilidade. O executivo CDU foi responsável quando, durante vários anos, pediu esclarecimentos aos governos sobre se poderia ou não reduzir a taxa de IMI, os governos levavam muito tempo a responder ou então respondiam de maneira dúbia, nunca querendo assumir aqui uma resposta concreta que fosse devidamente esclarecedora e daí, também, vários pareceres que foram pedidos sobre a matéria e sobre as respostas que os Governos nos iam dando e que foram produzindo, aquilo que se sabe, que era o executivo não assumir a redução da taxa de IMI.

Lamento que o deputado Manuel Fernandes tenha ficado a meio do parecer, não o tenha concluído, porque aí ficaríamos novamente com as tais dúvidas. Uma vez, devidamente esclarecido que se poderia reduzir, a Câmara Municipal tem vindo, gradualmente, a reduzir essa taxa, não esquecendo que ela foi de 0,5 durante muito tempo e por via da legislação produzida em Assembleia da República essa taxa veio a ser reduzida para os 0,45.

Estamos aqui perante um exercício, como digo, de responsabilidade, não nos parece que seja correto contrapor relativamente a esta receita da câmara, por exemplo, ou minorizar a abertura de um posto de turismo, colocando em contraponto com apoios às famílias, uma coisa não pode ter a ver com a outra.

Por outro lado, falta comprovar que a redução do IMI, como aqui foi afirmado também, esteja associada à atração de novos munícipes, julgo que não há nenhum estudo que comprove isso, porque o que atrai novos munícipes é a melhor atratividade da cidade e do concelho e os melhores serviços e a sua qualidade, que são cada vez melhores, e isso temos conseguido. O que só é possível com uma receita coerente com os gastos que isso implica.

Como digo, trata-se aqui, mais uma vez, de uma matéria em que o executivo CDU mostra responsabilidade e que vai no sentido de não deixarmos esta câmara falida como outros o fizeram.

Vice-Presidente da Câmara – A velha questão do IMI em Setúbal, a batidíssima questão do IMI em Setúbal. Todos sabemos, de forma mais convicta ou menos convicta, que o equilíbrio e o bom senso são o melhor instrumento da gestão financeira, seja nas nossas casas, seja na gestão do município, seja na gestão do governo. Equilíbrio e bom senso.

As medidas de equilíbrio financeiro são especialmente requeridas quando há desequilíbrio financeiro.

Não mudámos de posição, sempre dissemos que o Contrato de Reequilíbrio Financeiro obrigava às receitas máximas das taxas. Obrigava e obriga! O nosso processo de Reequilíbrio Financeiro, de voltar a ter equilíbrio financeiro, por exemplo, para o Tribunal de Contas é clarinho, termina quando acabarmos de pagar a última tranche dos empréstimos de reequilíbrio financeiro, e ainda não terminámos. Já a digerimos quase toda.

Baixamos o IMI, porque a lei o permite, permite a partir da lei do orçamento de estado de 2018.

Quando a situação financeira do município ganhar reequilíbrio e deixarmos de estar dentro dos critérios de alarme de desequilíbrio financeiro, a partir dos critérios que estão hoje em vigor no regime de finanças locais de 2013, o município já não estará dentro desses critérios de desequilíbrio, mas ainda estará sujeito ao pagamento das tranches até acabar de pagar os

empréstimos do reequilíbrio financeiro daquelas dívidas que o PS cá nos deixou e que estamos a pagá-las há 20 anos.

Há 20 anos que Setúbal está a pagar o desequilíbrio financeiro que o Partido Socialista deixou a este município. Ainda não foram pagas, já estamos cá há 20 anos e ainda não acabou, vejam a dimensão.

Esse facto de um município em desequilíbrio, financeiramente desestruturado, não poder abdicar de receitas, isto é *clean* nas leis vigentes na altura, quando os critérios do regime de finanças locais deixarmo-nos estar em regime de alerta, em regime de desequilíbrio. Por via de uma lei mais recente, que é a lei do Orçamento de Estado de 2018, é que aparece finalmente uma interpretação do Secretário de Estado a dizer que estão mencionados em concreto os regimes financeiros de reequilíbrio e dos vários instrumentos de reequilíbrio financeiros das câmaras. Quando deixou de estar mencionado o regime a que o Município de Setúbal estava sujeito, então aí podemos passar a fazer algumas reduções dentro do tal princípio do equilíbrio e bom senso. Ou seja, a tática política, não é uma ação política, não é uma opção política é uma mera tática de combate político de exigir sempre a cada momento, a quem está a governar em maioria, despesa máxima, receita mínima, e não existe. Não existe! Queremos que o município seja capaz de tudo, tem que ter, por exemplo, algo de grande impacto social, dois milhões de euros para acrescentar anualmente para suportar os custos sociais do navegante, do passe social único, que é um benefício para as populações enorme. Mas nós suportamos, vamos lá colocar isso, mas se abdicarmos de 400 mil euros de uma parte que, como disse o senhor deputado há pouco, é insignificante para as famílias, 10 euros por ano em média, de facto para as famílias não é muito significativo, mas para o orçamento do município significa 400 mil euros e os senhores acham que devíamos abdicar de 2 milhões? De 4 milhões? De todo?

Como o senhor deputado Manuel Fernandes disse, é a principal fonte de financiamento dos municípios. Como é que o município faz ação social? Como é que o município faz a sua função? Como é que o município dá qualidade de vida às populações sem receita? É a principal receita, é a estrutura de receitas dos municípios que não foi definida por nós, pelo Município de Setúbal, foi pela Assembleia da República, é uma lei da Assembleia da República.

Esta repartição de encargos entre o estado, sempre em prejuízo dos municípios, dá que os municípios só podem praticamente socorrer-se das suas fontes de participação nos impostos diretos.

Já não estamos em desequilíbrio financeiro, recuperámos dessa situação, não estamos debaixo dos critérios da Lei das Finanças Locais, por isso é que após aquilo que ficou nas normas do Orçamento de Estado de 2018, já não tendo mencionados aqueles regimes anteriores que nos obrigavam às receitas máximas, sem deixarmos de estar obrigados ao equilíbrio geral das contas, daí que as majorações e as minorações já venham sendo possíveis há muito tempo, só com esta regra de bom senso. Não podem exceder as minorações em muito aquilo que excedem as majorações, tem que haver um equilíbrio entre as minorações e majorações, não podemos estar a fazer muitas minorações e poucas majorações e isso já era entendimento geral antes da Lei de Orçamento de Estado de 2018. A lei o permite e porque o nosso estado, a nossa situação financeira já não é de desequilíbrio, recuperamos desse desequilíbrio, e é possível começar a reduzir o IMI. É só por isso, não mudámos de posição, fazemos é uma gestão responsável em função das necessidades de financiamento do município para acudir às situações.



Temos outros exemplos que podemos dar aqui para justificar a necessidade de financiamento, que são as transferências de competências para as autarquias. Aquilo que aí vem já temos a noção, mesmo os municípios do Partido Socialista que aceitaram todas as competências, sabem que não têm o pacote financeiro correspondente às necessidades para as assumir. Sabem disso! Sabem que recebem as escolas, por exemplo, e o pessoal para as escolas e as pessoas que faltam no quadro têm que ser contratadas pelas câmaras e que não há receitas que cheguem para isso. As câmaras que já aceitaram, por exemplo, a gestão dos parques florestais, sabem que não vem dinheiro nenhum para fazer isso, são mais encargos atrás de encargos nas funções sociais que eram do estado e que passam para as câmaras e que não há receita para isso, o estado não transfere.

Estamos a fazer com a questão do IMI aquilo que é uma redução significativa que, de facto, para cada família é pouco significativa, 10€ por ano não é grande coisa, há quem tenha um pouco mais e outros um pouco menos, mas para o município é um rombo.

Podemos dar aqui vários exemplos, o trabalho que se tem feito na pandemia, o trabalho dos Bombeiros Sapadores, ter uma Companhia de Bombeiros Sapadores tem um custo permanente e não tem receitas próprias. Lembram-se da tal taxa de proteção civil que foi anulada? Não tem receitas que compensem esse encargo, mas ele está cá e temos que o assumir, nem todas as câmaras o têm, mas nós temos. Fomos de boa vontade para a comparticipação financeira no PART, que é o tal programa de redução das tarifas rodoviárias, o passe único, de boa vontade, porque a justiça é merecidíssima e temos que fazer um esforço muito grande daqui para o futuro para ter algum benefício das comparticipações financeiras europeias com o tal programa da “Bazuca”.

É preciso que o município tenha recursos financeiros para pôr a sua comparticipação, porque é preciso participar e não é tudo a 100%, temos que fazer uma gestão financeira de equilíbrio e bom senso. Não nos peçam, não é responsável pedi-lo, mas também não é responsável aceitá-lo para fazer jeito a algum populismo, que se reduza ao máximo as receitas e aumenta ao máximo as despesas, porque isso dá bancarrota. E isso não é responsável.

Temos histórias, infelizmente, na história do nosso país que acabaram assim e pelas quais ainda hoje estamos a pagar. Hoje é possível sim, porque é legal, porque estamos em equilíbrio financeiro, essa é uma verdade insofismável que os senhores não podem deixar de ter em consideração, têm que entender a realidade.

Já estamos em equilíbrio financeiro, materialmente recuperámos desse desequilíbrio, apesar de formalmente podermos dizer que o Tribunal de Contas ainda não o considera, mas no âmbito do regime financeiro, atualmente em vigor, estamos com equilíbrio financeiro.

O município não está em nenhum regime de alerta, não está em nenhum regime de desequilíbrio já. Não está!

E legalmente já é possível e é por isso que o estamos a fazer agora e se mais fosse possível, mais faríamos.

Não sei se o senhor deputado António Costa Ferreira percebeu que estava a querer falar da saída que conseguimos fazer de um estado ruinoso nas finanças e não me apetecia falar em ruínas e nem em degradação, mas se acha que há diferença, naturalmente, que um estado ruinoso de um edifício é mais penalizado do que um em estado degradado. Não há arbitrariedade, há um grau de gravidade da situação do prédio que correspondente a uma redução ou a um agravamento.

Mas não quero falar de ruínas, quero falar de termos saído da ruína.

Não havendo mais intervenções foi votada a proposta, apresentada pela bancada do PPD/PSD sobre “IMI Familiar”, e foi rejeitada por maioria e em minuta, com 22 votos contra, 20 da CDU, 1 do PAN e 1 de AC, 14 votos a favor, 9 do PS, 4 do PPD/PSD e 1 do CDS-PP, e 2 abstenções do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 34.

João Luz (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A bancada da CDU votou contra a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, acompanhando a ideia e o propósito de descer ainda mais a taxa de IMI aplicada.*

Consideramos, no entanto, que neste momento é irrealista e irresponsável descer nos termos propostos pelo PSD.”

Suzel Costa (PAN) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Entendemos que a questão do IMI familiar só fará sentido tendo em consideração o peso do imposto nos agregados familiares e o impacto que a medida teria nas contas da Câmara se implementada nos moldes propostos. Ao não considerar os contextos económico-sociais das famílias, mas apenas o número de dependentes não promove a justiça social, a ser implementada seria injusta, beneficiando apenas quem tem casa própria, mas olvidando as inúmeras famílias numerosas em casas arrendadas e discriminando quem, por opção, legítima, não quis ou pode ter filhos.*

Além disso, como medida isolada, não é a via de promover a natalidade nem atrai necessariamente população jovem e/ou famílias.

Esta recomendação enferma de um princípio errado, o de que é necessário estimular a natalidade por si só. E é errado porque mistura demografia com natalidade. A premissa de que devíamos partir é: nós não temos falta de pessoas, o que temos é uma má distribuição das mesmas. À luz do nosso futuro comum, a questão demográfica deverá ser analisada globalmente em detrimento de uma visão estritamente nacional e é justamente tendo por base essa visão global que somos levados a concluir que não precisamos de medidas promotoras de natalidade, antes de políticas demográficas eficazes, entre elas políticas migratórias, garantindo desta forma também a sustentabilidade ambiental a nível global.

Pelo exposto, votamos contra esta Recomendação.”

Presidente da Mesa – Vamos agora proceder à votação da proposta do executivo.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 22 votos a favor, 20 da CDU, 1 do PAN e 1 de AC, 5 votos contra, 4 do PPD/PSD e 1 do CDS-PP, e 11 abstenções, 9 do PS e 2 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 35.

Paulo Calado (PPD/PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Votámos contra a fixação da taxa em 0,43 exatamente porque defendemos, como temos vindo a defender todos estes anos, que ela deve ser fixada em 0,40, uma vez que isso sim seria um verdadeiro alívio para muitos setubalenses e como aqui, também, o dissemos, seria uma forma de nos tornarmos mais atrativos relativamente a outros concelhos da região.*

Relembro que, ainda recentemente, uma autarca, que é a nossa Presidente de Câmara, que agora é candidata à Câmara de Almada, teve a distinta desfaçatez de dizer num comentário sobre a taxa de IMI no concelho de Almada, que é de 0,36%, que ela era muito elevada e que devia baixar. Portanto está tudo dito.”

7. Deliberação n.º 358/20 – Proposta n.º 82/2020 – DAF/DICONT/SERGEP – Desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno sita na Rua Sílvia Maldonado, União das Freguesias de Setúbal

Jerónimo Lopes (CDU) – Primeiro alertar os senhores deputados de que a Ata-Parecer que está em vosso poder, há de ser substituída posteriormente, porque houve aqui um problema que ainda não está identificado relativamente à versão que foi enviada e à que foi impressa, mas existem aqui pequenas correções que não interferem no que diz respeito aos pareceres, mas que não refere, por exemplo, que no início dos trabalhos da comissão esteve presente a vereadora Carla Guerreiro juntamente com uma técnica superior.

A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade não emitiu parecer devido à falta de elementos para análise (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 28).

Embora tendo nós dispensado, porque previsivelmente não tínhamos questões a apresentar, posteriormente houve um contato telefónico e houve um esforço da Sra. Vereadora no sentido de que algumas explicações fossem dadas. Entretanto as explicações que foram solicitadas, foram mais tarde remetidas, e creio que todos os senhores deputados também as receberam relativamente a esta proposta, mas queria aqui, para além da emissão do parecer, dar esta informação.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 36.

8. Relatório da Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade sobre a petição intitulada “Não ao estacionamento pago nas zonas residenciais da cidade de Setúbal”

João Viegas (CDS-PP) – Sou muito sincero, é um pouco complicado analisarmos este relatório que nos fizeram chegar hoje mesmo.

Na Comissão Permanente foi decidido incluir estes pontos na Ordem de Trabalhos, mas para que os relatórios chegassem atempadamente aos deputados.

Em primeiro lugar dar a seguinte nota, e é importante que os Presidentes das comissões tenham isto bem presente, é que no que pude ler do relatório, realizaram-se audições, já tive oportunidade de dizer isto na Comissão Permanente, mas vou dizer aqui para todos, nem todos os deputados desta assembleia fazem parte desta comissão e era importante que sempre que existam essas audiências possam comunicar aos restantes membros da assembleia para, se quiserem, poderem estar presentes e colocarem também questões.

Estamos no final do mandato, mas vamos sempre a tempo de poder corrigir algumas coisas.

Em relação ao relatório propriamente dito, Sr. Presidente não me sinto em condições de estar a fazer a apreciação, com todo o respeito pelos peticionários, mas analisar desta forma não me parece o mais correto.

António Caracol (PS) – Em relação à elaboração e análise deste relatório, não foi nada consensual no seio da Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade. No entanto, não posso deixar de realçar uma dúvida manifestada por todos os membros da comissão, pelo

menos quando a coloquei ninguém conseguiu responder, por isso, coloco-a aqui para que possamos ser esclarecidos.

Como é sabido, a petição em causa tem o registo de entrada no dia 30 de outubro, porque razão só hoje, passados quase 6 meses, o seu conteúdo é discutido na Assembleia Municipal?

Mas mais preocupante é o facto de desde este dia 30 de outubro até ao dia 18 de fevereiro, por indicação do atual presidente da Assembleia Municipal, André Martins, esta petição foi enviada para um gabinete da câmara, com o pretexto de aferir a sua admissibilidade. Quatro meses à procura de algo que a pudesse inviabilizar. Até parece que não foi para um gabinete, mas sim para uma gaveta à espera do momento menos inoportuno para ter de ser analisada.

O momento “que parece escolhido”, foi o dia 18 de fevereiro, o dia seguinte à apresentação e aprovação, pela CDU, da adjudicação do concurso público para a concessão por 40 anos do estacionamento tarifado.

Ao dia de hoje, a CDU diz que a petição não é tempestiva!

Um dos primeiros subscritores proferiu: *“Entregámos a petição, nada estava definitivamente resolvido, mas realmente isto levou muito tempo até chegarmos aqui. Se isto era um dado adquirido para que nos querem ouvir? ...”*

Recordo que, devido à pandemia, os cidadãos ficaram impossibilitados de se manifestar e participar nas reuniões de Câmara e nas sessões da Assembleia Municipal (hoje pela primeira vez foi aberta ao público), tendo recorrido a este instrumento, a Petição, para se fazerem ouvir. Por forma a não haver leituras políticas erradas, os primeiros subscritores da petição, afirmaram que não pertencem/militam em nenhum partido com assento na Assembleia Municipal, apenas se apresentaram na qualidade de cidadãos preocupados com a implementação desta medida, encabeçando a posição de um conjunto de cidadãos livres, com vontade de se manifestarem contra a generalidade do regulamento e em particular contra a cobrança da taxa do dístico de residente.

Fizeram “benchmarking” e deram como exemplo a Câmara Municipal de Cascais, onde os seus municípios pagam menos impostos, têm em média uma situação financeira mais favorável comparada com a dos setubalenses e azeitonenses, estão isentos de qualquer pagamento dos 3 primeiros dísticos de estacionamento para residentes. No Município de Setúbal, os impostos são mais elevados e todos os dísticos são taxados.

Sobre a análise ao relatório, como é possível, no ponto resolutivo três, ser considerado que o tarifário *“é justo e não lesivo”*? Não se compreende!

Por fim e relativamente à elaboração e aprovação do relatório, não posso deixar de registar a forma autoritária, suportada na maioria absoluta da CDU, como geriu este processo, não considerando os contributos do PS na sua elaboração.

Presidente da Mesa – Cumpre-me a mim responder ao senhor deputado naquilo que me atribuiu. Tive a oportunidade de explicar aos senhores representantes dos Grupos Políticos na Comissão Permanente como é que este processo decorreu e porque só naquela altura houve condições de ser apreciada a petição na Comissão Permanente.

Relativamente à consideração de que mais parece um veto de gaveta, não sei se foi assim que disse, a questão fica consigo senhor deputado. Da minha parte tenho a consciência tranquila. A petição seguiu todos os trâmites que são normais e com toda a transparência e cordialidade, a comissão respetiva teve a oportunidade de apreciar o documento e a Assembleia Municipal, também, tem agora a oportunidade de apreciar o relatório. Creio que, desta forma, se cumpre aquilo que é a obrigação desta assembleia, é esse o meu papel aqui e eu considero que cumpro a minha obrigação.

Não tenho mais nada a dizer sobre outras considerações que fez relativamente a este processo.

Jerónimo Lopes (CDU) – Só uma pequena nota sobre esta questão da democracia e das imposições.

A democracia, aqui nesta casa, desde 1993 que por aqui ando, tem sido sempre cumprida. As decisões tomam-se por maioria e muito me espanta que algumas forças ou alguns elementos considerem que a democracia não existe se as minhas decisões não prevalecerem. Aí a questão torna-se pouco democrática no entender desses iluminados.

Dizer que a lei, mesmo no período de exceção, permitiu e permite, não começou hoje, a intervenção dos munícipes e regula como é que se exercia a intervenção dos munícipes, quer nas Assembleias Municipais, quer nas Assembleias de Freguesia, etc., etc.. A participação dos munícipes tem sido possível da forma como a lei regula sem minimizar aqui os efeitos da pandemia, das medidas, dos estados de emergência injustificados que, de facto, significaram a limitação geral da atividade de todos. Julgo que esta nota deve ser colocada.

Os contributos do PS, no âmbito da resolução que foi tomada, assistiram na discussão. O senhor deputado António Caracol colocou essa questão no final da reunião, mas a resolução foi votada ponto a ponto e não houve propostas alternativas do Partido Socialista, embora no âmbito da discussão tenha intervindo e tenha colocado algumas questões, mas não foram apresentadas propostas alternativas que refere. Portanto, esta questão não existe.

Duas notas ainda, sobre o que o senhor deputado João Viegas colocou. De facto, temos muito que evoluir e temos que estar sempre despertos para isto, e faz sentido todas as bancadas terem conhecimento das audições e das reuniões, porque todos os deputados podem participar em qualquer atividade da comissão, ainda que na qualidade de observador. Na nossa articulação de trabalho, isto, muitas vezes, acaba por estar ausente e nesta fase só podemos lamentar e procurarmos manter isto presente para melhorarmos no futuro.

Dizer que, na minha opinião, creio que é isto que vamos desenvolver no futuro, o trabalho da comissão não está completo ainda, há aqui omissões, há atas que ainda vão ter que ser discutidas e votadas relativamente às audições e faz sentido que depois essa informação mais detalhada, embora o relatório, também, refira aspetos, mas essas atas devem depois vir ao conhecimento dos deputados da assembleia. É uma questão que tem que ficar, também, aqui clara.

Suzel Costa (PAN) – Saudar esta petição, assim como a próxima que aqui será analisada, por ser uma forma de participação direta, uma ferramenta privilegiada da participação política dos cidadãos perante esta Assembleia Municipal, tão crucial, também, nestes tempos de pandemia. Dado os condicionamentos existentes, face às medidas em vigor para a contenção do vírus SARS-COV-2, as sessões realizaram-se também à porta fechada e sem a presença dos munícipes. Mas também devido à inexistência das transmissões em direto, até aos dias de hoje, que permitiriam ainda tornar a Assembleia Municipal mais transparente, compreensível e acessível para os munícipes setubalenses e azeitonenses e cujo objetivo final seria sempre o de aprofundar a democracia e de melhor tomarem conhecimento de muitas das matérias aqui analisadas.

Não obstante o PAN ser a favor de um regulamento municipal de estacionamento público tarifado e de duração limitada no concelho de Setúbal, como instrumento da gestão de mobilidade urbana e gestão do espaço público, rumo à mobilidade suave e à neutralidade carbónica, devolvendo a cidade às pessoas, melhorando a qualidade do ar e a vida dos munícipes, compreende que o tarifamento de zonas estritamente residenciais e que pela sua

urologia, na ausência de uma verdadeira rede de transportes escolares e transportes públicos de qualidade e frequentes e a arborização bioclimática do espaço público de circulação, fulcrais também para a deslocação por modos suaves, seja alvo de reservas.

Deste modo, não podemos concordar com a emissão de um parecer desfavorável no que se refere a esta petição e nem com a fundamentação inscrita no ponto 3.5 do relatório da CAUM, em que se diz que os tais argumentos e propostas não foram apresentadas tempestivamente aquando da consulta pública prévia à aprovação do regulamento. Ora, o longo decurso do tempo desde que a petição foi apresentada, antes do contrato da concessão do estacionamento, até chegar à Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade não pode ser invocado para considerar extemporânea e nem para concluir a inutilidade da mesma. Assim, como o ponto fundamentador que a matéria constante da petição teria sido sujeita à consulta pública, quando os cidadãos se manifestam à posterior face aos processos de consulta pública.

Os órgãos não deviam criticá-los, antes de fazer uma autocrítica, pois todos sabemos que estes processos sofrem de fraca publicidade e pouco debate para os cidadãos. Acresce o facto dos termos do concurso público para a concessão da gestão, exploração e manutenção e fiscalização dos lugares de estacionamento tarifados e a construção, na altura, dos três parques de estacionamento subterrâneos, nomeadamente, a atribuição a uma empresa privada dessa exploração e pelo prazo de 40 anos, não terem sido esses sujeitos a consulta pública, inutilizando os argumentos do ponto 3.5.

Tinha mais, mas não tenho tempo, portanto, pelo exposto o PAN vai votar contra a resolução deste relatório.

António Costa Ferreira (PPD/PSD) – Não vou fazer uma análise ao relatório e vou-me cingir, apenas, a uma declaração de voto que foi escrita e que foi anexa ao respetivo relatório. É obvio que houve problemas, aliás não há compreensão para a questão do tempo que demorou a petição chegar à comissão, quando ainda estavam em curso decisões que poderiam acolher a petição.

Por outro lado, o PSD empenhou-se em demonstrar, embora tivesse pedido antecipadamente um parecer jurídico para ver se não haveria aqui lugar a uma dupla tributação, porque o espaço público nas zonas residenciais vem ao domínio público, precedência que, por lei, é obrigatória e vem para o domínio público especificamente para o estacionamento que é ordenado e disciplinado por portaria.

Parece-me um bocado, digamos, pesado os residentes estarem depois a ser onerados, porque quando compram as suas habitações, as suas residências pagam isso tudo, porque o promotor faz refletir nos custos de vendas todos os encargos e daí achar pertinente e justo que as zonas residenciais fossem resolvidas do regulamento, conforme está previsto, e ao mesmo tempo fazer com que os residentes noutras zonas também fossem isentos do custo do dístico. Parece-me justo e por isso nós acompanhamos o teor e a pretensão da petição.

Há aqui outro fator que quero invocar, uma das razões que a câmara invoca para a instalação do tarifário no estacionamento pago é a necessidade de nas zonas dinâmicas provocar a rotatividade. Nas zonas residenciais isso não se coloca, mas então pergunta-se porque é que o regulamento prevê que a requerimento de qualquer munícipe seja possível alocar anualmente estacionamentos que são do domínio público e que os moradores que pagaram para esse bem têm que pagar um dístico e ainda por cima não têm direito à possibilidade de terem as viaturas ou as viaturas nos locais onde teoricamente poderiam ter.

Por isso, há aqui contradições neste estabelecimento da possibilidade de privatizar um espaço público e por importâncias exorbitantes, o que significa que há aqui estacionamento para ricos e para pobres. Quem for rico pode expor de 1.500 ou 2.500€ por ano e ter a viatura ali num lugar à sua disposição, os que pagaram, mesmo pagando o dístico têm que ir à procura de espaço. Há aqui qualquer incoerência que, em democracia, deveríamos repensar.

Não sei se isto vai a votação ou não, a declaração de voto está apenas, porque se houver votação, votaremos contra e somos a favor daquilo que é pretendido pelos peticionários.

Vítor Rosa (BE) – Duas ou três coisas relativamente a esta petição e à outra, porque vem no mesmo encadeamento.

Em primeiro lugar, é de valorizar a participação cívica dos cidadãos e esta capacidade que a democracia arranhou de qualquer um poder, através de iniciativa própria, chegar juntos dos órgãos autárquicos e do executivo e de poder, a nível do concelho, discutir assuntos que lhes diz respeito no dia a dia.

Esta é a primeira questão que julgo que deveremos todos valorizar, através destas petições.

A segunda questão, é o agilizar de muitos destes mecanismos que existem aqui ao nosso nível, do ponto de vista de regimentos e que julgo que deveríamos melhorar e muito, conforme algumas das sugestões aqui já deixadas.

Recordo, e dou o meu exemplo, é o meu primeiro mandato nesta Assembleia Municipal e só no último ano de mandato é que chegou aqui a esta assembleia estas duas petições, também para nós próprios, enquanto eleitos, sabermos fazer esta divulgação junto da população do concelho, de uma ferramenta que todos podem utilizar quando têm dúvidas relativamente a um conjunto de matérias que diz respeito ao seu dia a dia.

Em conclusão, relativamente à própria petição, acompanhamos em muito as preocupações dos peticionários, daí no que respeita a este relatório final não sermos favorável, nem a este e nem relativamente ao segundo que será discutido mais à frente.

Maria João Palma (PS) – Em resposta a ter sido mencionado pelo Sr. Presidente da CAUM, que o Partido Socialista não deu os seus contributos, nem antecipadamente, nem pelos vistos durante a realização da própria reunião, é bom que se saiba que a nossa contribuição, que era uma proposta de relatório, entrou no dia 2 de abril, sexta-feira santa, quando realizámos a CAUM via ZOOM, às 17h00, e as propostas do Sr. Presidente e da sua bancada chegaram um minuto antes, ou seja às 16h59.

Posso endossar um print para a Mesa para que se comprove que o Partido Socialista elaborou uma proposta de relatório relativamente à apreciação desta petição e que ela não foi tida em consideração, bem como não foram tidos em consideração os contributos que os elementos desta bancada apresentaram, porque efetivamente vivemos em democracia e a maioria CDU não teve em consideração os nossos contributos e os nossos pedidos de alteração a alguns pontos.

Jerónimo Lopes (CDU) – Um erro material na Ata relativamente à votação ponto por ponto, no que se refere ao ponto 3, está aí referido que foi aprovado com 6 votos a favor, 5 da CDU e 1 do PAN, e 4 votos contra, 3 do PS e 1 do PAN. É do PSD este voto contra. Chamaram-me agora a atenção e julgo que é assim.

Só mais duas breves notas. De facto, a valorização da participação dos cidadãos no processo peticionário, independentemente de se poder considerar mais ou menos adequado, do ponto de vista do timing, a participação ou não no processo de discussão pública, etc., etc. A

valorização da participação dos cidadãos em qualquer momento da vida democrática, mesmo que intempestivo, julgo que naturalmente é de valorizar e o relatório faz, de facto, referência como não poderia deixar de fazer em relação a isto.

Relativamente aos contributos do PS, não confundamos o que não se pode confundir. O PS apresentou, aliás o relatório também faz referência à tardia entrega da proposta de relatório face à reunião, não referi isso, porque se não tinha que referir também os contributos que deu em sede de discussão também não foram muito atempados, enfim, terá sido nessa tarde. Mas não é essa a questão, é que no âmbito da discussão se querem fazer valer as suas posições têm que as referir, têm que argumentar, têm que dizer no momento da votação que para esse ponto tinham um ponto alternativo. Se não o fizerem, depois de tudo votado ponto a ponto, como propus de se fazer a votação global, vêm dizer que foram ignoradas as suas sugestões. Desculpem lá, há aqui qualquer coisa que não está a funcionar bem, em termos de raciocínio. Se é esse o conceito, ficarão com eles, mas isto aconteceu desta forma, no período de discussão e deliberação o Partido Socialista não apresentou e colocou à votação.

Não havendo mais intervenções, foi o relatório aprovado por maioria e em minuta, com 21 votos a favor, 20 da CDU e 1 de AC, e 17 votos contra, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do CDS-PP, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

9. Relatório da Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade sobre a petição intitulada “Travar o projecto da Praça Rio na sua localização prevista”

António Costa Ferreira (PPD/PSD) – Sobre o relatório vou-me repetir e não me vou pronunciar, nem fazer uma análise sobre a proposta resolutive, todavia o PSD acompanha a petição dos peticionários por várias razões, uma delas, e digo de mau grado, o PSD pediu uma série de informação prévia para poder em sede de comissão analisar a situação e perentoriamente foi negado esse fornecimento de elementos.

Em democracia isto não pode ocorrer.

Sobre as questões que levaram a sermos contra, têm a ver com questão da falta de parecer do DGPC, porque a construção que foi edificada e que em nada tomou em conta, após o conhecimento desta petição, prosseguiram, uma vez que este processo, segundo informações recolhidas na discussão, iniciou-se em 2017, foi concursada em junho de 2020 e as obras iniciaram-se agora no primeiro trimestre deste ano.

Julgo que se tivesse havido boa vontade, teríamos tido tempo para cumprir todos estes desideratos da lei, porque a Praça do Bocage é um local único, que é muito grato aos setubalenses e que merecia uma ampla discussão e conhecimento de todos os setubalenses e não sermos confrontados em meia dúzia de dias com aquilo que se vê nascer ou está quase construído. Essa é a grande crítica ao imóvel, já que não é pacífica o gostar ou não gostar e que tem haver com problemas da dignidade ou falta dela que aquele espaço merece ter.

Acompanhamos a pretensão e achamos que aqueles 250 mil euros seriam muito mais bem gastos em prol dos que sofrem e que menos têm nesta pandemia. Se não são sensíveis, paciência, mas esta é a nossa forma de pensar. Faz mais falta, neste período, que a verba que foi gasta ali poderia ter tido outro destino e aquela obra ser realizada noutro sítio.



Rui Canas (Presidente da União de Freguesias de Setúbal) – Com todo o respeito que possa ter por todos e pelos que, principalmente, pertencem a esta comissão à qual também pertença, isto custa e pessoalmente custou-me estar em quatro reuniões desta comissão para elaborar este relatório, para se chegar a esta conclusão e para os senhores deputados virem dizer aqui aquilo que já podiam ter logo dito na primeira reunião e tinha-se arrumado a questão.

Cada um fazia esta declaração de voto, dizia o que tinha a dizer, não ia lá o técnico da câmara e o especialista explicar o projeto, e que todos estiveram de acordo, todos teceram os maiores elogios à qualidade técnica, a tudo e mais alguma coisa que foi lá apresentado. Houve essa participação, mas depois chega-se aqui e parece que não houve quatro dias de discussão sobre esta matéria, e que efetivamente não se produziu nada em concreto, a não ser semântica.

Já que estamos a falar onde é que gastamos o dinheiro e com as questões da sensibilidade e da pandemia, se calhar, também, têm que ser melhor gastos, pelos senhores deputados, que irão ganhar senhas de quatro reuniões para depois produzirem estas coisas que estão aqui a produzir.

Maria João Palma (PS) – Não vou, neste momento, pronunciar-me acerca do relatório propriamente dito e em relação à petição.

Quero dizer que foi através da liberdade política que no pós 25 de Abril avançámos e progredimos como país, mas acima de tudo, como uma sociedade mais coesa e mais justa, não deixando ninguém para trás.

É por isso que não podemos deixar de defender, acarinhar e estimular esta liberdade política em que todo o cidadão ou conjunto de cidadãos que, através de um meio e utensílio à sua disposição, entende por bem ser ouvido.

Estivemos no último ano numa fase atípica das nossas vidas em que as assembleias foram de acesso restrito ao público, este projeto não teve consulta pública e assim sendo, a forma encontrada por um número significativo de cidadãos (à volta de 715 pessoas que assinaram esta petição), de se fazerem ouvir foi através da mesma petição ou no conjunto das duas petições, porque há uma que ainda está a ser encaminhada pelos serviços.

Por esta razão, a bancada do Partido Socialista acha que esta iniciativa deverá ser divulgada, valorizada e saudamos, por isso, os peticionários pelo exercício do direito de petição.

Jerónimo Lopes (CDU) – Não vou dizer muito, nem vou repetir aquilo que é obvio, como a valorização da participação dos cidadãos e aquilo que, também, acaba por ser contraditório pelo que foi dito agora.

De facto, houve e há condições para a participação dos cidadãos, dos munícipes na vida e nas reuniões, quer da Assembleia Municipal, quer da Câmara Municipal, e isso não entra nada em contradição com o valorizar a participação nestas duas petições.

Aqui há pouco foi discutida uma moção, a qual foi rejeitada, onde se ia ao ponto de propor como dar uma indicação técnica aos serviços como é que devem cortar a relva. Julgo que temos que intentar no exercício da democracia sobre como é que valorizamos e intervimos nos diversos aspetos.

A eficácia da apresentação de petições em matérias deste tipo, junto do órgão executivo, e a intervenção junto do referido órgão, em termos de timing e de eficácia, julgo que, do ponto de vista pedagógico, temos uma responsabilidade no sentido de chamarmos a atenção e de encaminharmos os cidadãos e os munícipes relativamente a isso.

Sobre o ponto 5 do relatório, que a Mesa e a Comissão Permanente entenderem por bem, a Comissão decidiu, independentemente de não nos ter ainda sido remetida uma segunda petição, que sabemos que existe e que os peticionários nos enviaram até o seu teor, de incluir no relatório um ponto em que refere que as suas deliberações se aplicam, também, ao teor dessa segunda petição, porque a matéria é a mesma, mas a petição é outra.

Não havendo mais intervenções foi o relatório aprovado por maioria e em minuta, com 21 votos a favor, 20 da CDU e 1 de AC, e 17 votos contra, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do CDS-PP, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 38.

Carlos Batista (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Relativamente à petição pública “Travar o projeto da Praça Rio na sua localização prevista”, a bancada da Assembleia Municipal do Partido Socialista entende que um projeto de arquitetura pode sempre suscitar polémica, porque a arte é subjetividade. No entanto, um projeto desta envergadura e com esta localização deveria ser um processo caracterizado pela transparência e pela combinação com os vários peticionários e com os munícipes.*

Na realidade o anúncio de concurso para a empreitada de construção e cobertura localizadas no Largo do Bocage, o anúncio de procedimento n.º 7.359/2020 foi publicado no Diário da República no dia 9 de julho de 2020. O contrato de adjudicação da empreitada foi celebrado no dia 28 de outubro de 2020 e publicado no portal base.gov o procedimento legal obrigatório no dia 17 de dezembro de 2020. Apenas no dia 12 de janeiro de 2021, a Câmara Municipal anuncia esta intenção ao público no portal de notícias “bad side” do município e através das redes sociais, estando previsto o seu arranque para o início do mês de fevereiro. A omissão de informação desta qualidade aos munícipes não é admissível, revela uma intenção de impedimento da participação cívica nas decisões do executivo camarário pouco digna de um município participado.

Entende, também, a bancada que a área de intervenção em causa, de acesso a uma zona geral de proteção, os bens imóveis classificados, principalmente a Igreja de São Julião, assim sendo deveria ser obtido antecipadamente um parecer técnico à DGPC, conforme a Portaria n.º 636/2012, de 22 de outubro de 2012, e também à Lei de Bases do Património Cultural plasmada na Lei 107/2001, de 8 de setembro e a sua atualização.

Este projeto peca, na nossa opinião, pela falta de oportunidade social e económica no investimento à volta de 150 mil euros numa obra que entendemos como não prioridade, tal como consta na petição pública “Travar o projeto da Praça Rio na sua localização prevista”, esta verba deveria ser direcionada para ajudas de emergência à economia e à cultura setubalense no âmbito de combate aos efeitos da pandemia Covid-19.

Por fim e não menos importante, a bancada do Partido Socialista valoriza a participação junto dos munícipes na vida e decisões do município e saúda todos os peticionários pelo exercício e direito à petição. O Partido Socialista não poderá deixar de acompanhar o objeto da petição e quanto ao relatório relativamente à petição “Travar o projeto da Praça Rio na sua localização prevista”, elaborado pela Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade – CAUM, pelas razões acima indicadas.”

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram vinte e três horas e trinta minutos do dia vinte e oito de abril, de dois mil e vinte e um.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de vinte e seis de junho dois mil e vinte e um, contém sessenta e nove folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa



André Valente Martins

O Primeiro Secretário da Mesa



Eusébio Manuel Candeias

A Segunda Secretária



Yolande Paule Juliette Cloetens

Elaborada e processada por: Helena Rosa e Vítor Marcos
Verificada por: Ana Paula Lico
Revista por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa